

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**NÍVEL MESTRADO**

**JOSEMAR PEDRO LORENZETTI**

**O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE SINOP:  
A ALTERNATIVA SOLIDÁRIA E O PAPEL DA EDUCAÇÃO**

**SÃO LEOPOLDO, RS**

**2011**

JOSEMAR PEDRO LORENZETTI

O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE SINOP:  
A ALTERNATIVA SOLIDÁRIA E O PAPEL DA EDUCAÇÃO

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientador: Dr. Luiz Inácio Gaiger

SÃO LEOPOLDO - RS

2011

## **RESUMO**

Esta dissertação trata das potencialidades locais que são ou podem vir a ser utilizadas para o desenvolvimento da Economia Solidária, tendo em vista o contexto da região de Sinop, no norte do Estado de Mato Grosso. Na busca de alternativas e a fim de superar as dificuldades e limites do modelo econômico instaurado neste espaço, apresentamos sua trajetória histórico-social e econômica, desde a colonização da década de 1970, e as potencialidades do discurso hegemônico que então nele se consolidaram. Ao delinear as diferenças entre os modelos de economia capitalista e solidária, com um trabalho bibliográfico e de campo, por meio de questionários e entrevistas, identificamos evidências de potencialidades da região de Sinop, válidas como lastro de um modelo alternativo de desenvolvimento, tais como a existência de setores da economia adaptáveis a modelos associativos e a disposição para o trabalho coletivo. Ao refletirmos sobre as diferentes potencialidades encontradas no contexto da pesquisa, finalizamos o trabalho com a abordagem do contributo da educação, especialmente das instituições formais, que possuem um importante papel na consolidação de modelos alternativos.

Palavras chave: Economia Solidária, desenvolvimento alternativo, potencialidades, educação.

## **ABSTRACT**

This dissertation deals with local potentialities in which are or may come to be used for the development of solidarity economy, in view of the context of the region of Sinop, in the north of the State of Mato Grosso. In search of alternatives and with the aim to overcome difficulties and limitations of the economic model established in this space, we present its economic and social-historical path, since the colonization in the 1970s decade and the potentialities of hegemonic discourse that then they were consolidated. We delineate the differences between the models of capitalist and solidarity economy, with a bibliographical and field work, through questionnaires and interviews, we identify evidences of potentialities of the region of Sinop, valid as indicative of an alternative model of development, such as the existence of sectors of economy adaptable to associative models and the willingness for a cooperative work. We think over the different potentialities encountered in the context of the research, we concluded the work with an approach of the contribution of education, especially to formal institutions that have an important role in the consolidation of alternative models.

**Keywords:** solidarity economy, alternative development, potentialities, education.

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Região da pesquisa .....	14
Mapa 2: Concentração da produção de Soja no Brasil .....	31
Mapa 3: Concentração da bovinocultura no Brasil .....	34
Mapa 4: Microrregiões do ZSEE-MT .....	39
Mapa 5: ZSEE-MT de 2010 .....	49
Mapa 6: Biomas do norte de MT .....	53
Mapa 7: Norte Mato-Grossense no FAREJADOR da Economia Solidária .....	98

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Viaduto de acesso a Sinop .....	28
Fotografia 2: Colheita de Soja em MT .....	32
Fotografia 3: Avanço da monocultura .....	48

## SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	8
2 – O DESENVOLVIMENTO DO NORTE MATO-GROSSENSE EM QUESTÃO.....	11
2.1 – O Processo de colonização .....	12
2.2 – O Contexto socioeconômico, político e cultural .....	23
2.3 – Potencialidades do norte Mato-Grossense no discurso hegemônico.....	36
2.4 – Debates sobre a reclassificação dos biomas .....	46
3 – DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO E ECONOMIA SOLIDÁRIA .....	56
3.1 – Concentração dos meios de produção e relações de trabalho conflitivas.....	56
3.2 – Origem da Economia Solidária: o coletivo dos trabalhadores .....	62
3.3 – Economia solidária a partir de 1980.....	66
3.4 – Por uma nova definição de <i>potencialidades</i> de desenvolvimento.....	70
4 – METODOLOGIA .....	76
4.1 – Problema e hipóteses da pesquisa empírica .....	76
4.2 – A pesquisa exploratória .....	81
4.3 – Desenvolvimento da pesquisa empírica .....	83
4.4 – Os empreendimentos pesquisados.....	86
5 – POTENCIALIDADES LOCAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	94
5.1 – Potencialidades visualizadas através da pesquisa de campo .....	94
5.2 – Resultados da pesquisa sobre os dados do Mapeamento Nacional .....	97
5.2.1 – Setores da economia (interstícios) adaptáveis a modelos associativos.....	102

5.2.2 – Percepção positiva da viabilidade do empreendimento .....	104
5.2.3 – Instituições de apoio, a exemplo da educacional .....	106
5.2.4 – Tradição cultural associativa e disposição para o trabalho coletivo .....	107
5.3 – Resultados da pesquisa de campo .....	109
5.3.1 – Evidências a partir dos dados da pesquisa de campo.....	115
5.4 – Quadro dos fatores de potencialidade e indicadores .....	121
6 – O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DAS POTENCIALIDADES REGIONAIS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA .....	123
6.1 – O papel da Educação de Jovens e Adultos – EJA .....	125
6.2 – O papel do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional – EMIEP .....	128
6.3 – Formando para a cidadania não-tutelada.....	131
7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	133
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	139
APÊNDICE A – Detalhamento dos EES da pesquisa .....	144
APÊNDICE B - Formulário utilizado no levantamento dos EES .....	148

## 1 – INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda as possibilidades de modificação da realidade social, a partir da problematização e conhecimento de formatos de produção alternativos, capazes de tornar o trabalho e o trabalhador mais humanizado, produzindo dessa forma um desenvolvimento mais justo e equilibrado. Estamos no município de Sinop, norte do estado de Mato Grosso, em uma região onde, em um passado recente, havia abundância de recursos naturais, mas estes foram exauridos para garantir a sobrevivência humana, no quadro de um modelo predatório. Problematizaremos o padrão de desenvolvimento da atual sociedade capitalista, buscando alternativas que apontem para a sustentabilidade, uma vez que há inúmeras comunidades sinopenses que experimentam o amargor do fracasso do modelo baseado na competitividade.

A forma como se deu a ocupação ou a colonização do norte do estado de Mato Grosso, conforme PICOLI (2004) atrelou esta terra aos interesses econômicos da monocultura capitalista internacional e, por isso, a biodiversidade não foi preservada. Sabendo da limitação dos recursos naturais para a exploração irracional, propomos um novo olhar para a dimensão do trabalho no contexto regional, sem, contudo, deixar de entrever a humanidade como um todo, nas limitações da natureza, e a possibilidade do trabalho com recursos renováveis. Entretanto, a mudança que ora é exigida para a sobrevivência do planeta deve ser antecipada pela modificação concreta na forma pela qual o humano produz riquezas na relação com outros humanos!

O trabalho, tal como existe hoje, está baseado na extinção de determinadas formas de vida, na falsa ideia do progresso que muito destrói para favorecer, desproporcionalmente, o conforto de uns poucos. Contudo, temos já algumas propostas que fogem ao modelo da monocultura, extremamente críticas à exploração do trabalho, do homem e do meio ambiente, motivadas pelas iniciativas, ainda tímidas, de solidariedade popular. São as associações e os grupos solidários - na maioria das vezes informais, pela dificuldade que os trabalhadores empobrecidos possuem de acesso aos órgãos públicos e pela inexistência de redes de apoio.

Desta sorte, entendemos que a proposta de transformação social, ao apontar a possibilidade da produção de riquezas de maneira solidária entre os seres humanos e com

demais formas de vida, é uma necessidade urgente. Tal proposta precisa ser divulgada, porque muitas pessoas ainda não se convenceram de que as iniciativas da Economia Solidária já sejam concretas.

A falta de conhecimento pode impedir o surgimento de lideranças que façam a incubação de novos empreendimentos. A falta de debate sobre este tema, nas universidades, pode impedir o surgimento de novos líderes ou divulgadores deste ideal. A falta de divulgação, nos meios de comunicação, e a falta de conhecimento popular sobre o tema, podem impedir que surjam associações dispostas a novas práticas economicamente solidárias. Por fim, a falta de mobilização em torno do tema pode impedir que este alcance as esferas políticas e educacionais, instâncias onde se inicia ou avança a construção de outra sociedade.

O presente trabalho se inscreve entre os que buscam uma alternativa; por isso, trata das potencialidades locais que podem efetuar o desenvolvimento de um modelo econômico mais humano e sustentável, a partir das propostas já praticadas por alguns sujeitos em empreendimentos econômicos solidários. Para cumprir esse objetivo, dividimos a dissertação em cinco capítulos, perfazendo, desde o contexto histórico-social já experienciado, um relato das alternativas já concretizadas localmente e suas relações com a Economia Solidária, finalizando com as potencialidades presentes nos processos educativos.

O primeiro capítulo trata dos processos históricos da região de Sinop desde a época de sua colonização na década de 1970, descrevendo como ocorreu a fixação de um modelo de produção monocultor, exportador e dependente dos contextos internacionais. Para explicar em que consiste esse modelo, fazemos a exposição, a partir dos dados das Secretarias de Planejamento e de Meio Ambiente, do que o modelo hegemônico considera como potencialidades e ameaças ao modelo instalado. No entanto, já pudemos perceber, nos debates em torno da aprovação do “*Zoneamento Socioeconômico Ecológico*” (ZSEE-MT) do Estado de Mato Grosso e nos discursos das potencialidades do agronegócio, oportunidades que podem ser aproveitadas por iniciativas alternativas.

Por isso, o segundo capítulo trata dos diversos modelos de organização econômica, a partir do levantamento dos problemas existentes no capitalismo que, mesmo hegemônico, é alvo de críticas pelos valores de que é portador. Ao sistema predominante, apresentamos as iniciativas solidárias, fazendo, desde as primeiras lutas dos trabalhadores, o relato das possibilidades reais já experimentadas na história e da forma como a Economia Solidária ressurge na década de 1980. Para dar conta da abrangência das iniciativas de Economia

Solidária no país, neste capítulo relatamos o trabalho realizado por algumas instituições de apoio e as potencialidades das práticas solidárias já constituídas.

O terceiro capítulo trata da metodologia desenvolvida para a pesquisa de campo, com o objetivo de conhecer em detalhes os *empreendimentos econômicos solidários* (EES) de Sinop. Nesta seção, depois de detalharmos as etapas da pesquisa realizada, fizemos a descrição do funcionamento dos empreendimentos e das dificuldades enfrentadas para visitar estas iniciativas. O quarto capítulo amplia esta descrição, na medida em que traz as demais fontes que embasam esta dissertação, fazendo a relação das hipóteses da pesquisa com as evidências encontradas. Das cinco hipóteses levantadas (*Setores da economia (interstícios) adaptáveis a modelos associativos; percepção positiva da viabilidade do empreendimento; instituições de apoio, a exemplo das educacionais; um passado que tenha assentado uma tradição de valores da cultura associativa; existência de indivíduos com disposição para o trabalho coletivo*), conseguimos, a partir dos dados de Mato Grosso registrados no primeiro Mapeamento Nacional da Economia Solidária e dos dados primários da nossa pesquisa de campo, confirmar quatro. Apenas a potencialidade das instituições educacionais, que tiveram escores baixos de participação nos EES, segundo o Mapeamento Nacional, não pôde ser confirmada.

Entretanto, a fraca participação das instituições educativas nos EES foi o motivo para a escrita do quinto capítulo, que trata de possibilidades de construção de um projeto alternativo a partir da tematização da Economia Solidária na instrução formal. Desta forma, acreditamos contribuir com o desenvolvimento da Economia Solidária, a partir do conhecimento explorado nas páginas que seguem.

## 2 – O DESENVOLVIMENTO DO NORTE MATO-GROSSENSE EM QUESTÃO

Neste capítulo, faremos uma retrospectiva econômico-social do norte Mato-Grossense, região desenvolvida sob um modelo de colonização particular, responsável pela consolidação da frente pioneira, tornado atualmente um importante polo de hegemonia do agronegócio, de forma que a produção local se encontra voltada para o mercado externo. Veremos a maneira como se tornou dominante a estrutura produtiva que possui como projeto a consolidação do local como “o celeiro agrícola do Brasil”. Nosso objetivo, com essa análise, é, contudo, a busca de formas alternativas ao encontrado no momento. Para isso, desejamos que as potencialidades existentes nesse contexto possam ser direcionadas a outro tipo de produção, mais humana, equilibrada, inclusiva e verdadeiramente sustentável, capaz de produzir também um novo modelo de sociedade.

O foco empírico desta pesquisa é a realidade da região de Sinop, situada no norte do Estado de Mato Grosso, no interior da Amazônia Legal. No passado, um cenário recoberto pela espessa vegetação da floresta tropical, com espécies de árvores de até trinta metros de altura, foi transformado com a recente ocupação humana. Por isso, num período inferior a quatro décadas, uma nova paisagem foi consolidada, marcada principalmente pela produção em larga escala em áreas desmatadas.

No início do século XXI, quando nesta região predominava a monocultura voltada para a exportação, cultivavam-se com sucesso poucos itens: principalmente soja, mas também arroz, milho, algodão e a criação de bovinos. Para explicar como isso ocorreu, nas próximas páginas faremos a problematização do modelo de produção instalado nessa região a partir de 1970. Isto será realizado para que seja possível, através da história econômica já experimentada, pensar na possibilidade de que nesse local possam existir potencialidades para outro tipo de desenvolvimento, no caso, projetos alternativos como os de Economia Solidária.

Cada cidade, no norte de Mato Grosso, possui configuração econômica, social, política e cultural específica e, por isso, é difícil tratar esta região como um bloco único, sem fazer referência às particularidades de cada município ou microrregião. Entretanto, também seria um erro falar do desenvolvimento de uma única cidade, sem fazer referência ao processo de colonização que partilha com as demais. Desta forma, utilizaremos um município – Sinop – como referência, por ter atualmente o maior número de habitantes no contexto ora abordado,

sem deixar de fazer menção à região norte como um todo, que possui trajetória semelhante no tocante ao processo de colonização da década de 1970. O município de Sinop será, para o presente texto, um recurso metonímico ao que ocorre na Amazônia Mato-Grossense;<sup>1</sup> as especificidades de cada cidade serão esclarecidas sempre que necessário. Dessa forma, as aproximações e as divergências serão possibilidade de aprendizado, a fim de atingirmos nosso objetivo de repensar o desenvolvimento desta região.

## 2.1 – O Processo de colonização

O município de Sinop surgiu através de um projeto de colonização, no mesmo contexto de muitos outros que foram implantados no norte de Mato Grosso na década de 1970, época em que o Brasil esteve sob o Regime Militar, que ditava os rumos desse país. Antes destes eventos, os únicos indícios de que esta terra pertencia ao Brasil eram as trilhas na floresta, abertas pelos povos ribeirinhos, para o transporte de produtos extraídos da mata:

No extrativismo da borracha, o seringal não constituía uma propriedade da terra, mas o direito de exploração de um caminho que percorria a mata, ligando as árvores produtoras de látex. No extrativismo da castanha-do-pará, os colhedores usavam a floresta apenas no período da safra, desocupando-a durante o resto do ano (CASTRO, 2002, p. 15).

Os catadores e coletores, juntamente com as tribos indígenas, formavam a frente de ocupação deste território, sendo desconhecidos ou ignorados pela civilização porque ocupavam a terra sem possuir título de propriedade, o que configurava para o governo caso de terra devoluta, a ser adquirida através da compra.<sup>2</sup>

Contudo, esta terra era cobiçada. No sul, Sudeste e Nordeste do Brasil havia muitos conflitos fundiários e, para resolvê-los, no início da década de 1970, várias estratégias de ocupação dos chamados “vazios demográficos” de Mato Grosso foram colocadas em prática:

---

<sup>1</sup> Mato Grosso foi considerado, desde a colonização, pertencente ao bioma Amazônico por figurar no interior da ‘Amazônia Legal’. Contudo, atualmente existe uma luta entre segmentos da sociedade para que se reconheça o fato do estado pertencer ao Cerrado brasileiro, enquanto outros defendem a manutenção da antiga nomenclatura. Adiante abordaremos os conflitos e os interesses implicados na classificação destes biomas.

<sup>2</sup> São muitos os termos utilizados para descrever a área não ocupada legalmente: *vazios demográficos*, *vazios do progresso*, *espaço de reserva*, *terra nova*, *espaço vazio entre ilhas econômicas*, etc. Oficialmente, o termo “Terra Devoluta” é utilizado para uma área sem escrituração, significando que esta pertence ao Estado e a única via para o cidadão ter sua posse é a compra.

A ocupação da Amazônia brasileira e do norte do Mato Grosso em particular, está inserida neste processo histórico de disputas, interesses e contradições relativos à questão agrária. Estamos diante de um processo de luta para apropriação da terra. Terra esta que, em grande parte, tem sido mantida improdutiva e apropriada privadamente para servir de reserva de valor e/ou reserva patrimonial às classes dominantes. Podemos citar como exemplo dessa situação as grandes áreas de terra apropriadas pelas colonizadoras: SINOP (Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná), Indeco (integração, desenvolvimento e colonização – Alta Floresta), Colíder (Colonização, Industrialização e Desenvolvimento Rural), Colonizadora Feliz (Sorriso) (SOUZA, 2008a, p. 65).

Em várias regiões do país, especialmente no sul, sudeste e nordeste, desde a década de 1970, inúmeros sujeitos nutrem a ambição da posse da terra, pois além da concentração fundiária, nestes lugares há o problema do aumento populacional, que obrigava a divisão dos lotes rurais até a inviabilização da atividade econômica. Para isso, muitos indivíduos percebiam uma vantagem comparativa em migrar para novas áreas, onde houvesse possibilidade de sobreviver com o trabalho agrícola e também disponibilidade de terras a preços menores. No entanto, os municípios do norte Mato-Grossense formaram-se a partir de projetos de colonização que não conseguiram atender ao desejo dos agricultores interessados em utilizar o solo para suas necessidades de sobrevivência.

A ocupação definitiva da terra (através da posse de um documento de escrituração), na região de Sinop, ocorreu inicialmente com a implantação de alguns projetos de colonização estatal, com o objetivo de fornecer terra para quem quisesse nela trabalhar, fato que atendia aos anseios das populações sem terra do país. No entanto, posteriormente surgiram parcerias com sindicatos e cooperativas<sup>3</sup> para a mobilização de colonos interessados em quantidades maiores de terras. Finalmente, o maior percentual do território foi ocupado por empresas particulares, atuantes no ramo imobiliário no centro-sul do país, que receberam incentivos (crédito junto aos bancos e apoio político para a legalização fundiária) do governo federal, para fundar cidades e demarcar áreas rurais.

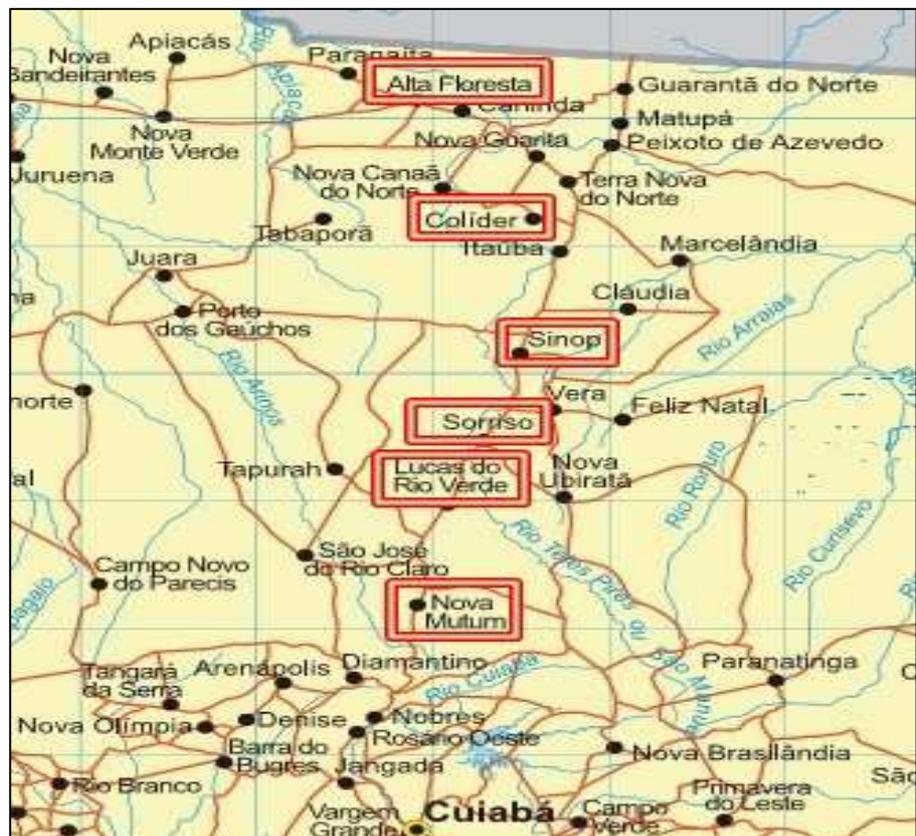
A frente de expansão mais recente (1970) – o norte do Estado de Mato Grosso – foi quase exclusivamente povoada por projetos de colonização particular. O norte Mato-Grossense ocupou uma posição ‘privilegiada’ nesse processo, pois foi contemplado com recursos de programas governamentais, concentrando aproximadamente 90% dos projetos de colonização particular, beneficiada pela rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) e sob respaldo do INCRA e da SUDAM (ARRUDA, 1997, p. 45).

Com os projetos particulares de colonização surgiu a maior parte das cidades ao longo da BR 163, entre as quais atualmente se destacam, pela história em comum, produção

---

<sup>3</sup> Maiores detalhes sobre a colonização realizada pelo Estado, sindicatos e cooperativas podem ser encontrados em ZART, 1998.

econômica semelhante e altos índices de habitantes, além de Sinop<sup>4</sup>, Sorriso, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Colíder e Alta Floresta, todas criadas a partir da década de 1970, desmembrados do município de Chapada dos Guimarães. Essas cidades estão distribuídas próximas ao traçado da rodovia federal BR 163, entre o Km 200 (Nova Mutum) e o Km 800 (Alta Floresta), sendo que Sinop ocupa uma posição central, no Km 500 em relação à capital, Cuiabá. Vejamos o recorte da região norte do estado de Mato Grosso no mapa do IBGE, onde os nomes das cidades foram destacados com contornos em vermelho:



Mapa 1: Região da pesquisa<sup>5</sup>

Neste contexto, a região de Sinop, uma área de fronteira, passou, com a abertura das

<sup>4</sup> “O Grupo Sinop, responsável pelo projeto, é um grupo capitalista moderno, que encara produtos agrícolas e industriais a serem desenvolvidos como formas efetivas de se inserir na divisão territorial nacional e internacional do trabalho. O comércio fundiário e a vinda dos colonos são operações mercantis que viabilizaram este objetivo, apoiado, incentivado e, principalmente dirigido pelas várias empresas do Grupo Sinop. O conglomerado é composto de Sinop Terras S.A., Sinop Agroquímica S.A., Imobiliária e Construtora Maringá Ltda., Agropastoril Celeste Ltda., Becker Consultoria de Empreendimentos Industriais Ltda. Este conjunto monopoliza a compra e venda de terras, a propaganda realizada nos locais de recrutamentos dos colonos, a instalação dos lavradores, a agroindústria, a cooperativa, e, por fim, a vida política na área da colônia” (OLIVEIRA, 1990, p. 29).

<sup>5</sup> BRASIL, 2010. (adaptado)

idades no norte de Mato Grosso, a abrigar a Frente Pioneira, gerando disputas entre os atores sociais da frente de expansão já existente, marcando com violência a posse dessa terra. Utilizamos como parâmetros o período entre os anos de 1970, quando a Frente de Expansão começa a ser substituída, e 1990, data de consolidação da Frente Pioneira:

É possível, assim, fazer uma primeira datação histórica: adiante da fronteira demográfica, da fronteira da civilização, estão as populações indígenas, sobre cujos territórios avança a frente de expansão. Entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica está a frente de expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica. Atrás da linha da fronteira econômica está a frente pioneira, dominada não só pelos agentes da civilização, mas, nela, pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agentes da economia capitalista (mais que simplesmente agentes da economia de mercado), da mentalidade inovadora, urbana e empreendedora (MARTINS, 1997, p. 158).

Uma vez que Mato Grosso foi considerado, na época da colonização, pertencente à Amazônia Legal, uma série de incentivos foi ofertada pelo governo federal, interessado na ocupação definitiva do lugar. O grande diferencial, que possibilitou a ocupação das terras que não possuíam registro de posse (terras devolutas, segundo a legislação), a partir de 1970 na Amazônia Mato-Grossense, é o acordo firmado entre o Estado, durante o governo militar, e o setor privado, representado pelas empresas do ramo imobiliário. O Estado estava interessado em garantir a formalização da posse do território e também o atenuamento das tensões sociais dos processos de luta pela terra; as empresas foram motivadas a iniciar os empreendimentos da Frente Pioneira em razão da possibilidade de auferir lucros com a colonização, ao mesmo tempo em que também desejavam receber os incentivos propostos pelo governo federal para ocupar a Amazônia. A aliança foi possível porque havia interesses compartilhados:

A colonização na fronteira, do ponto de vista econômico, veio proporcionar o aumento da produção agrícola pela incorporação de novas terras ao processo produtivo. Do ponto de vista político e ideológico, a lógica do sistema conseguiu superar determinadas contradições da própria estrutura agrária brasileira, na medida em que, através da transferência de população das regiões onde predominava o minifúndio para áreas recentes de fronteira, conseguiu atenuar as pressões de certas frações de classe da área rural nas regiões de ocupação antiga (CASTRO, 2002, p. 17).

Com esses objetivos, de atenuar tensões e buscar ganho econômico, uma grande estrutura estatal foi mobilizada para dar apoio ao projeto de ocupação dos locais que eram considerados pelo Estado como possíveis “vazios de progresso”. Isso foi realizado através de um planejamento denominado PIN (Programa de Integração Nacional), base ideológica desta iniciativa, que buscou a mobilização de toda a estrutura administrativa dos governos federais e estaduais para garantir o sucesso da colonização:

Lançado na década de 70, o Plano de integração da Amazônia foi o grande

incentivador da colonização da Amazônia, com amplos financiamentos da SUDAM (Superintendência da Amazônia), Banco do Brasil, Pró-Terra, etc. Como pano de fundo do movimento colonizador gerado pelo PIN, encontra-se o problema agrário brasileiro de acesso a terra (OLIVEIRA, 1990, p. 5).

A luta dos agricultores pela terra, de várias regiões do país, foi utilizada como discurso legitimador para a ocupação da Amazônia. Embora, dado o planejamento de ocupação de grupos capitalizados em parceria com o governo, tenham sobrado poucas alternativas para quem buscava na posse da terra uma vida melhor, já que as empresas colonizadoras não objetivavam a melhoria da qualidade de vida, mas o sucesso econômico:

Afirmamos que a colonização no norte de Mato Grosso faz parte de uma política de ocupação das áreas da Amazônia Brasileira na qual o Estado brasileiro agiu mais ativamente em benefício das empresas colonizadoras. Os colonos tiveram o papel de proporcionar os maiores lucros e assegurar o “sucesso” dos projetos aos empregadores desse negócio (SOUZA, 2008b, p. 40).

A partir do que foi planejado no PIN, quem intermediou a compra das terras devolutas, entre governo e empresas particulares, foi o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Criado para esse fim na década de 1970 inicia uma rápida demarcação de áreas propícias para a colonização e, ao mesmo tempo, seleciona empresas para fazer a abertura das vias de acesso e a venda dos lotes aos migrantes. O exército também participou da colonização, transformando o planejamento das obras das rodovias da Amazônia numa operação de guerra, ao menos ideológica, já que a abertura do trecho da BR 163, que cruza o norte de Mato Grosso de sul a norte, foi realizada pelo 9º BEC (Batalhão de Engenharia de Construção) do exército. Igualmente, o Banco do Brasil, outro aparato estatal, deu suporte financeiro, intermediando a compra e venda de terras em consonância com os interesses das empresas colonizadoras. Outros órgãos estatais e ministérios do governo federal se mobilizaram para garantir a efetividade deste projeto:

Quando o Estado assume o poder por meio da ditadura, e elege a Amazônia para realizar na prática a expansão capitalista, esta ocasião não pode ser entendida somente como uma investida militar. Ela necessita ser percebida como um impulso capitalista através da ditadura. O projeto instituído com ênfase nessa região não se trata de uma concepção insignificante, mas um plano mundial de expandir a Amazônia para os grandes conglomerados nacionais e internacionais. Esses fazem o processo de alongamento da fronteira no intento de agregar valores, e nessa estratégia, o Estado e o capital junto fazem da Amazônia um espaço somente de interesse das elites dominantes. As grandes empresas nacionais e internacionais com dinheiro público fazem a expansão, e o Estado é o aliado por meio dessa estratégia. Através dos órgãos criados com a finalidade de fomentar, se consolida o grande projeto, os exemplos dessa natureza são por meio do projeto SUDAM, BASA, FUNAI, INCRA e outras concepções (PICOLI, 2010, p. 41).

Com apoio e autorização do Governo Federal, os empresários do ramo imobiliário

assumem a posse de grandes extensões de terra no norte de Mato Grosso para implantar projetos de colonização, local onde a terra seria vendida, após a demarcação dos lotes urbanos e rurais. Quanto à origem da terra dos projetos de colonização, ninguém, nem colonizadoras e nem governo, assumem que venderam áreas sem ter pagado nada por elas. Legalmente, quando questionadas sobre a origem de suas posses, as colonizadoras argumentam que pagaram pela terra que demarcaram para a venda. No entanto, mesmo com a compra de alguns hectares, onde já havia fazendas abertas para fins de extração de produtos florestais, que, por não contarem com infraestrutura e não terem interesse no cultivo da terra, não tinham muito valor comercial, é difícil explicar como esses projetos particulares de colonização tiveram acesso a áreas tão extensas:

O que chama a atenção é a grande quantidade de terras que as empresas de especulação imobiliária conseguem legalizar, pois, na verdade, não existem dados que certifiquem a quantidade exata e, assim, fica difícil apurar a veracidade dos fatos. Nesta lógica, a Constituição Federal do Brasil impede a venda sem prévia autorização do Senado de área superior a dez mil hectares (1946), três mil hectares (1967) e dois mil e quinhentos hectares (1988). No entanto, com a autorização do Estado, ou sem ela, vastas áreas passaram a pertencer aos grupos organizados com a finalidade de especulação imobiliária e, desta forma, tinham a necessidade de burlar a legislação vigente (PICOLI, 2005, p. 83).

Para ficarmos apenas com o caso de Sinop, já que cada cidade tem suas particularidades (embora a maioria das empresas colonizadoras que fundaram cidades nessa área agiram do mesmo modo), a Colonizadora (Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná) alega ter adquirido uma área de mais de seiscentos mil hectares. Mesmo com a confirmação desse fato, não há registro de que exista autorização do Senado para a venda dessa área, o que significaria sua ilegalidade. No entanto, foi dessa forma que os projetos particulares eram iniciados, na legalização de grandes extensões de terras, como ocorreu com o projeto da Gleba Celeste, que fundou quatro municípios no norte Mato-Grossense, entre eles Sinop:

O espírito arrojado e empreendedor dos colonizadores Enio Pipino e João Pedro Moreira de Carvalho foi fator determinante para o desbravamento e ocupação da Gleba Celeste. Em pouco tempo foi idealizado o projeto de colonização que viria a ser desenvolvido em uma área de 369.017 hectares, onde foram implantadas as cidades de Vera, Santa Carmem e a cidade que recebeu como nome a sigla da colonizadora, Sinop. Pouco tempo depois, a colonizadora incorporou à Gleba Celeste outra área com 275.983 hectares, onde seria implantada a cidade de Cláudia (SANTOS, L., 2007, p. 25).

A origem de grandes extensões dessas áreas colonizadas está até hoje sendo questionada na justiça, na qual os trâmites legais não se encerraram porque, “*no processo de colonização de Sinop, ocorreu denúncias de incorporação por parte da colonizadora de áreas que não lhe pertenciam*” (SOUZA, 2008b, p. 84). Assim, esclarece-se a questão, uma vez que

a terra na Amazônia Mato-Grossense foi simplesmente ocupada pelos agentes da Frente Pioneira, pois não tinha, até a década de 1960, entrado no circuito de acumulação do capital, tornando-se mercadoria. Isso foi possível devido ao trabalho dos departamentos de registro de posse da terra, como o Intermat (Instituto de Terras do Mato Grosso) e o INCRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária), que forneciam os documentos de legalização dos lotes demarcados.

Quando as empresas colonizadoras se instalaram na década de 1970, a existência dos habitantes da frente de expansão é desconsiderada, uma vez que não possuem nenhum registro de propriedade. As populações nativas foram transferidas para áreas demarcadas, seu espaço é reduzido, tomado, sem fazer-lhes nenhuma consulta. A história, do ponto de vista do pioneiro, não dá espaço a estas pessoas, como nos conta um historiador identificado com o pioneirismo:

No início da década de 1970, o colonizador Enio Pipino volta suas atenções para o norte de Mato Grosso, na época um imenso vazio demográfico, ocupado somente pela exuberante floresta Amazônica e, na imensa área de 645 mil hectares denominada Gleba Celeste, na altura do Km 500 da rodovia Cuiabá - Santarém (BR 163) que ainda se encontrava apenas no projeto, inicia a colonização da Gleba. (SANTOS, L., 2007, p. 25).

Esta é a tese do “vazio demográfico”,<sup>6</sup> conforme foi definida pelo exército através da Escola Superior de Guerra – ESG, sem considerar as ocupações dos povos da floresta que não possuíam títulos de propriedade. Mas essa terra era somente ocupada pela floresta? E os ribeirinhos? E os poaeiros?<sup>7</sup> E as populações indígenas? É claro que os outros agentes da expansão sucumbiram frente ao poder econômico da frente pioneira.

A partir da década de 1970, a fronteira avança sobre os povos indígenas em todo o norte de Mato Grosso. Em uma área de milhões de quilômetros quadrados, são plantadas cidades e fazendas em um primeiro momento, asfalto e indústrias, posteriormente. Ao diferenciar aquele que avança sobre a terra com o título de propriedade daquele que apenas nela residia, podemos definir a questão social da terra, ao mesmo tempo em que ampliamos nosso conhecimento sobre a sociedade brasileira:

Quando uma área de economia natural é alcançada pela expansão da economia de mercado, as terras evidentemente são valorizadas; em consequência, o conflito de interesses se aguça. Numa região em que há posseiros, isto é, indivíduos que, sem

---

<sup>6</sup> SANTOS, L., 2007

<sup>7</sup> Poaeiro refere-se ao profissional que sobrevive do extrativismo da *poaia*, planta do mesmo nome, utilizada para produção de medicamento em laboratórios.

deter os instrumentos legais de propriedade, ocupam o solo, as tensões se acentuam, especialmente com aqueles que possuem títulos legais de sua posse; ou então com os chamados grileiros, que obtêm escrituras falsas de propriedade. O mesmo ocorre com os pequenos arrendatários e os sitiante, que resistem apenas transitoriamente às pressões do sistema. A história recente da sociedade rural brasileira conta com diversos conflitos dessa natureza. (IANNI, 1984, p.105).

Novamente, MARTINS (1997, p. 15) complementa que “*as concepções centradas na figura imaginária do pioneiro deixam de lado o essencial, o aspecto trágico da fronteira*”. Isto é, do ponto de vista do Pioneiro ou daquele que assim se denomina, não houve violência, mas heroísmo do tipo bandeirante, uma saga profética a relatar. Isso é relatado também por outros autores:

A cidade de Sinop é percebida, inicialmente, como um lugar de fartura e de liberdade, uma “terra prometida”, na expressão de João Mariano de Oliveira, onde um “herói civilizador” tem o nome guardado, frequentemente, na memória do povo sinopense, como sinônimo de conquista de uma área, na qual instala com sua equipe de colonização uma gleba, explorando-a comercialmente, loteando os espaços para camponeses sulistas que vinham em busca de melhores condições de vida e trabalho para suas famílias. (SOUZA, 2004, p. 248).

Porém, para muitos daqueles que se dispuseram a migrar, a concretização do ideal de tornar-se dono da terra não é possível, visto que uma série de fatores dificulta a realização deste sonho. Para os migrantes que dispõem de recursos, que podem adquirir a terra através da compra, que possuem capital para se instalar em regiões colonizadas por empresas particulares, há maiores condições para o sucesso de sua fixação.

Por isso, as iniciativas de resistência da frente de expansão foram comparativamente ineficazes frente às iniciativas dos pioneiros. As empresas particulares, além de contar com toda a infraestrutura estatal fornecida pelo INCRA e outros órgãos estatais, inclusive na oferta de serviços públicos, recebiam o direito de comercializar a terra existente, sendo esta uma forma de incentivo para quem fosse capaz de levar o “progresso a uma região abandonada”, no discurso da época.

Até a década de 1990, a frente pioneira já havia colmatado a posse da terra no norte do Mato Grosso. As populações indígenas foram agrupadas e conduzidas para as reservas, especialmente para o Parque Nacional do Xingu, a leste de Sinop. Os povos ribeirinhos tiveram que buscar seu lugar, a maioria se encaminhou para as periferias das cidades plantadas, a fim de servir de mão de obra como peões de fazendas monocultoras. Instituiu-se inicialmente a extração da madeira como atividade econômica predominante e, depois, quando esta estava esgotada, a monocultura (arroz, algodão, soja, milho e gado de corte) de exportação. Não que houvesse estudos de viabilidade destas atividades, mas essa era a cultura

de produção daqueles que migraram. Foi o local e a natureza que tiveram que se adaptar à cultura do migrante.

Foram vários os fatores que expulsaram os despreparados para serem “os desbravadores” ou “os novos bandeirantes do século XX”,<sup>8</sup> como se auto-intitulavam os pioneiros da colonização de 1970. Isso, porque os altos investimentos em maquinário pesado, a necessidade de adaptação à terra, a distância, o clima, etc., foram fatores que inviabilizaram a permanência de muitos. Para as empresas colonizadoras, a desistência de muitas pessoas não era motivo para diminuir o ânimo em relação ao empreendimento. As propagandas veiculadas na mídia do centro-sul do país continuavam a chamar mais pessoas para vir conhecer o progresso no norte Mato-Grossense:

Vemos então que não houve “projetos de colonização” no norte do Estado de Mato Grosso, o que houve foi uma operação para comercializar terras, adquiridas em condições muito favoráveis por grandes empresas privadas, ou repassadas a companhias estatais que agiam seguindo os modelos bem sucedidos daquelas primeiras, e repassadas aos camponeses em lotes que podiam variar de 10 a 10 mil hectares, com preços e condições de pagamento atraentes. Os baixos preços das terras ocultaram a falta de infraestrutura e o verdadeiro caráter dos projetos. Essa operação à qual se atribuía o mérito de fixar o homem à terra, de integração nacional, de ocupação de espaços vazios; que a propaganda se encarregou de consolidar como o equivalente a uma reforma agrária, serviu para desviar as atenções e aliviar as tensões (econômicas, sociais e políticas) nas áreas que estiveram sob sua influência, além de auferir polpidos lucros a um pequeno grupo de empresários, reconhecidos hoje em todo o norte do Estado de Mato Grosso como “bandeirantes modernos”, “desbravadores” ou “pioneiros” (ALVES; NETO, 2010, p. 31).

A desistência de agricultores também podia ser um argumento para a obtenção de recursos federais. Por exemplo, na implantação de projetos industriais,<sup>9</sup> abertura e consolidação de rodovias pavimentadas e transferência de mais serviços públicos para as novas áreas. O discurso heróico, que atribui aos primeiros migrantes o papel de desbravadores, heróis bandeirantes, com a nobre missão de “semear cidades”, não seria uma forma de justificar o sucesso e a riqueza obtida por alguns, frente ao fracasso de outros tantos, na tentativa de concretizar o sonho da posse da terra? É comum ouvirmos, de pessoas detentoras de capitais acumulados, o discurso a respeito de sua capacidade, seu esforço e seu trabalho, enquanto fatores de obtenção da riqueza. Da mesma forma, os migrantes que

---

<sup>8</sup> Ver SANTOS, L., 2007.

<sup>9</sup> Sinop recebeu do Governo Federal, através do programa Proálcool, uma fábrica de álcool de mandioca, após a crise do petróleo da década de 1970, com dois argumentos: fornecer renda aos produtores migrantes e auxiliar na fabricação de combustível. Porém, a cultura não se adaptou à terra e todo o investimento foi abandonado, porém não sem atingir os objetivos da colonizadora. Para maiores detalhes, ver SANTOS, L., 2007, p. 110 ss.

obtiveram sucesso econômico com o comércio de terras incorporaram o discurso do sofrimento vivido para justificar o fato de possuírem o que outros não conseguem obter, mesmo realizando o trabalho com disposição durante a maior parte do tempo de uma vida inteira.

O apoio do governo, através do projeto militar em relação à Amazônia, sintetizado no ideal de “ocupar para não entregar”, foi o meio para que as empresas capitalistas de terras pudessem, com maior êxito, aumentar seu patrimônio. Sendo do interesse do Estado a implantação dessas cidades, todas as iniciativas e práticas de boa vontade, no sentido de ajudar as populações, eram tomadas a si por empresas particulares, tornando a colonização um rentável negócio de terras.

Onde estão aqueles sujeitos que não conseguiram fixar-se nessa terra? Para alguns, houve a possibilidade de avançar rumo a outras frentes de expansão, principalmente nas regiões de mineração de ouro, em direção ao Estado do Pará. Outros retornaram para a região de origem, passando a engrossar as fileiras daqueles que lutavam pela redistribuição de terras. Mas a maioria adaptou suas expectativas às realidades da nova ocupação. O grande problema do projeto de colonização particular é que este selecionou os migrantes que formariam as novas cidades com o mecanismo da compra e investimento na terra:

Neste contexto, a colonização particular passa a receber grande incentivo do governo federal, que abandona a política de colonização oficial a partir de 1974, oferecendo, por sua vez, facilidades e incentivos. Estas empresas colonizadoras são verdadeiras empresas capitalistas e como tais agem. Em relação à seleção dos colonos, as próprias colonizadoras têm (sic) se encarregado de promover tal seleção. A preferência sempre recai sobre os agricultores do sul do país, com mais experiência na lavoura e recursos suficientes para comprarem as terras e os lotes oferecidos pelas empresas (SOUZA, 2008b, p. 79).

O maior sucesso do empreendimento da colonizadora é viabilizado com a seleção de sujeitos capitalizados e com coragem de enfrentar condições adversas, por terem experiências com frustrações na atividade agrícola. Mas sempre há os que não conseguem se adaptar. Assistimos assim à formação do trabalhador braçal, desapropriado do pecúlio que conseguiu vendendo suas posses ao sair de sua terra natal. Residindo em Mato Grosso, este trabalhador passa a garantir sua sobrevivência física no trabalho árduo como peão de monocultura, projetando o sonho de melhores dias para sua descendência. Este processo foi denominado por Ianni (1984) de “*constituição do proletariado agrícola*”, momento em que todas as relações interpessoais são realizadas mediante pagamento, assim como toda relação com a terra e com a natureza é mediatizada por interesse de posse e de lucro. A produção de

produtos primários também se adaptou aos valores do capitalismo:

Hoje, a mentalidade capitalista e os padrões ‘racionais’ de administração, produção, etc. estendem-se por áreas cada vez mais amplas. Os colonos, parceiros e arrendatários que viviam no interior da fazenda, como componentes de uma estrutura patrimonial, estão se transformando em camarada, diarista, mensalista ou volante. O que a fazenda rechaça do seu interior, porque as modificações do mercado revelam cada vez mais onerosas, ela somente contrata para tarefas, prazos e preços rigorosamente predeterminados. Dessa forma, liquidam-se pouco a pouco os componentes não capitalistas das relações entre o fazendeiro e o trabalhador, agora transformados em empresário e proletário (IANNI, 1984, p. 101).

Isso significa que não há espaço para o desejo de quem vem de outro local em busca da terra prometida, da terra dos sonhos.<sup>10</sup> A colonização, da forma como foi levada a cabo no norte de Mato Grosso, fez com que um modo de vida de outro contexto fosse artificialmente implantado, através da monocultura agroexportadora de produtos primários; mas também os problemas fundiários do país foram remetidos para que fossem resolvidos nesta região. Ao mesmo tempo, através de um plano previamente concebido, que transplanta a cultura e a economia previamente existente em diversas regiões, almeja sua reprodução sem conhecer as potencialidades da região de Sinop, de forma que o pioneiro traz para esse contexto sua visão de mundo e a reproduz. Por isso, os projetos que se seguiram à ocupação planejada foram também desenhados segundo o desejo de quem vinha adaptar à região, ao desejo de um modo de vida previamente concebido, “civilizado”.

A migração para o norte do Mato Grosso, se considerarmos como possibilidade de concretizar a posse da terra prometida, com o passar do tempo se mostrou um projeto inviável. No entanto, outro discurso foi lançado, abandonando as propagandas iniciais das colonizadoras, que atraíam o migrante sem conhecer a região. Trata-se da promessa do progresso ao alcance de todos. Se a migração para Sinop tinha se mostrado um fracasso para muitos, a esperança seria construir, nesse local, aquilo que havia sido o objeto dos sonhos dos migrantes e, por isso, o desenvolvimento passa a ser o discurso hegemônico, altamente atraente para a população desfavorecida pela colonização. Dessa forma, inicia-se o processo de consolidação das cidades e a produção regional se integra (subordinando-se) aos mercados internacionais.

---

<sup>10</sup> Na expressão de Fiorelo Picoli, “*A Amazônia representava a busca do mel e migrar era transformar-se em beija-flor para voar para a terra prometida*” (PICOLI, 2005, p. 71).

## 2.2 – O Contexto socioeconômico, político e cultural

A partir de 1990, momento em que a colonização tornara-se história, o norte de Mato Grosso inicia o processo de desenvolvimento de suas características. Por vezes se destacando no cenário nacional e internacional, especialmente no crescimento econômico e nos problemas ambientais, decorrentes da forma como o discurso a respeito do progresso foi reproduzido. Isso ocorreu porque a ocupação dessa terra se deu por grupos de pessoas que, mesmo de maneira camuflada, foram selecionados de acordo com um critério bastante objetivo: a capacidade de investimento que possuíam.

A forma como foi realizada a instalação das propriedades na mata Amazônica exigiu altos investimentos em máquinas na derrubada da floresta, para dar início à produção. Quem não tinha capacidade de despender tais valores era obrigado a seguir adiante ou retornar à sua região de origem, com já ressaltamos anteriormente, deixando seu lote para ser revendido pelas colonizadoras. O planejamento das áreas urbanas e rurais, feito durante a colonização, já não condizia com a realidade da ocupação, uma vez que a desistência de muitos migrantes possibilitou a outros o aumento de sua propriedade<sup>11</sup> e o inchamento das cidades fez com que estas ultrapassassem seu traçado original. Na área agrícola, durante o processo de preparação da terra para o cultivo, em muitos casos a madeira foi aproveitada, o que movimentou, durante mais de uma década, a economia local. Com a indústria madeireira, a cidade de Sinop se destaca das demais do norte Mato-Grossense, pois em outras localidades essa atividade não possibilitou a acumulação de riqueza e também não gerou um aglomerado urbano.

Nas cidades que ficam ao norte de Sinop, Colíder e Alta Floresta, houve um breve ciclo do ouro, iniciado em décadas anteriores, mas que, pela vigência da fiscalização, logo se esgotou ou foi entregue às grandes companhias mineradoras, impossibilitando a continuidade dos núcleos populacionais do entorno dessa riqueza.<sup>12</sup> Nestes locais, a pecuária passou então a ser a principal atividade econômica, o abate de animais e o processamento da carne movimentam economicamente os núcleos urbanos desses municípios, absorvem a mão de

---

<sup>11</sup> No planejamento original, a colonizadora Sinop dividiu os lotes em áreas de 40 a 200 hectares. Contudo, devido à desistência de muitos colonos, as propriedades agrícolas atuais ultrapassam essa área. Os dados do IBGE sobre o tamanho médio das propriedades desta região revelam que o maior percentual de terra é utilizado em formatos de grandes propriedades (ATLAS da questão agrária brasileira, 2008, p. 10).

<sup>12</sup> O caso mais conhecido na região é Peixoto de Azevedo, que abrigou o maior número de garimpos nas décadas de 1980 e 1990, quando se esgotou. Muito embora a atividade prossiga em centenas de micro-garimpos espalhados por todo o extremo norte Mato-Grossense, é realizada à margem da lei e de forma artesanal. Maiores detalhes da mineração aurífera na região em PICOLI, 2004, especialmente página 59 ss.

obra disponível e orientam os investimentos e a prestação de serviços. Nas cidades que ficam ao sul de Sinop, caso de Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum, por ser uma região onde o bioma Cerrado contrasta em alguns pontos com a mata amazônica, a atividade agrícola começou antes, já no início da década de 1990, com plantações de arroz. A atividade monocultora nessa região é tão intensa que o município de Sorriso figura desde 2005 como o maior produtor individual de soja do país.<sup>13</sup>

A cidade de Sinop se desenvolveu aproveitando-se de sua posição estratégica na região, utilizou-se dos recursos da exploração da floresta que, depois de esgotada, deu lugar à produção agrícola. No núcleo urbano, em decorrência do crescimento da cidade, verificado em virtude da possibilidade de trabalho e renda que existia nas madeireiras, passou a abrigar um setor de serviços, ligado tanto às atividades da pecuária (similar às cidades localizadas ao norte, como Alta Floresta) quanto da agricultura (semelhante às cidades vizinhas na direção sul, como Sorriso).

O crescimento experimentado pela cidade de Sinop se deu por diversos fatores, uma vez que ela começa a atrair pessoas desde o momento em que a colonizadora faz propaganda dessas terras no sul do país, na época de sua colonização, o que atraiu indivíduos do centro-sul do país, especialmente do norte paranaense:

Um recenseamento realizado pela Colonizadora Sinop, em 12 de maio de 1972, revelou que das 101 primeiras pessoas que compraram terras na Gleba Celeste, 67,33% eram do Paraná; 16,83% de São Paulo; 10,89% de Santa Catarina; 2,97% do Rio Grande do Sul; 0,99% do Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul) e 0,99% do Espírito Santo. Esses dados demonstram claramente a predominância de colonos provindos das regiões Sul e Sudeste do país (LACERDA, 2008, p. 91).

Desde a colonização, Sinop já abrigava, em seu núcleo urbano, trabalhadores descapitalizados que, por não conseguirem adquirir terras ou mantê-las produtivas, ofereciam seus serviços à atividade madeireira, na preparação dos solos e na atividade comercial.

Com a decadência da mineração das cidades ao norte, um imenso fluxo populacional se dirigiu para Sinop, o que se aliou ao fluxo de outras regiões, dos migrantes que vieram do norte-nordeste e daqueles que continuaram a vir do centro-sul. O crescimento populacional registrado em algumas cidades dessa região, acima da média nacional nas duas últimas décadas, é um fato que merece ficar registrado.

---

<sup>13</sup> Para maiores detalhes da produção de soja no norte Mato-Grossense e da produção individual de Sorriso, consultar FERNÁNDEZ, 2007, p. 194 ss.

Vejamos um gráfico do IBGE:

<b>Cidade</b>	<b>População em 1990</b>	<b>População em 2010</b>
Sinop	38.374 habitantes	113.099 habitantes
Sorriso	16.107 habitantes	66.521 habitantes
Lucas do Rio Verde	6.693 habitantes	45.556 habitantes
Nova Mutum	5.542 habitantes	31.649 habitantes

BRASIL, 2011 (adaptado).

Do ano 1991, quando temos o primeiro senso registrado pelo IBGE, até o último no ano de 2010, o número de sinopenses passou de 38.374 para 113.082 habitantes, resultando num aumento de quase 300%. Em relação aos outros três municípios ao sul de Sinop, ocorre algo idêntico em termos demográficos, porém com índices diferentes, em Sorriso (de 16.107, passou para 66.521 habitantes), Lucas do Rio Verde (de 6.693, hoje conta com 45.556 habitantes) e Nova Mutum (que passou de 5.542 para 31.649 habitantes). Portanto, os índices demonstram que houve, nesse contexto, um crescimento populacional considerável e constante na última década. Embora esses registros já dêem sinais de estabilização, se comparamos os dados estatísticos de 2007 e 2010, o crescimento acima da média nacional ainda se manteve.

No entanto, as cidades ao norte de Sinop registraram diminuição dos índices populacionais. Colíder, que em 1990 possuía 31.160 habitantes, em 2010 registrou 30.864; já Alta Floresta contava com 66.926 residentes, no ano de 2010, possuía apenas 49.233 habitantes. A diminuição da população é uma tendência nos municípios que possuem a pecuária como atividade econômica predominante, não participando do circuito da produção de soja como veremos adiante.

A redução da população também pode ser explicada pela decadência da atividade de mineração, que existia nas cidades ao norte de Sinop até fins da década de 1990. O gráfico apresentado na próxima página apresenta as mudanças nos índices da população de Colíder e Alta Floresta:

<b>Cidade</b>	<b>População em 1990</b>	<b>População em 2010</b>
Colíder	31.160 habitantes	30.864 habitantes
Alta Floresta	66.926 habitantes	49.233 habitantes

BRASIL, 2011 (adaptado).

O diferencial de Colíder está nas atividades urbanas, que concentram cinco grandes abatedouros, voltados para o comércio externo de carne. Por isso, o número de habitantes, embora diminuindo desde a década de 1990, teve alta considerável a partir de 2000. No entanto, sendo uma região de predominância da agropecuária, consideravelmente idêntica à Alta Floresta, o número total de habitantes rurais diminuiu, apenas registrando um índice populacional praticamente estável nas últimas duas décadas, em decorrência do número da população urbana. O mesmo ocorreu com Sinop, que concentra mais de 90% da população no núcleo urbano, às margens da BR 163.<sup>14</sup>

Após a consolidação dos projetos de colonização na década de 1990, em pouco mais de uma década houve, no norte do Mato Grosso, o esgotamento do primeiro ciclo econômico, fomentado pelos recursos da exploração da madeira e da mineração de superfície, demonstrando que uma condição já delineada anteriormente: nenhum projeto econômico para este local foi estabelecido a partir da preservação da mata nativa.

A derrubada das árvores, aproveitadas pela indústria madeireira ou descartadas em lixões (onde eram queimadas, formando uma cortina de fumaça sobre as cidades no período da seca), era o pré-requisito para o projeto econômico de aproveitamento da terra para a agropecuária de grandes áreas.

Nos primeiros anos de ocupação dessa região, havia absorção da mão de obra na indústria madeireira e no garimpo - ambas realizadas à margem da lei, às vezes com a conivência dos agentes de fiscalização. Com o esgotamento desses recursos naturais, a

---

<sup>14</sup> Como em toda Região Amazônica, a população de Mato Grosso se concentra em aglomerações urbanas. As maiores cidades, com exceção de Juína e Tangará da Serra, se localizam junto aos principais eixos rodoviários. Ao longo destes eixos concentram-se os municípios com maior população urbana relativa, sendo que no trecho da BR-163 praticamente todos os municípios são classificados como urbanos, apesar do predomínio de economias de base rural. É o caso de cidades como Sinop, Sorriso, Nova Mutum e Lucas do Rio Verde, que têm crescido nos últimos anos. Vemos assim a importância da posição para atração e concentração de investimentos e de pessoas e informações (DISTRIBUIÇÃO espacial das cidades e hierarquia urbana no Mato Grosso, 2011).

produção regional passou a ser comandada mediante a instalação de um setor de prestação de serviços que serve como ponto de apoio à produção da monocultura, nas áreas onde não há mais floresta.

Estas transformações fizeram com que, a partir da década de 1990, a cidade de Sinop passasse a se destacar na região norte de Mato Grosso pelo contingente populacional que atraiu. Ao tornar-se a quarta maior cidade do Estado, o fato serviu de estímulo para a continuidade do projeto e a valorização do processo de colonização fez calar as vozes discordantes. Aqueles que ficaram frustrados com a migração foram silenciados, acabaram por conformar a classe de operários que servem de mão de obra às empresas monocultoras e agroexportadoras:

Temos observado que nos últimos anos vários bairros surgiram em Sinop, formando verdadeiros cinturões de pobreza, desemprego, prostituição e invasões. Muitas dessas pessoas vieram da região de garimpo e, devido à crise dessa atividade, buscam melhores condições de vida para suas famílias. Desta forma, a cidade é vista como núcleo moderno, símbolo de modernidade – como afirma Jacques Le Goff, pois simboliza o progresso, e podemos identificá-lo. Aparece como local de desenvolvimento contínuo, pretendendo ocultar as diferenças sociais, mas que, devido à ausência de uma política de preservação ambiental, tem proporcionado uma verdadeira devastação com queimadas, exploração não racional dos recursos florestais e assoreamento de vários córregos e reservas pelo lixo industrial e urbano jogado em suas margens. Só que as “propagandas” nos passam a imagem de um modelo bem sucedido de colonização particular, de desenvolvimento e de progresso social (SOUZA, 2004, p. 227).

Temos assim um núcleo urbano superpovoado, circundado por uma extensa área de agricultura, cujos índices de produção estão entre os maiores do país, estritamente organizado segundo os padrões racionais de administração. O modelo empresarial consolidou-se no campo com a instituição da monocultura agro-exportadora, aliada a empresas transnacionais para a utilização de pesticidas e sementes transgênicas, em propriedade de milhares de hectares que necessitam grande investimento de capital e pouca mão de obra.

O progresso passou a ser a palavra de ordem para esta região. Durante os últimos vinte anos, as palavras “desenvolvimento” e “progresso” foram centrais na propaganda sobre a cidade de Sinop, promovida por diversos agentes, seja a prefeitura municipal, a colonizadora que se tornou a principal imobiliária da cidade, ou outras empresas. Dessa forma, criou-se uma espécie de subtítulo para a cidade de Sinop, “a capital do Nortão”, que é objeto de propaganda na cidade e aparece em vários locais, como na fotografia do viaduto apresentada na próxima página:



Fotografia 1: Viaduto de acesso a Sinop<sup>15</sup>

Essa nomenclatura – *capital do nortão* – já é utilizada há pelo menos duas décadas, como forma de valorizar o local como centro da região norte do Mato Grosso e para justificar os investimentos realizados pelos diversos agentes que acreditaram no sucesso da colonização. A cidade, centro regional, denota a colonização “acertada” (com isso, garantindo o retorno dos investimentos realizados) e, de forma geral, tranquiliza os que migraram para esta região:

As cidades do nortão, principalmente Sinop e Alta Floresta, impõem-se no contexto norte Mato-Grossense, sob o signo do progresso, como “modelos” de desenvolvimento bem-sucedidos, pilotados pela iniciativa privada. (...) Construiu-se um discurso ufanista sobre o “Nortão”, o mito da terra prometida, do progresso, do futuro, da prosperidade, do sonho, da terra de realizações. Porque as pessoas acreditaram nos discursos, nos mitos, nas verdades construídas nestas cidades de fronteira. O progresso passa a ser uma fonte inspiradora para estas pessoas: vamos trabalhar ordeiramente, respeitando o pai, o padre, o político e o herói colonizador (SOUZA, 2004, p. 245).

O discurso do desenvolvimento e do progresso é também uma forma de tranquilizar aqueles sujeitos que não viram com bons olhos a forma como a região se desenvolveu, uma vez que aponta para as possibilidades do futuro e para as possíveis mudanças que ainda estão por virem. É o caso dos indivíduos que, mesmo experimentando a condição de subalternidade na atividade econômica da qual participam, ou na impossibilidade de desfrutarem do conforto que a tecnologia e os serviços atuais oferecem, podem transferir seus desejos atuais para as gerações futuras, mantendo a estrutura social atual sem questionamento.

---

<sup>15</sup> Fonte: acervo do autor, 2010.

Da mesma forma, os dirigentes políticos da região também fazem muita propaganda do progresso em seus discursos. É uma forma de manter o prestígio do projeto de colonização, mesmo para aqueles que percebem que este processo foi prejudicial para suas vidas. Para manter a mentalidade geral de sucesso e de desenvolvimento constante, esta cidade é apresentada, nos discursos na imprensa sinopense, como a que possui a melhor qualidade de vida da região, mesmo que isso não se comprove, especialmente diante do alto custo de vida aí existente. O encarecimento decorre dos custos de transporte dos gêneros alimentícios, trazidos de outros centros produtores (a produção regional é insuficiente para atender à demanda por frutas, verduras e legumes, pois não há produção de alimento, além do arroz e da carne – esta direcionada à exportação). Ainda há o problema do preço abusivo estabelecido pelos lotes urbanos e pelas propriedades rurais, em virtude das práticas de especulação imobiliária.

A ênfase nas propagandas que engrandecem a cidade como centro de uma região, não tendo partido da população ou da realidade que possa ser percebida no cotidiano, remete às tentativas de continuidade de um projeto de colonização. Assim, quatro décadas depois da cidade ser fundada, mesmo quando a condução do projeto já não está mais sob responsabilidade da empresa Sinop, já estando presentes nesse espaço os sistemas legais e as forças de Estado, esta empresa continua sendo a principal comerciante de fazendas e lotes urbanos. Todos os agentes sociais e econômicos desse espaço esforçam-se por conceber este empreendimento, que é a própria cidade, como local de sucesso, ao menos discursivamente.

Predominam os discursos sobre a viabilidade dos empreendimentos no futuro. A garantia de rentabilidade dos investimentos está fortemente presente no cotidiano das propagandas da maioria dos negócios imobiliários. Estes discursos tornaram a região de Sinop um centro comercial, a cidade estaria transpirando progresso.

A propaganda, de que nesta região existem oportunidades e que as pessoas da região possuem riqueza, cada vez mais atrai novos migrantes, que entram na mesma lógica daqueles vindos há mais tempo: se não está bom agora, se os preços dos imóveis estão altos demais, se o custo de vida situa-se acima da média nacional, quem sabe no futuro exista a possibilidade de usufruir do conforto e o progresso seja de fato viável. Mesmo que, na atualidade, trate-se apenas de um argumento motivador para que todos acreditem nos ideais divulgados nos discursos midiático, patrocinado pela minoria detentora de terra.

Por isso, participar da produção agropecuária é tão importante nessa região. Os

empresários do agronegócio foram, nas duas últimas décadas, os captadores das riquezas produzidas com o trabalho nessa região. Possuir grandes extensões de terra e ter capacidade de investimento para realizar a produção mecanizada em larga escala tem permitido, a um grupo pequeno de empresários do campo, o sucesso econômico, também visível em outros setores da sociedade, especialmente por figurarem entre as lideranças empresariais e políticas, constituindo-se em força hegemônica na atualidade.

Atualmente, os setores da agropecuária agroexportadora assumem a condução da economia na região norte de Mato Grosso, mesmo não sendo o setor econômico que oferece trabalho e renda para a maioria das pessoas, como mostra o seguinte gráfico do IBGE:

	PIB – Produto Interno Bruto (Valor Agregado): <b>Agropecuária</b>	PIB – Produto Interno Bruto (Valor Agregado): <b>Indústria</b>	PIB – Produto Interno Bruto (Valor Agregado): <b>Serviços</b>
Sinop	165.492	226.479	1.122.946
Sorriso	791.159	196.098	1.112.020
Lucas do Rio Verde	405.571	241.908	797.688
Nova Mutum	512.212	126.868	521.328
Colíder	52.619	63.555	176.719
Alta Floresta	108.560	61.093	298.322

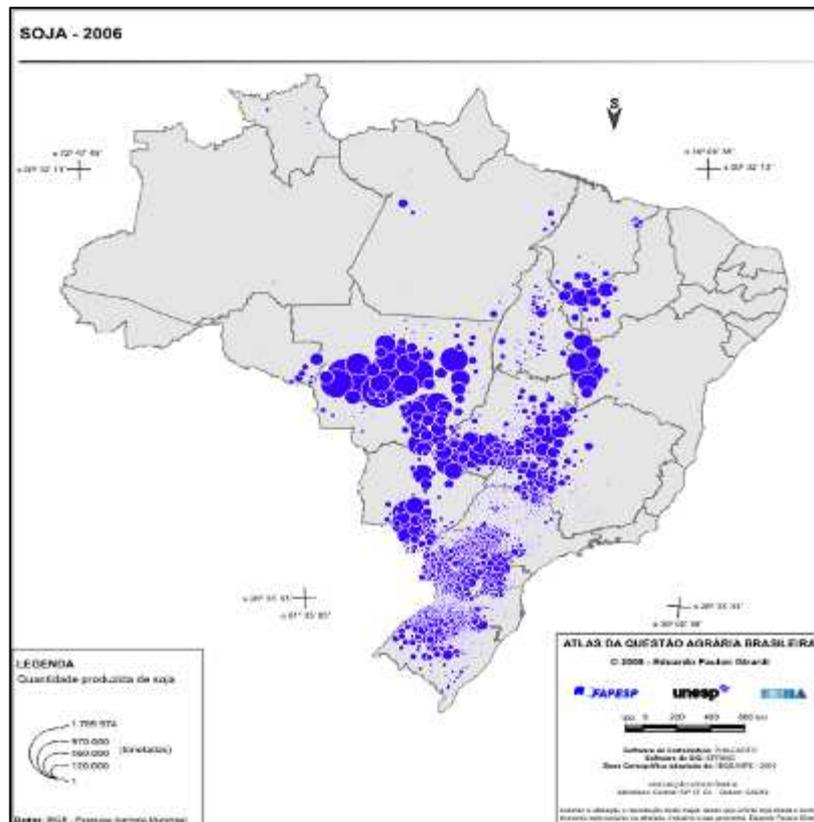
BRASIL, 2011 (adaptado).

De acordo com este gráfico, o maior montante de riqueza que contribui para a formação do Produto Interno Bruto de Sinop é o setor de serviços, não a agropecuária ou a indústria. O mesmo gráfico se repete, com variações de valores, mas mantendo em primeira colocação esse mesmo setor, nas outras cidades do norte Mato-Grossense conforme exposto no gráfico do parágrafo anterior.

Dessa forma, apesar do grande espaço publicitário que ocupa na mídia e do poder que adquire em virtude da riqueza que concentra, não é o setor ligado diretamente à agropecuária o responsável pela renda da maioria das pessoas nessa região. Ao contrário, este setor é o responsável pela abertura de grandes áreas de floresta e concentração de terra. Mediante um discurso propagandístico e ideológico, o projeto agropecuário monocultor voltado para

exportação conseguiu direcionar os investimentos e a produção dessa região, aparece como a vocação natural dessa terra.

O cultivo da soja é um dos maiores ícones do sucesso da agricultura de grandes áreas na região de Sinop. Também chamado de ouro amarelo, seu cultivo na região se destaca nacionalmente pelo volume produzido, conforme podemos ver no mapa:



*Mapa 2: Concentração da produção de Soja no Brasil*<sup>16</sup>

No mapa podemos visualizar que há um grande volume de produção dessa leguminosa nessa região, a ponto de significar um dos maiores volumes produzidos no país. O mesmo mapa demonstra que Sinop participa do bloco de produtores que coloca a cidade como pertencente ao Médio norte Mato-Grossense, formando um bloco, ao longo da BR 163.

<sup>16</sup> ATLAS da questão agrária brasileira, 2008

O cultivo da soja está aliado aos grandes grupos transnacionais de adubação química, máquinas pesadas, pesticidas e melhoramento genético. Desta forma, o setor agropecuário firmou uma estrutura de armazéns ao longo da BR 163, mobilizou o transporte rodoviário e organizou a atividade econômica de muitas pessoas para a prestação de serviços. As imagens que aparecem associadas ao Mato Grosso incorporam fortemente o cultivo da soja, tornando seu plantio o símbolo da economia estadual, associando-o à utilização de grandes máquinas e



sistemas de transporte, perfazendo uma noção de produção moderna e próspera:

*Fotografia 2: Colheita de Soja em MT<sup>17</sup>*

No entanto, mesmo com o grande volume de produção dessa leguminosa, que confere destaque à região, isso não significa que não existam problemas relacionados ao complexo da soja:

Nessas regiões, os tradings, como são chamadas as empresas que compram a produção do agronegócio, têm importância crucial; o local é totalmente subordinado ao global, já que a monocultura commoditizada tem grande influência nas ações de crescimento econômico local. Municípios como Nova Mutum, Sorriso, Lucas do Rio Verde e Sinop apresentam um cenário de desenvolvimento. Por estar ancorado na monocultura, este cenário é frágil e está totalmente submetido ao seu bom desempenho econômico (GIRARDI, 2008, p. 01).

---

<sup>17</sup> Fonte: COLHEITA de soja no Mato Grosso, 2011.

A subordinação da monocultura da soja aos preços e demandas de outros países faz dessa atividade um negócio de alto risco. Exemplo recente desse fato tivemos na última crise de preços, na safra 2005/2006, quando as cotações internacionais caíram e deixaram muitos agricultores com dívidas junto aos bancos e empresas, uma vez que um grande percentual da produção é financiado, dada a exigência de melhoramento dos solos e utilização de máquinas de alto custo.

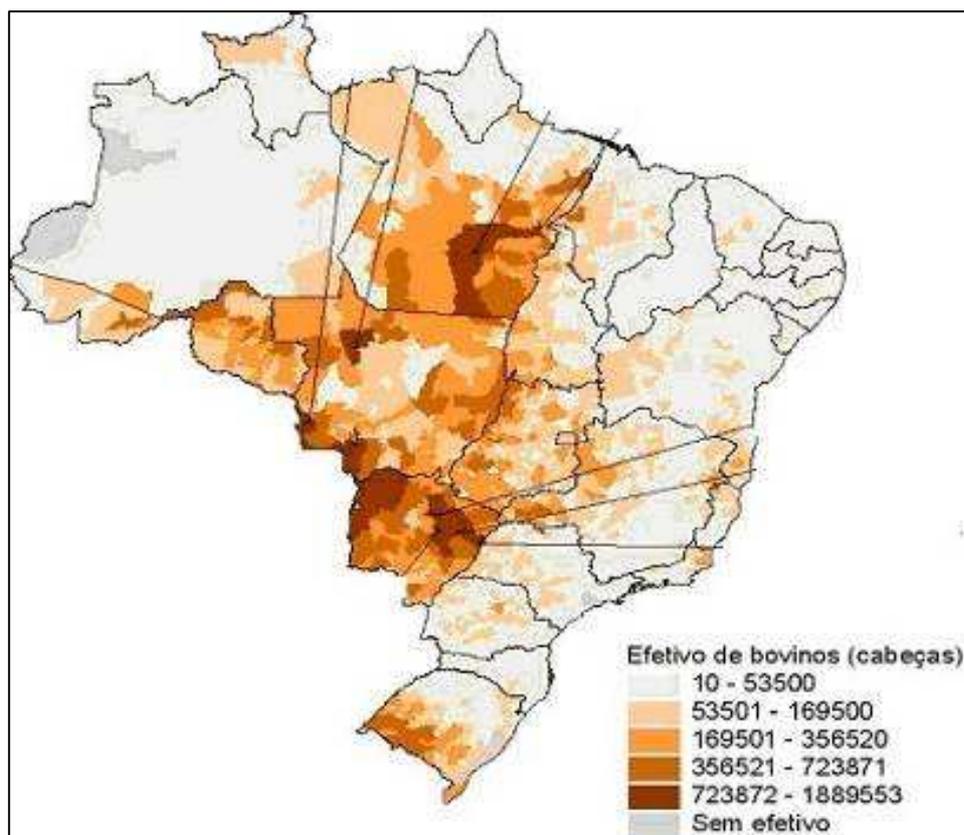
Torna-se assim compreensível a necessidade de propaganda desta organização produtiva: mesmo sendo muito atrativa, em virtude da rentabilidade auferida, envolve altos riscos, pois depende de condições meteorológicas, da logística de transportes e dos preços internacionais favoráveis (que também dependem da quantidade produzida em outros países, de acordo com a lei da oferta e procura). Por não necessitar do envolvimento de muitas pessoas, pode contratar pouca mão de obra e gera maiores lucros, na medida em que aumenta a quantidade de área plantada - grandes extensões de terra e concentração fundiária aumentam a possibilidade de sucesso desta atividade.

Como está voltado para a exportação de produtos primários, o complexo da produção de soja somente consegue aumentar seu lucro quando amplia a área de cultivo, uma vez que não realiza nenhuma etapa de processamento industrial (que agregue valor ao cultivo), necessitando apenas de transporte até os portos internacionais.

Entretanto, outra atividade, que possui mais força nos municípios ao norte de Sinop, possui características semelhantes na utilização da terra e na capacidade que possui de produzir lucros vultosos para poucos indivíduos. Trata-se da pecuária.

O mapa do IBGE, reproduzido abaixo, mostra as áreas de maior ocorrência dessa atividade no país. Este mapa apresenta a região imediatamente acima de Sinop, no extremo norte de Mato Grosso, como uma área de alta concentração da produção de bovinos no país, retratando o peso dos Estados de Mato Grosso do sul, Mato Grosso e Pará nesta atividade. Entretanto, mesmo sem concentrar o maior índice de efetivo de bovinos, a região é importante produtora e exportadora de carne bovina. A agropecuária destaca-se na produção atual do norte de Mato Grosso, uma vez que a área não contemplada com a agricultura da soja está direcionada à pecuária.

Vejamos um mapa que mostra a concentração da pecuária no país:



Mapa 3: Concentração da bovinocultura no Brasil <sup>18</sup>

A distinção que ora fizemos entre agricultura e pecuária (com as imagens dos *mapas 2 e 3*), a primeira predominando no médio norte e a segunda no extremo norte, indicando a predominância de determinadas atividades econômicas nesses locais, não significa a existência de uma separação estanque.

Muitos programas desenvolvidos pelas atuais agências de pesquisa, a exemplo da recém instalada EMBRAPA,<sup>19</sup> bem como os cursos oferecidos nos sindicatos e associações de produtores, ressaltam a possibilidade de integração lavoura-pecuária para que o solo seja totalmente aproveitado. Dessa forma, o plantio das chamadas culturas brancas (arroz, soja, milho, algodão) não é diferente da pecuária, inclusive esta é muitas vezes instalada em uma área cujo proprietário está descapitalizado, para que, a partir do ganho com a criação de animais, ele possa investir no cultivo de soja, que exige mais correção do solo e disponibilidade de máquinas. Também o plantio do arroz é utilizado como forma de “amansar a terra”, logo após a mata ser derrubada, viabilizando os processos de correção do solo.

<sup>18</sup> Fonte: BRASIL, 2004.

<sup>19</sup> Em 2010, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) instalou em Mato Grosso seu primeiro núcleo de pesquisa na cidade de Sinop. A unidade foi nomeada de “Embrapa Cerrado” e seu objetivo é o desenvolvimento de tecnologia para o setor da soja e da pecuária (EMBRAPA em Sinop, 2010).

A produção agropecuária dessa região, mesmo se diferenciado nas microrregiões, é parte de um mesmo projeto do capital, que utiliza a terra para obter lucro. Esse projeto já existia desde o momento em que a colonização se instalou e obteve êxito, naturalizando-se como a única possibilidade de garantir a existência do ser humano neste local.

Em seu início, parecia haver abertura para que diversos grupos marginalizados em outras regiões sonhassem com a possibilidade da posse da terra, indisponível nas regiões em que nasceram, o que chegou a tornar alguns indivíduos sem terra em bem sucedidos detentores de grandes propriedades. Porém, com o passar do tempo, com as condições encontradas, somente os grupos capitalizados continuaram proprietários dos meios de produção (especialmente da terra), reproduzindo as mesmas estruturas sociais que existiam antes de todo o processo migratório, carregando através do tempo a utilização do solo com objetivo de lucro:

A fronteira, na realidade, configura-se como um elemento complexo e dinâmico que alimenta o processo de acumulação e que constrói não só ideológica e simbolicamente a possibilidade de reprodução do produtor familiar, como permite novos processos de diferenciação social, levando o pequeno produtor a encontrar formas de resistência à sua expropriação ou, então, a conseguir uma ascensão vertical ou a adiar sua proletarianização. No estado de Mato Grosso, a política de colonização oficial, após 1970, caracterizou-se por uma política de ação conjunta entre o Incra e Cooperativas. Tinha como um dos objetivos declarados o acesso à terra para pequenos produtores, mas, na realidade, o que se buscava era a racionalidade da ocupação das terras através de uma ordenação dos fluxos migratórios (CASTRO, 2002, p. 223).

A abertura da floresta por uma empresa que fez da edificação de cidades seu trabalho e forma de obtenção de ganhos, mesmo sendo parte da história do local, é muito atual. As pessoas que para cá migraram, na esperança de verem o retorno do seu capital investido, ainda mantêm a esperança de que isso ocorra, não colocam data limite para que este objetivo seja cumprido. Muitos dos que vieram para essa região e investiram na produção agropecuária de grandes áreas, tiveram bons resultados, tornaram-se novos ricos, conheceram e se integraram ao consumo de massa, estabelecendo esses valores como sendo seu modo de vida. Com isso, acabou por tornar-se mais difícil o enfrentamento dos problemas sociais, ambientais e econômicos que advêm da forma como foi estabelecido o uso da terra.

A naturalização do que ocorre atualmente também impede que se façam planejamentos diferentes para o futuro. Por isso, as potencialidades da produção do norte de Mato Grosso é objeto do próximo subtítulo.

### 2.3 – Potencialidades do norte Mato-Grossense no discurso hegemônico

Marcando presença aproximadamente por duas décadas no norte de Mato Grosso, o agronegócio se fortaleceu e ganhou destaque na economia local, a ponto de ser considerado como a vocação natural desta região. Sendo continuidade do processo de colonização, sua reprodução foi garantida tanto por programas estatais, que almejavam a integração dessa localidade à economia nacional e internacional, quanto por interesses particulares, que novamente objetivam o lucro do investimento realizado.

A hegemonia do agronegócio neste contexto é tão expressiva, que o planejamento estratégico, realizado pelo governo estadual desde 1989 para ordenar a produção no Estado de Mato Grosso e denominado de “*Zoneamento Socioeconômico Ecológico*” (ZSEE/MT), é o instrumento atualmente utilizado para buscar legitimidade à estrutura produtiva instalada. Com base nesse trabalho, a Secretaria de Planejamento (SEPLAN), uma das responsáveis pela condução destes estudos, assim se manifesta quanto às ameaças futuras à economia de Sinop:

O desenvolvimento futuro do ambiente externo (estadual, nacional e mundial) nas condições estabelecidas no cenário de referência traz consigo muitas ameaças que podem prejudicar o desenvolvimento da região, caso ela não tenha capacidade adequada de defesa. Essas situações externas “desfavoráveis” quando corretamente identificadas fornecem, por seu turno, uma orientação importante para a definição da estratégia de desenvolvimento. Assim, foram identificadas as seguintes ameaças externas à região: 1 - Controle monopolístico das tecnologias pelas multinacionais. 2 - Manifestação de mudanças climáticas globais. 3 - Intensificação da concorrência mundial com base em novas tecnológicas. 4 - Recorrência e ampliação de epidemias e endemias em vegetais e animais. 5 - Ampliação de barreiras comerciais não tarifárias, com alta exigência de qualidade e de controle. 6 - Risco de queda das demandas de matérias primas, insumos e alimentos em razão de eventuais quedas no crescimento econômico. 7 - Instabilidade dos preços internacionais de produtos naturais e alimentícios. 8 - Ampliação da biopirataria com a retirada de amostras da biodiversidade. 9 - Intensificação da concorrência de países do MERCOSUL no agronegócio. 10 - Expansão do narcotráfico nas regiões de fronteira do Brasil. 11 - Instabilidade política em países vizinhos, especialmente Bolívia (MATO GROSSO, 2004, p. 27).

Como podemos observar, o maior número de riscos elencados (1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11) se relacionam a preocupações com o futuro da produção da monocultura dependente, pois, por se encontrar envolvida com empresas transnacionais, a economia regional é objeto de interesse de grupos econômicos de todo o mundo. Desta forma, longe de ser uma agricultura convencional, a agropecuária em geral e o cultivo da soja em especial (cultura símbolo desta forma de conduzir os processos agrícolas) é um negócio que envolve outras cadeias

produtivas, mais que meras peças assessórias.<sup>20</sup>

As evidências do caráter dependente dessa organização produtiva a interesses e poder externo mostram-nos sua capacidade em subordinar o trabalhador local ao mercado e ao sistema financeiro global. Isso ocorreu por diversas circunstâncias, a iniciar pelo desconhecimento das potencialidades naturais da região, responsável pela decisão dos agricultores no cultivo de lavouras temporárias, num contexto em que tal decisão deve vir acompanhada da modificação do espaço natural. Quando os migrantes se estabeleceram nesse espaço, encontraram uma floresta exuberante que se renovava há milênios, mas isto não foi percebido como algo passível de utilização para a sobrevivência – como uma potencialidade para ser fonte e subsídio de outro modelo econômico.

No momento em que a cobertura vegetal foi destruída, com máquinas e com fogo, o solo restante mostrou-se insuficiente ou deficitário para iniciar o cultivo de qualquer espécie de planta. A única saída foi montar uma estrutura em torno da produção agrícola, que permitisse a adaptação da região aos desejos dos produtores, descartando-se com isso as potencialidades naturais e renováveis já existentes.

Uma das primeiras providências, quando se optou pela reprodução da agricultura já praticada em outras regiões do país, foi buscar a reposição dos nutrientes em falta, sem os quais a agricultura não se viabilizaria. Um dos primeiros elos para esta produção iniciar foi a correção da acidez do solo, através da aplicação do calcário:

Queríamos plantar aqui igual ao Sul. Inclusive, eu nunca esqueço. Nós tínhamos semente de aveia, parecida com trigo, mas é aveia. Nós trouxemos semente para cá, e quando plantamos, até perto da minha casa, ela nasceu, ficou amarelinha depois morreu. Batatinha inglesa, agora já diz que produz [refere-se aos anos de 95], na época plantei as batatinhas e não nasceu. Não nasce, então vou lá, cavouco e na cova, encontrei cozido, podre. Não nasceu! Aqui não dá nada! Gente de Deus! Sem calcário, sem nada, nessa terra vai dar o quê? Outra coisa que tentei plantar foi alho. Alho não vem e não vem. Só que agora já tem gente que tá produzindo isto aqui, dá batatinha, dá alho, a cebola de cabeça, só que quanto tempo para corrigir, e até nós se habituar com essa coisa que nós não era acostumado. (ZART, 1998, p. 138).

Os primeiros agricultores trouxeram para essa região (juntamente com uma noção pré-concebida do que era agricultura e do que deveriam produzir) as sementes para reproduzir, mas logo descobriram que, sem a adaptação do solo e das espécies, não se produziria nada. As

---

<sup>20</sup> Anteriormente, quando apresentamos o quadro descritivo do PIB de Sinop (retirado do site do IBGE) havia a sugestão de que o agronegócio, através da agricultura e da pecuária, não é o elemento produtivo mais significativo para a economia desta região, pois não concentrava o maior índice do Produto Interno Bruto. Isso se deve ao fato de existirem diferentes elos na cadeia produtiva da região, sendo que cada um deles recebem uma porcentagem da renda obtida com a monocultura agroexportadora instalada.

mesmas medidas tiveram que ser tomadas em relação à soja:

O cultivo de soja se deparava com dois problemas técnicos a serem equacionados: um em relação ao efeito do fotoperíodo, ou seja, o número de horas de incidência da luz sobre o desenvolvimento das plantas, que foi trabalhado com a adaptação das variedades, e outro associado com a característica do solo, que foi corrigido com calcário (CASTRILLON, 2007, p. 116).

A adaptação ao solo e ao clima foi possível com as técnicas desenvolvidas por centros de pesquisa associados às empresas ligadas ao fornecimento de insumos agrícolas. No entanto, cabe ressaltar que o trabalho de adaptar as plantas e corrigir o solo precisa ser realizado constantemente, não é uma tarefa a ser executada unicamente no momento em que a floresta foi substituída pela agricultura.

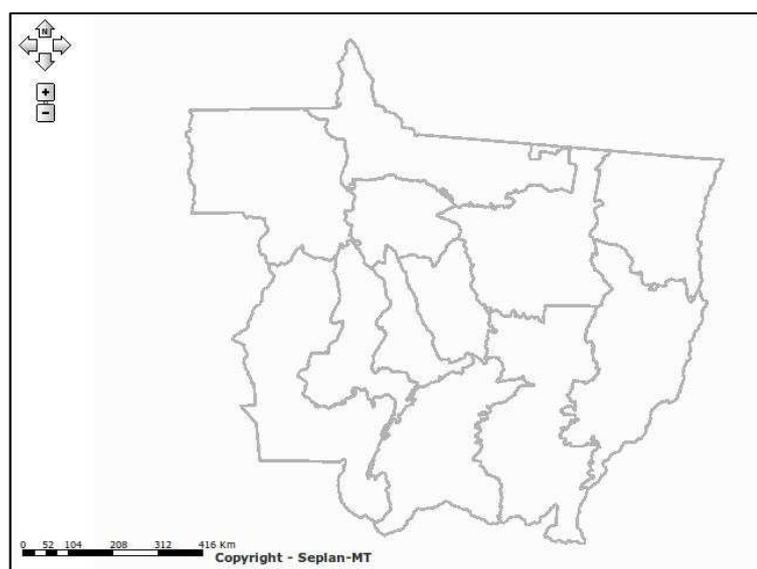
O trabalho de adaptação da terra é constante e maior do que em outras regiões do país, uma vez que o solo em toda a região amazônica e na área de transição ao norte de Mato Grosso é bastante pobre em nutrientes. A necessidade de atenção constante ao teor de acidez e à adubação do solo faz dessa região uma área extremamente atrativa para as empresas ligadas ao fornecimento de tais nutrientes.

Como a monocultura cultiva poucas variedades de vegetais em um grande espaço territorial, é muito sensível às doenças (uma vez que uma enfermidade pode contaminar grandes áreas e causar danos em escala), de tal forma que pode ocorrer a inviabilização de toda a produção de um ano ou mais. São constantemente necessárias novas adaptações das variedades cultivadas e a disponibilidade dos chamados “defensivos agrícolas” (agrotóxicos, herbicidas, inseticidas) deve ser renovada. Assim, os setores empresariais ligados ao cultivo de novas variedades (incluindo aí os que realizam a manipulação genética) e os produtores de pesticidas são também tradicionais parceiros desses cultivos – para eles, a monocultura possui muita potencialidade atual e futura, desde que se mantenha inalterada.

O mercado consumidor externo é também um dos alavancadores do agronegócio, uma vez que a produção de soja, milho e algodão é direcionada a outros países. Nos últimos anos, da mesma forma como tem crescido a produção local, a demanda por estas commodities também aumentou, ajudando o Brasil a alcançar superávit em sua balança de exportações, justificando e avalizando (junto às esferas do governo federal e de parcelas da opinião pública) o que ocorre no setor agrário; de outra parte, minimizando a importância do impacto

ambiental que causa. Por isso, existem estudos do governo do estado<sup>21</sup> sobre as implicações, viabilidade e futuro da estrutura produtiva.

Isso tem sido realizado inclusive com debates em torno da classificação dos biomas de Mato Grosso, em audiências públicas promovidas pela Assembleia Legislativa em todos os municípios do Estado. Este trabalho tem sido um palco interessante para a discussão das potencialidades do norte Mato-Grossense, além das limitações ambientais, sociais, políticas e econômicas do sistema produtivo predominante. O processo é nomeado pelas Secretarias do Meio Ambiente e de Planejamento de “*Zoneamento Socioeconômico Ecológico de Mato Grosso*” (ZSEE/MT). Ele propõe um novo ordenamento produtivo de todo o estado, a partir de uma exigência federal de definição de quais são as características e o que melhor pode ser produzido em cada microrregião, segundo suas aptidões naturais. Para este trabalho, o Estado de Mato Grosso foi dividido conforme a imagem abaixo:



Mapa 4: Microrregiões do ZSEE-MT<sup>22</sup>

Observamos que existem 12 microrregiões, sendo que o norte foi dividido ao menos em quatro e o município de Sinop foi destacado do extremo norte e do médio norte, compondo um bloco com municípios vizinhos de menor porte, que vão em direção à Reserva

<sup>21</sup> Ressaltamos que desde 2002, no governo de Blairo Maggi (governador entre 2002-2010), o Estado de Mato Grosso atuou especialmente em favor do agronegócio, uma vez que o próprio governador figura entre os maiores produtores de soja do país. Em 2010, com a eleição do Vice-governador do período Maggi, Silval Barbosa, para o governo do estado no período 2011-2014, a continuidade dessa orientação política mantém-se incontestada. A aliança desses grupos políticos com o governo Lula e com o atual governo de Dilma Rousseff mostra a importância estratégica para a economia nacional que o agronegócio possui na atualidade.

<sup>22</sup> Fonte: MATO GROSSO, 2010.

Indígena do Xingu. Nesses estudos da SEPLAN, em parceria com setores organizados da sociedade, as potencialidades futuras do norte Mato-Grossense foram definidas dessa forma:

O desenvolvimento da região será bastante determinado por sua capacidade de atrair e reter investimentos, de modo a aproveitar as oportunidades criadas no ambiente externo, sobretudo o estadual, mediante a mobilização de suas vantagens competitivas. Portanto, identificar de forma correta as potencialidades ou vantagens competitivas da região é o primeiro grande passo para a definição de uma estratégia capaz de produzir o desenvolvimento regional esperado. Assim, foram identificadas as seguintes vantagens/potencialidades: 1 - Boa estrutura de educação básica e superior com potencial educacional para pesquisa com centro técnico-universitário e sistema educacional de porte. 2 - Produtores com tradição agrícola, boas práticas, espírito empreendedor e capacidade de mudanças. 3 - Agropecuária tecnificada. 4 - Educação e consciência ambiental. 5 - Diversidade cultural e étnica e miscigenação de culturas. 6 - Novos modelos de colonização. 7 - Ampla e diversificada base agroindustrial. 8 - Grande potencial para indústrias de reciclagem. 9 - Mercado consumidor interno de porte. 10 - Localização estratégica (eixo da BR 163). 11 - Potencial hídrico e para uso energético e pesqueiro. 12 - Investimentos em infraestrutura urbana. 13 - Produção agropecuária diversificada. 14 - Base para o desenvolvimento de APL (artesanatos/piscicultura/fruticultura regional, movelaria, etc.). 15 - Base para o adensamento das cadeias produtivas. 16 - Base para o desenvolvimento da indústria madeireira e moveleira. 17 - Base para a indústria do turismo da natureza (aventura, rural etc.). 18 - Base para a indústria de bioprodutos. 19 - Boa organização social (cooperativismo, associativismo, organização regional, sindicalismo). 20 - Reservas ecológicas e indígenas demarcadas e existência de remanescente florestal. 21 - Solo favorável para agricultura, pecuária e extrativismo (MATO GROSSO, 2004, p. 29).

Fica clara a percepção de que a atividade do agronegócio é dependente da existência de investimentos para tornar possível a produção, conforme já relatamos anteriormente. Já as potencialidades, tomadas nesse texto como sinônimo de vantagens, identificadas no norte Mato-Grossense para alavancar o futuro, são bastante interessantes de serem avaliadas.

Depois de citar a formação dos indivíduos em primeiro lugar, no item 1 (*Boa estrutura de educação básica e superior com potencial educacional para pesquisa com centro técnico-universitário e sistema educacional de porte*), outros itens também se referem à formação dos indivíduos e sua cultura, como o 2 (*Produtores com tradição agrícola, boas práticas, espírito empreendedor e capacidade de mudanças*), 4 (*Educação e consciência ambiental*) e 5 (*Diversidade cultural e étnica e miscigenação de culturas*). Por certo, a formação de sujeitos, a tradição, a consciência ambiental e a diversidade cultural podem ser condições para o desenvolvimento de potencialidades para objetivos variados, então estes itens são condição para praticamente todos os tipos de produção que se deseja iniciar.

Contudo, o estudo conduzido em 2004 (muito diferente da conclusão do ZSEE-MT que apresentaremos adiante) ainda recebeu a contribuição de diversos setores da sociedade, como representantes de ONGs, indigenistas, movimentos sociais, universidades, dentre

outros, e conseguiu incluir muitos itens sobre as potencialidades de uma produção alternativa ao agronegócio. Por isso, pode causar surpresa que, juntamente com a tradição agrícola e o espírito empreendedor, o cooperativismo e o associativismo sejam citados, uma vez que a maioria das potencialidades do estudo publicado pela SEPLAN esteja direcionada ao agronegócio. Entretanto, como a escrita desse documento contou com a participação de diversos setores da sociedade, temos aqui uma amostra da existência de outros sujeitos pensando em alternativas ao modelo produtivo hegemônico.

O item 19 (*Boa organização social (cooperativismo, associativismo, organização regional, sindicalismo)*), chama atenção para a possibilidade do desenvolvimento do cooperativismo e do associativismo como potencialidades dessa região, o que remete ao objetivo do presente estudo, de pensar no desenvolvimento da Economia Solidária nesta região. Assim, teríamos, nos estudos realizados pela Secretaria de Planejamento do governo Maggi, um indicativo de que tal forma de organizar a produção é possível nesse contexto. Isso também se reflete na inclusão de um artigo isolado dos demais (8 - *Grande potencial para indústrias de reciclagem*), que no Brasil é realizado, em considerável medida, por associações e cooperativas de trabalhadores ligados a empreendimentos econômicos solidários. Também as citações sobre os arranjos produtivos locais remetem à possibilidade de se consolidarem estruturas produtivas interessantes para a Economia Solidária, conforme descrito no item 14 (*Base para o desenvolvimento de APL (artesanatos/piscicultura/fruticultura regional, movelaria, etc.)*), mesmo que se cite a indústria de móveis, atrelada ao setor madeireiro.

Entretanto, o restante das potencialidades pode ser dividido entre a continuidade da exploração dos recursos naturais e o desenvolvimento do agronegócio. A utilização da riqueza nativa é descrita em outros itens: 11 (*Potencial hídrico e para uso energético e pesqueiro*), 16 (*Base para o desenvolvimento da indústria madeireira e moveleira*), 17 (*Base para a indústria do turismo da natureza (aventura, rural etc)*), 18 (*Base para a indústria de bioprodutos*) e 20 (*Reservas ecológicas e indígenas demarcadas e existência de remanescente florestal*). A aposta na continuidade da exploração da diversidade natural, seja para a indústria madeireira, para o turismo ou para novos produtos (bioprodutos), revela a tentativa de continuar com o processo tradicional de utilização da cobertura vegetal como uma forma de auferir riqueza. Contudo, a tentativa de formar um conjunto único destas potencialidades vinculadas ao agronegócio torna-se problemática, pois ambas revelam-se incompatíveis. É natural que sejam colocadas como ponto positivo de uma região, mas, situadas lado a lado com as potencialidades da agricultura de grande porte, revelam a exploração dos recursos

naturais como apenas uma opção (geralmente a primeira e mais fácil). Esta, quando esgotada, ainda deixa aberta a possibilidade dos indivíduos migrarem para a monocultura, já que a terra foi adaptada a este fim pela atividade econômica anterior.

Por fim, os outros itens do quadro de potencialidades do estudo da Secretaria de Planejamento de Mato Grosso podem ser alinhados com a possibilidade de continuidade da monocultura de exportação, nos itens 3 (*Agropecuária tecnificada*), 7 (*Ampla e diversificada base agroindustrial*), 13 (*Produção agropecuária diversificada*) e 21 (*Solo favorável para agricultura, pecuária e extrativismo*). As demais se relacionam com suportes ao agronegócio, nos itens 6 (*Novos modelos de colonização*), 9 (*Mercado consumidor interno de porte*), 10 (*Localização estratégica (eixo da BR 163)*), 12 (*Investimentos em infraestrutura urbana*) e 15 (*Base para o adensamento das cadeias produtivas*), mesmo que alguns desses itens possam também ser utilizados por quem deseja uma nova forma de produzir riquezas. Deixaremos o desenvolvimento dessas questões para o próximo capítulo.

O estudo revela o conflito que existe na sociedade Mato-Grossense entre distintos interesses, mas também demonstra que existe um discurso hegemônico. Isso, porque as potencialidades (ou as vantagens comparativas, como consta no texto) da região, mesmo se utilizando-se da riqueza natural disponível, direcionam a produção regional para o agronegócio, que está criando infraestrutura e condições de tornar esta produção cada vez mais competitiva. Vejamos agora como o texto da SEPLAN conclui de maneira geral sobre o tema das potencialidades da região:

A Região deve experimentar um forte dinamismo econômico e social, refletindo e amplificando as condições muito favoráveis do contexto externo, em especial o Estadual, palco de maciços investimentos estruturadores nas áreas de transportes, energia, logística, educação e inovação tecnológica. Os próximos vinte anos serão de grandes transformações estruturais na Região cujos reflexos far-se-ão sentir em termos de geração de oportunidades de emprego e negócios e na melhoria da qualidade de vida. As condições vantajosas da infraestrutura econômica regional serão fortalecidas com a ampliação e melhoria do atual sistema de transportes e logística, com integração dos diversos modais, capaz de escoar a produção da região a custos muito competitivos; os destaques neste esforço de ampliação do atual sistema viário regional será o reforço da capacidade de escoamento da principal rodovia, a BR 163 até o porto de Santarém no Pará; demais transversais que formam a rede de articulação e integração dos municípios da região com a cidade-pólo e com todo o interior de Mato Grosso e eixos viários como as rodovias federais BRs 364, 070 e 174, integrando a região com os principais portos e mercados nacionais, também devem receber investimentos de ampliação e melhoria das condições de tráfego; de outro lado, com a construção do ramal da construção do ramal da Ferrovia norte-Sul, ligando Lucas do Rio Verde a Palmas (TO), deve ampliar as vantagens competitivas da região em termos de logística e transporte. Além disso, a estrutura de produção deverá passar por mudanças importantes com a ampliação e a diversificação da estrutura de produção industrial da região, atraindo unidades industriais de processamento da produção agropecuária e fornecimento de insumos à

montante das cadeias de madeira, grãos, carne e couro; pequenos produtores devem se organizar em arranjos produtivos locais, ampliando a capacidade competitiva em segmentos como fruticultura tropical, piscicultura, madeira e móveis. A região deve também atrair investimentos para fornecimento de serviços ambientais para reflorestamentos e recuperação de áreas degradadas e tratamento de lixo urbano, ambos voltados ao comércio de créditos de carbono; o setor de serviços, por seu turno, deve experimentar uma ampliação e diversificação dos segmentos de prestação de serviços modernos como saúde, educação e serviços bancários e de intermediação financeira, sobretudo na cidade-pólo; mas, o destaque será a expansão do ecoturismo, nas modalidades aventura e pesca esportiva, em base aos investimentos em infraestrutura econômica e social, ampliando as condições de acesso, de recepção e sanitárias da região (MATO GROSSO, 2004, p. 32).

O transporte é apresentado como um problema atual e solução futura dos entraves de produção do norte Mato-Grossense. Isso decorre da larga escala de produção gerada na monocultura, voltada ao mercado externo, que precisa ser escoada através dos portos e percorrer até dois mil quilômetros. Como a previsão atual é que a BR 163 será asfaltada no trecho paraense e que, no futuro, a região terá a seu dispor o transporte ferroviário, espera-se uma diminuição dos custos de transporte para aumentar o poder de competitividade deste modelo econômico. O setor agropecuário e seus elos (fornecimento de insumos às cadeias de madeira, grãos, carne e couro produzidos nesse nesta região), teriam maiores vantagens ou potencialidades neste contexto.

Nesse discurso, esperam-se melhores condições de produção a partir da implementação de um transporte mais rápido e barato, diminuindo o problema da distância em relação aos centros consumidores e fornecedores de matérias-primas ou insumos agrícolas, para que a região possa disputar com outros centros produtores. No entanto, podemos contrapor esta tese, assinalando que o incremento do transporte em larga escala que se planeja para a região poderia sofrer redução em importância na definição do futuro da região (e de suas potencialidades) se fosse aliada aos fatores de diversificação da produção. Não nos referimos apenas à industrialização para o processamento da produção agropecuária e o fornecimento de insumos, mas à criação de oportunidades para um número maior de produtores. Conforme o documento da SEPLAN, se a valorização da produção de pequenos produtores fosse concretizada, poderia fomentar uma nova forma de produzir (também outras relações com o ambiente natural). Por isso, é possível conceber uma minimização da importância da monocultura mecanizada, direcionada ao mercado externo, quando forem criados novos modelos produtivos que também garantam a sobrevivência dos indivíduos.

Se a produção fosse predominantemente voltada para o mercado regional, tendo em vista ampliar a oferta de produtos básicos para suprir as necessidades das pessoas que vivem

na região de Sinop, o setor de transporte poderia ter sua importância diminuída. Se o “destaque final deste local”, como foi defendido no texto da SEPLAN, estará no ecoturismo, teremos que aliá-lo à diminuição da exploração das riquezas naturais. Se a ênfase continua sendo a exploração inicial dos recursos ambientais até seu esgotamento, torna-se óbvio que a potencialidade turística será inviabilizada. Isso depende da consciência ecológica de todo cidadão, mas também de uma decisão coletiva de mudança do modelo produtivo. Claro está que a produção agropecuária mecanizada, voltada para a exportação, não é compatível com preservação. O discurso oficial, encontrado nas propostas do governo estadual e de suas secretarias, não percebe a contradição que alimenta.

Como dissemos anteriormente, o maior problema da ampliação da produção voltada para a exportação é que tal condição requer maior área de terra, intensificação de uso de agrotóxicos, plantas melhoradas e maior quantidade de corretivos de solo. Com a colocação, lado a lado, da lógica do agronegócio com a possibilidade de produção diferenciada de pequenos agricultores organizados em arranjos produtivos locais (conhecidos como APL), serviços ambientais para reflorestamentos, recuperação de áreas degradadas e tratamento de lixo urbano, produz-se um discurso sobre o contexto produtivo local que não diferencia aquele que produz a partir da extinção do meio ambiente natural dos outros que podem mais facilmente incluir diretrizes de preservação e de consciência ambiental. Isto, com mais facilidade, porque não estão associados (dependentes) a uma cadeia internacional de produção, assistência e logística.

Chama atenção a ênfase no texto da SEPLAN em apresentar a capacidade competitiva da região como requisito para a existência de potencialidades. Primeiro, com o transporte teríamos mais competitividade; depois, com a organização da indústria de insumos, isso poderia ser ampliado. Mas, na afirmação de que os pequenos produtores se organizem a fim de ampliar a capacidade para competição, há uma tentativa de igualar toda a produção dessa região com base nesse argumento único, contrariando o que foi dito anteriormente no item 19, que reconhece a presença de “*boa organização social (cooperativismo, associativismo, organização regional, sindicalismo)*” na região. Por isso, é questionável a premissa de que todas as atividades econômicas possam seguir esse critério, pois nem todas possuem como objetivo, ou meta final, apenas o lucro.

O estudo da Secretaria de Planejamento, ao promover o discurso sobre a competitividade da região, anula as possibilidades de existirem diferentes modos de se produzir e diferentes objetivos para as atividades exercidas nesse local. Não há diferenciação

da monocultura que recebe altos investimentos – e objetiva altos índices de rentabilidade - de outras formas de se conceber a produção agrícola. Pretender que a produção do norte Mato-Grossense esteja unicamente voltada para a rentabilidade impede que detectemos a produção ligada à subsistência dos indivíduos, baseados em propriedades menores, ligadas à produção artesanal, como a praticada pela agricultura familiar ou na confecção de objetos ligados à cultura de povos tradicionais (utilizando matéria-prima extraída da mata, por exemplo). Também seria inviável a produção ecologicamente correta, que respeita limites de exploração dos recursos naturais, não faz uso de herbicidas e pesticidas e não utiliza o melhoramento genético. Em seu lugar, valoriza a perpetuação de variedades herdadas dos antepassados, tendo como objetivo um produto final que garanta qualidade de vida a quem o consome e, por isso, pode se guiar por outros valores que não unicamente a sua capacidade de competição. Ou, ainda, utiliza argumentos outros que a capacidade de produzir em quantidade, como faz a monocultura, ajudando a fomentar o consumo consciente.

Para que seja possível a distinção das modalidades de produção existentes nessa região, devemos estabelecer quais critérios os indivíduos utilizam para justificar a finalidade do seu ato econômico e como cada atividade é apresentada nas relações sociais que conforma e nas relações políticas que difunde. Assim, poderíamos distinguir entre os que realizam o uso comercial da terra, para fins de obtenção de lucro com o investimento realizado, dos que vêm no trabalho agrícola a possibilidade de ocupação produtiva, de reprodução da vida, de manutenção ou melhoria de sua condição de existência, defensores da preservação do ambiente natural, sem esperar algo continuamente mais vantajoso apenas para si. Também poderíamos diferenciar as diferentes relações sociais existentes no interior das distintas atividades econômicas, a fim de ver qual deixa mais espaço para a liberdade do trabalhador e qual objetiva seu controle e exploração. De forma semelhante, abordando a economia regional de acordo com particularidades diferenciáveis, teríamos a oportunidade de conhecer quais são os discursos que apenas objetivam manter determinada hegemonia econômica, a fim de desfrutar os privilégios de tal predomínio, de práticas conscientes e responsáveis, capazes de modificar as relações predatórias do ambiente natural, que comprometem suas potencialidades futuras.

## 2.4 – Debates sobre a reclassificação dos biomas

As graves ameaças à diversidade ambiental, naturalizando-se, não permitem que a consciência social da região reconheça as ameaças à continuidade do sistema produtivo baseado na superexploração da terra e dos recursos naturais. Para conter a perpetuação do agronegócio, nos últimos anos, a sociedade Mato-Grossense, em especial da parte norte do Estado, em decorrência da pressão de ONGs e institutos de preservação quanto à produção de soja na Amazônia brasileira, vem encontrando espaço para a crítica ao modelo de produção instalado na região. Infelizmente, as propostas do ZSEE-MT têm favorecido a monocultura, ao possibilitar que maior quantidade do território Mato-Grossense seja classificada como pertencente ao bioma Cerrado.

O Zoneamento Socioeconômico Ecológico, realizado a partir do estudo de planejamento das potencialidades produtivas do Estado, propõe a diminuição da importância da classificação de Mato Grosso como integrante da Amazônia Legal. Para isso, criaram-se novos termos, como “área de transição”, ou até mesmo “cerradão”, na tentativa de popularizar um conceito para uma região que não mais é recoberta por vegetação de mata densa como a floresta amazônica:

Era uma região de cerrado, tida por cerrado, isso aqui passou por cerrado, na verdade aqui é uma área de mata, Sorriso é uma área de transição. Aliás, hoje não existe isso, para o IBAMA não existe, ou é mata, floresta, ou é cerrado, não existe essa categoria de transição. Mas aí criou-se aqui em Mato Grosso, através da FEMA, a Área de Transição, um intermediário entre cerrado e floresta. Aí eles criaram ainda outro termo que é o Cerradão. Ora, cerrado, cerradinho, campo, campo tudo bem, cerradão? Então é um termo que tecnicamente eu desconheço. Se você vai conversar com um profissional, um engenheiro florestal, por exemplo, essa classificação Cerradão eu conheci aqui em Sorriso. Na verdade, aqui em Sorriso, como foi muito rápido o processo de desbravamento, muito acelerado a ocupação das terras aqui em Sorriso, criou-se até essa ideia de que aqui fosse cerrado. A maior parte da extensão geográfica de Sorriso seria cerrado, mas na verdade não é, passa-se por essa área de transição. Hoje você pega algumas reservas ou algumas margens de rio, para o lado da Barreiro, divisando aí com Sinop, também Tapurah, alguns trechinhos ali divisando com Vera e também Nova Ubiratã, você vai perceber que ainda existem essas características dessas partes de reserva que é mata mesmo. Uma vez eu até brinquei, *‘mudou o paralelo de Sorriso, porque estão classificando tudo aqui como cerrado e estão desmatando’* (FERNÁNDEZ, 2007, p. 139).

A reorientação das classificações do meio ambiente expõe a hegemonia obtida pelo agronegócio, que conseguiu a concordância da opinião pública para a continuidade da produção em larga escala voltada para exportação. Isto, embora poucos participem diretamente dos benefícios gerados pelos grandes empreendimentos agrários, conforme observamos anteriormente, quando expusemos que a origem do PIB, em maior quantidade,

está baseada no setor de serviços para a maioria das pessoas.<sup>23</sup>

No entanto, o desmatamento continua como grave problema do norte Mato-Grossense, o que pode anular o discurso sobre a potencialidade ímpar desse local para a produção em larga escala, uma vez que a condição climática pode sofrer modificação com a agressão à cobertura florestal original. Os estudos recentes sobre o desmatamento na área amazônica fazem-nos concordar com a afirmação acima de Fernández: depois de décadas de agressão ao meio ambiente, quando parece não mais existir a vegetação natural, as pessoas, por não mais verem árvores de grande porte na região de Sinop, acabam por dar-se o direito de dizer que essa área é de cerrado ou cerradão (pois há apenas arbustos médios que não chegam a formar um adensamento de floresta).

O fato é que o norte de Mato Grosso se encontra no arco do desmatamento desde a década de 1990. Nesse tempo, o desflorestamento ocorreu em grande velocidade, especialmente impulsionado pelo uso de máquinas de grande porte no trabalho agrícola. Também houve descarte de grande quantidade de madeira através da realização de grandes queimadas, liberando a terra para seu uso comercial, ou seja, para a criação de gado e plantio de soja. Esse trabalho é normalmente realizado em quatro etapas:

O processo de desmatamento normalmente começa com a abertura oficial ou clandestina de estradas que permitem a expansão humana e a ocupação irregular de terras à exploração predatória de madeiras nobres. Posteriormente, converte-se a floresta explorada em agricultura e pastagens para a criação extensiva de gado, especialmente em grandes propriedades, sendo este fator responsável por cerca de 80% das florestas desmatadas na Amazônia legal. Mais recentemente, as pastagens estão dando lugar à agricultura mecanizada, principalmente àquela ligada às culturas de soja e algodão (FERREIRA; VENTICINQUE; ALMEIDA, 2005, p. 158).

Os mesmos autores utilizam as seguintes imagens para explicar esse processo (próxima página – *fotografia 3*).

---

<sup>23</sup> Fatos ocorridos recentemente corroboram essa questão: a exemplo disso podemos citar que em 2006, após operação da Polícia Federal, ao prender dezenas de funcionários do IBAMA e da FEMA por envolvimento em corrupção, a FEMA (Fundação Estadual do Meio Ambiente) foi extinta para dar lugar à SEMA (Secretaria Estadual do Meio Ambiente). Esta medida visa a maior fiscalização do trabalho realizado por essa instituição, que perde o título de fundação independente, tornando-se uma secretaria, diretamente atrelada ao governo estadual, objetivando maior controle para evitar fraudes na questão ambiental de Mato Grosso.



Fotografia 3: Avanço da monocultura<sup>24</sup>

Dessa forma, depois da derrubada da cobertura vegetal (imagem A – *fotografia 3*) o aproveitamento econômico das madeiras nobres pode ocorrer (imagem B – *fotografia 3*). Isso ocorre com a instalação de uma estrutura industrial onde já é necessária a contratação de pessoal e o conhecimento de uma logística de transporte e vendas, facilitando a ocorrência de núcleos urbanos para abrigar os trabalhadores ligados à atividade. As potencialidades do norte Mato-Grossense estariam ligadas a este ciclo produtivo, se concordarmos com a exposição anterior, emblematicamente de autoria da Secretaria de Planejamento desse Estado. Entretanto, nessa região, a atividade madeireira é transitória, pois com o esgotamento da floresta, a alternativa é a economia ligada ao setor agropecuário. Depois, com maiores investimentos na terra, há a possibilidade de se iniciar a plantação de culturas temporárias, também frágeis devido à dependência externa e à necessidade de grandes investimentos na preparação do solo, além das condições climáticas. Se o esquema de derrubada da mata,

<sup>24</sup> Adaptado de FERREIRA; VENTICINQUE; ALMEIDA, 2005, p. 158

aproveitamento da madeira, agropecuária e monocultura de grãos fosse ideal para este contexto, poderíamos nutrir expectativas quanto ao extremo norte Mato-Grossense, que ainda estaria na terceira fase (imagem C – *fotografia 3*) e ao médio norte, entre Nova Mutum e Sinop, na quarta fase (imagem D – *fotografia 3*).

Seria de esperar então que o extremo norte cada vez mais passasse para o cultivo da soja, ampliando a importância da agricultura e diminuindo o peso da pecuária. Entretanto, esse esquema possui as limitações de não considerar as potencialidades do ambiente natural. Assim, depois de quase duas décadas de estudo, o mapa final do Zoneamento Socioeconômico Ecológico, dividiu o tipo de produção a ser implantado nas diferentes regiões do estado conforme o seguinte mapa:



Mapa 5: ZSEE-MT de 2010<sup>25</sup>

<sup>25</sup> Fonte: MATO GROSSO, 2010 (adaptado)

Mesmo que o número de variações seja maior, para facilitar o entendimento das classificações adotadas, utilizamos um mapa simplificado, dividido apenas em três tipos de áreas (para facilitar a visualização, editamos o mapa, marcando letras juntamente com as cores correspondentes):

- a) Áreas protegidas: nas quais estão as unidades de conservação e reservas indígenas. Devem permanecer totalmente preservadas.
- b) Áreas frágeis e de manejo florestal: a proposta do ZSEE-MT é que nessas áreas uma nova forma de se produzir será buscada, de forma que o avanço da monocultura não seja permitido sobre esses locais.
- c) Regiões consolidadas ou a consolidar: nas quais a estrutura produtiva já estaria definitivamente instalada, porque seriam locais de ocupação antiga, significando que a estrutura produtiva instalada poderia prosseguir - caso do agronegócio - mesmo que algumas leis tenham que ser respeitadas, a exemplo da preservação das matas ciliares.

O mapa acima já é resultado de três adaptações, resultados de acordos políticos realizados na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Em cada uma delas, a área em amarelo (forte e fraco, marcada com a letra C) aumentou, resultado da luta entre os interesses dos diversos grupos sociais que se organizam para defender os setores produtivos dos quais participam. Portanto, o mapa acima reproduz as negociações em torno do ZSEE-MT de 2010, da forma como foi aprovado na Assembleia Legislativa no mês de outubro de 2010 (posteriormente vetado pelo governador, em janeiro de 2011, devido às críticas recebidas e à inadequação perante lei federal). Neste mapa, os interesses do agronegócio foram totalmente contemplados, pois no eixo da BR 163 a terra foi classificada como “de ocupação antiga”, nos termos utilizados no texto do ZSSE/MT, áreas consolidadas ou em processo de consolidação. Uma grande área (no caso, 1/3 do norte Mato-Grossense), que até pouco tempo era engrandecida por pertencer ao bioma amazônico, em grande medida foi reordenada como área consolidada, significando que a mata nativa devastada não precisará ser recomposta.

Diferentemente do mapa 4, quando a opinião dos diversos setores da sociedade ainda foi respeitada, o mapa de 2010 do Zoneamento Socioeconômico Ecológico do estado do Mato Grosso (*mapa 5*) apresenta uma área extensa, que acompanha o traçado da BR 163, classificada como área de estrutura produtiva definida/a definir, ou seja, propícia para o agronegócio. Isto foi supostamente estabelecido com base na estrutura produtiva existente no

momento do estudo, entre os anos de 1989 e 2008, quando uma equipe interdisciplinar foi montada nas Secretarias de Meio Ambiente e de Planejamento, para o estudo das aptidões naturais. Entretanto, como vemos no mapa, as opções de produção alternativa não receberam espaço na finalização deste processo, fato observável no mapa de 2010.

O mapa do zoneamento de 2010, mesmo tendo sido aprovada na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, este ZSEE-MT deverá passar por adaptações, pois é alvo de crítica de ambientalistas e de alguns segmentos da sociedade, como as comunidades indígenas, ecologistas, agricultores familiares, etc. Nesta classificação, as áreas que foram marcadas com a letra “C” são consideradas regiões produtivas próprias para a monocultura. Ao menos 1/3 de todo o norte Mato-Grossense foi assim classificado. Margeando a BR 163, estaria a região do agronegócio, que condiz com a área de ocupação de monocultura e pecuária, conforme ressaltamos anteriormente, utilizando mapas (*Ilustrações 3 e 5*) do Brasil.

Desta forma, a lei considera que, nos locais demarcados com a letra “C”, não há mais readequações a serem realizadas na estrutura produtiva (são áreas já consolidadas ou em processo) e, em tal caso, os investimentos a serem realizados serão sempre direcionados à manutenção do que existe no momento, ou seja, à reprodução da grande extensão de terra monocultura. Do mesmo modo, as áreas a recuperar ou reordenar (marcadas no mapa com a letra “B”) devem receber investimentos em reflorestamento, mas, por serem zonas de ocupação antiga, a continuidade dos sistemas produtivos já instalados tende a continuar.

Uma vez que no norte Mato-Grossense existem áreas consideradas frágeis e de manejo florestal, a maior disputa entre os que desejam maior conservação e aqueles que querem a continuidade da monocultura voltada à exportação, ocorre sobre os locais demarcados com a letra “B”. Esta ocupa aproximadamente 1/3 da área do norte Mato-Grossense (porque exclui áreas protegidas que também são extensas), apresentando uma interessante configuração para pensar em projetos alternativos de produção.

No entanto, é necessário esclarecer que não há mudança real de classificação de biomas naturais. Este reordenamento tornou-se possível porque a classificação anterior, que considerava praticamente todo o estado como pertencente à “Amazônia Legal”, era baseado em pressupostos políticos e institucionais (do expansionismo, especialmente o militar, já abordado anteriormente), não em estudos sobre a vegetação. A histórica classificação, que considerava que o Mato Grosso pertenceria ao bioma amazônico, foi também realizada por interesses de ocupar o território, tal como ocorre neste momento, quando a estrutura

monocultora busca justificar-se.

Aí reside a importância de compreender o processo histórico desta região. Na década de 1970, quando o governo e as empresas tinham interesse em ocupar a terra, era vantagem para ambos o fato de que essa região pertencesse à Amazônia, área não integrada ao contexto produtivo nacional, que poderia receber financiamento especial. Isso era interessante tanto para o governo quanto para as empresas imobiliárias, que percebiam vantagens nessa condição.

No século XXI, tal classificação já não é mais interessante para o sistema produtivo econômico e social do norte Mato-Grossense, tendo em vista que o bioma amazônico restringe o desmatamento, obrigando o proprietário de um estabelecimento agrícola a manter, como reserva de mata, o percentual de 80% de sua propriedade. Nos últimos anos, este bioma também enfrenta restrições no recebimento de incentivos para a produção monocultora nos sistemas de financiamentos estatais, além de enfrentar restrições no comércio internacional, que cada vez mais exige certificação ecológica das mercadorias advindas da Amazônia.

Nas páginas anteriores, quando expusemos o estudo da Secretaria de Planejamento de Mato Grosso sobre a estrutura produtiva do norte Mato-Grossense, as principais potencialidades da região estavam situadas em torno do extrativismo, da agricultura e da pecuária, sendo que, ao final do estudo, apontava-se a necessidade da integração dos transportes para gerar competitividade maior. A importância destacada na conclusão da BR 163 se baseia na possibilidade de que, uma vez resolvido o problema do escoamento da safra de grãos dessa região, os lucros obtidos com soja, milho, algodão e carne ultrapassem todos os índices já alcançados no país, deixando o agronegócio dessa região em uma posição vantajosa. A esperança, portanto, é consolidar esse modelo de produção de grandes áreas, garantindo uma posição confortável em termos competitivos no mercado mundial. Se em 1970 houve o PIN, que planejou a ocupação dessa área e ofereceu incentivos para os colonizadores, através de obras de abertura de rodovias e serviços públicos para a Frente Pioneira, no início do Século XXI, o ZSEE-MT é um plano com o objetivo de transformar o corredor aberto na década de 1970, o “corredor da produção”, no canal que alimenta o atual “celeiro agrícola” Mato-Grossense, constituindo-se, os dois projetos, em parte de um mesmo plano econômico para a região.

Para completar esse ideal, almejado pelos grandes produtores e pelas empresas associadas, o transporte seria um empecilho. Também, no comércio internacional de carnes e grãos, a questão ambiental é um problema. Existem barreiras tarifárias e de comércio para produtos da Amazônia no comércio externo, e por isso, a esperança com o trabalho de reordenamento dos biomas é que grandes percentuais do norte Mato-Grossenses poderiam receber o título de produção sustentável, uma vez que seriam realizadas em áreas consideradas próprias para este tipo de atividade, o cerrado. Tal redefinição já consta inclusive nos mapas do Ministério do Meio Ambiente, definindo que o cerrado somente termina nos limites do município de Sorriso, ao lado de Sinop, conforme o mapa 6:



Mapa 6: Biomas do norte de MT<sup>26</sup>

Como observamos nesse mapa, uma grande área de Mato Grosso já é considerada parte do bioma Cerrado, para o qual há menores restrições de derrubada da mata, para a agricultura, e de certificação ambiental, para as exportações. Mas, se fizemos um comparativo com o mapa do Zoneamento do Governo de Mato Grosso, observamos que ele esboça o interesse da monocultura em expandir a área que margeia a BR 163 em direção ao

<sup>26</sup> Fonte: BRASIL, 2008 (adaptado).

Pará como zona de agronegócio. Isto ainda não está referendado pelo mapa do Ministério do Meio Ambiente (*mapa 6*), mesmo que este traçado já tenha incluído modificações que atendem a reivindicações dos produtores de soja, não mais incluindo todo o Mato Grosso no bioma Amazônico.

Nesse sentido, o discurso presente no Zoneamento Socioeconômico Ecológico se embasa na possibilidade desta região poder se consolidar como zona de desenvolvimento sustentável, com o argumento de que o atual estudo é mais preciso do que aqueles que o precederam:

Essa proposta de zoneamento tem como base estudos da realidade Mato-Grossense em seus diversos aspectos dos meios físico, biótico e socioeconômico, em escala suficiente para identificar potencialidades e vulnerabilidades e, com isso, definir os usos mais corretos para os diversos ambientes que compõem o Estado de Mato Grosso. Entendido como instrumento de planejamento, o ZSEE-MT indica as diretrizes técnicas de planejamento voltadas ao fomento, adequação/redirecionamento e normatização de atividades socioeconômicas e produtivas, para que a apropriação de recursos e a ocupação dos espaços ocorram de forma adequada, visando ao desenvolvimento sustentável do Estado (MATO GROSSO, 2010, p. 2).

Torna-se interessante o uso conjunto dos termos “desenvolvimento” e “sustentável” como objetivo das ações propostas com o trabalho de zoneamento do estado. O primeiro termo é associado ao incremento de conhecimento ampliado dos processos produtivos para obtenção de tecnologias em níveis cada vez mais acelerados e com maiores índices de precisão e ganho de produtividade. Já o termo sustentável remete ao não esgotamento de uma riqueza natural, com a atividade produtiva exercida a partir da mesma. O desenvolvimento sustentável, portanto, se levado a sério, é um tipo de desenvolvimento que respeita a capacidade produtiva local para possibilitar a continuidade daquela atividade, de tal forma que seu exercício não esgote os recursos naturais.

Contudo, como já demonstramos anteriormente, os ciclos econômicos implementados no norte Mato-Grossense, com o objetivo de trazer o progresso e o desenvolvimento para esta região, não têm priorizado a sustentabilidade. E, como a produção alternativa não exige unicamente a preservação da riqueza natural para viabilizar a continuidade da atividade econômica, outras condições devem ser consideradas. Também a condição dos trabalhadores, a qualidade e o direito à vida das espécies e populações teriam de ser imediatamente repensadas, para que o modelo de produção instalado nesta região se constitua verdadeiramente como um sistema sustentável.

Ao lançar a possibilidade de que a produção monocultora do norte de Mato Grosso

venha a ser sustentável porque se enquadrou em uma área legalmente habilitada por forças políticas para este fim, unicamente porque produz em área de cerrado, os defensores da agricultura voltada à exportação fazem uso de um argumento ideológico, que não encontra respaldo na história econômica regional. Este fato obriga-nos a pensar em alternativas viáveis à economia predominante, a fim de reconstruir o discurso sobre as potencialidades econômicas, sociais, políticas e culturais da região de Sinop. É necessário que o discurso que justifica o sistema produtivo preponderante seja questionado com base nos problemas decorrentes do mau uso das riquezas naturais e na exploração do trabalho humano. Como o agronegócio se mostrou vantajoso apenas para um pequeno número de grandes proprietários de terras, estes, mesmo desfrutando das benesses da produção em larga escala, que concentra lucros para uma minoria, encontram-se submetidos a interesses externos, capazes de comprometer seriamente o sucesso futuro ou a continuidade da produção instalada.

Entretanto, essa desconstrução é difícil, visto que o discurso hegemônico somente percebe vantagens comparativas na produção voltada para a exportação. Com base na necessidade de continuar garantindo renda e trabalho, os discursos que valorizam o agronegócio podem se reafirmar constantemente, uma vez que as cidades da região abrigam um grande número de prestadores de serviços ligados a esta produção, receptivos ao discurso conservador do padrão produtivo.<sup>27</sup>

Se a construção de um projeto alternativo necessariamente precisa considerar este contexto de hegemonia do agronegócio, a consciência do espaço público a ser ocupado, especialmente na mídia e na política, deve fazer-se presente.

---

<sup>27</sup> Para reafirmar essa continuidade, a cidade de Sinop, por exemplo, possui quatro emissoras de TV com programação jornalística local diária, em diversos horários, sendo que tais veículos são de propriedades de políticos tradicionais e empresários da agropecuária e da agricultura, comumente chamados de fazendeiros. Também dois jornais impressos e eletrônicos estão disponíveis, sendo comum a alusão à força do agronegócio em tais veículos, de propriedade dos empresários rurais em parceria com os fornecedores de insumos agrícolas.

### **3 – DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO E ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Abordaremos, neste capítulo, os elementos teórico-conceituais da Economia Solidária, com o auxílio da produção bibliográfica pertinente, no sentido de entender seu caráter alternativo e suas possibilidades de funcionar como esteio de outro modelo de desenvolvimento. Antes, no entanto, trataremos de discutir os aspectos fundamentais do capitalismo, a fim de estabelecer com clareza os contrapontos essenciais. Desta forma, saímos momentaneamente da região de Sinop, focalizando o nacional e o global, a fim de ampliarmos nossa compreensão do modelo econômico atrelado à monocultura existente no norte de Mato Grosso.

Buscamos, na análise das diferentes possibilidades de organização das pessoas para a geração de riqueza, uma definição de qual é o modelo que mais se aproxima de uma economia que promova a justiça social e que possibilite a continuidade do desenvolvimento sem colocar em risco as gerações futuras. Entendemos que essa condição foi proposta com maior nitidez em formatos econômicos baseados nas associações solidárias entre os trabalhadores. Isto será desenvolvido na continuidade do capítulo.

#### **3.1 – Concentração dos meios de produção e relações de trabalho conflitivas**

Conhecemos, nas mazelas advindas da extrema desigualdade entre os indivíduos, os efeitos da organização da produção econômica através de práticas capitalistas. Estas, predominando atualmente na maioria dos países do globo, reproduzem-se através da propriedade privada dos meios de produção, das relações assalariadas e da força de trabalho livre para o mercado, objetivando a acumulação contínua de capital. Também determinam a dinâmica social por definirem quais são os formatos de organização do trabalho. A concentração da riqueza e dos privilégios, para os detentores dos meios de produção, é um dos principais efeitos da adoção generalizada dos princípios capitalistas.

A propriedade privada, ao produzir uma diferenciação entre proprietários e não proprietários dos meios de produção, faz emergir a divisão das pessoas em classes sociais. Na

medida em que o capitalismo se expandiu, especialmente porque é produtivamente eficiente (pois incita os sujeitos a competirem entre si), observamos que também no Brasil a maioria das pessoas organiza a atividade econômica da qual participa com vistas à acumulação. Para isso, regem-se por princípios da competição, embora sejam disputas entre sujeitos em posições diferentes e em condições desiguais.

O capitalismo foi constituído a partir de um longo processo de acumulação no contexto social europeu, tornando-se hegemônico a partir da primeira revolução industrial. Este fato é socialmente relevante na conjuntura atual, porque ele ainda é o modelo para a conduta social das pessoas e não se restringe apenas à compra e venda de mercadorias, mas penetra nos valores e no cotidiano da ampla maioria dos indivíduos. Todavia, se partirmos dos fatores inaugurais da sociedade capitalista, até a presente data, tivemos inúmeros casos em que grupos organizados buscaram outros modelos para organizar a dinâmica da produção, motivados com a vivência dos problemas sociais advindos de práticas econômicas que não visam ao bem-estar da maioria.

Nesse sentido, as Ciências Sociais têm produzido fundamentos críticos à consolidação do modelo econômico capitalista, no qual há o reconhecimento da predominância da concorrência como padrão de relacionamento intersubjetivo, e vêm apresentando alternativas, ao divulgarem outras práticas, que muitos atores sociais concretizaram na história e ainda se fazem presentes na atualidade. Isso significa que, nos interstícios do sistema do capital que ora predomina, outros modelos societários se conformam em torno de formatos produtivos inovadores, cabendo à ciência da sociedade observá-los e registrá-los:

De fato, a história do capitalismo, desde o seu aparecimento no que Wallerstein (1979) chamou de “longo século XVI”, é também a história das lutas de resistência e da crítica contra esses valores e práticas. Desde a luta dos camponeses ingleses contra a sua integração forçada nas fábricas protocapitalistas, provocada pela apropriação privada das terras, no século XVIII, até as lutas contemporâneas das comunidades indígenas nos países semiperiféricos e periféricos contra a exploração de seus territórios ancestrais, passando por todo o tipo de movimentos operários, o capitalismo tem sido constantemente confrontado e desafiado (SANTOS, B., 2002, p. 23).

No meio urbano, a implantação do modelo capitalista de produção industrial efetuou uma revolução na maneira como as pessoas se organizam para produzir. Um dos notáveis aspectos da produção de mercadorias, a partir de então, é a dependência à máquina. A história registrou que a condição social do trabalhador foi alterada por atividades com jornadas extensas e condições insalubres, por exemplo. Decorre desse fato que as organizações dos trabalhadores artesanais, como as corporações de ofício, sucumbiram frente ao aumento da

produção gerada com uso da máquina e das decorrentes necessidades de concentração de terras para a produção da matéria-prima, indispensável a este modelo de produção.

Essa mesma revolução econômico-social atingiu a zona rural. Pois, se antes deste evento, na Europa, os camponeses proviam sua existência a partir do que conseguiam produzir com a utilização da terra, depois se viram obrigados a migrar para as cidades, no momento em que a norma da propriedade privada passou a vigorar, já que não possuíam formalmente tais títulos. Esses mesmos indivíduos, que organizavam seu ofício com base no aprendizado em associações, que operavam com matérias-primas por eles mesmos produzidas, com ferramentas e espaço de trabalho próprio, passaram a vender horas de trabalho em uma fábrica, desprovidos da possibilidade de controlar o processo e o resultado. Tampouco podiam usufruir o que produziam.

Essa realidade não é distante do que vivenciaram os trabalhadores rurais da América Latina e do Brasil. No contexto social brasileiro, a migração do campo para as cidades e o inchamento destas ocorreu apenas no século XX. No entanto, da mesma forma que na Europa, o modelo produtivo que busca o lucro se favoreceu com este processo, porque resultou em disponibilização de grande quantidade de mão de obra àqueles que possuíam capitais para tornarem-se os proprietários dos meios de produção e contratar trabalhadores assalariados.

Em todo o caso, com a hegemonia do capital, na zona rural e urbana, no cultivo de alimentos e na produção industrial, houve uma modificação na maneira de realizar o trabalho. Esta predominância também provocou alterações nas configurações das sociedades, por alterar o modo pelo qual as pessoas tecem suas relações uns com os outros, com a riqueza produzida e com a natureza. Por exemplo, quando o trabalhador foi desalojado de seu trabalho artesanal, sendo alocado na fábrica, em torno da máquina moderna, suas relações sociais tornaram-se outras, modificando a forma de conceber-se, uma vez que não mais possuía o controle sobre a riqueza produzida. Estas transformações da sociedade foram motivadas pelas mudanças nos formatos de produção e de trabalho.

O desalojamento do espaço próprio e da terra foi seguido pelas fragmentações das antigas relações sociais e pela inserção dos trabalhadores em um contexto muito diferente, a cidade moderna, que passou a concentrar um crescente número de indivíduos no mesmo período em que o sistema capitalista firmou sua predominância. Na cidade e no interior da fábrica, o volume e a velocidade do trabalho realizado estavam sujeitos a mecanismos de controle. A riqueza produzida transita no espaço circunscrito à propriedade do empresário

capitalista e, por isso, o poder de decisão está também nas mãos deste, inclusive sobre a permanência (ou não) do trabalhador na fábrica. O trabalho torna-se uma atividade que produz qualidade de vida para o proprietário dos meios de produção, enquanto o trabalhador é tornado objeto, acessório de máquina, no espaço de produção.

Se antes da revolução industrial o trabalhador definia, de acordo com suas necessidades e possibilidades, a geração de benfeitorias com o seu trabalho, no interior da fábrica a possibilidade de produzir melhorias da sua condição existencial está na dependência da vontade daquele que contrata a mão de obra:

Em primeiro lugar, o capitalismo sistematicamente produz desigualdades de recursos e de poder. (...) A separação entre capital e trabalho e a apropriação privada dos bens públicos agem como motores que produzem rendimentos desiguais e relações sociais marcadas pela subordinação do trabalho ao capital. As mesmas condições que tornam possível a acumulação geram desigualdades dramáticas entre classes sociais, no interior de cada país, e entre países, no sistema mundial. (...) em segundo lugar, as relações de concorrência exigidas pelo mercado capitalista produzem formas de sociabilidade empobrecidas, baseadas no benefício pessoal em lugar da solidariedade. (SANTOS, B., 2002, p. 27).

Tão logo se consolidou, há mais de dois séculos, o modo de produção capitalista, a forma de realizar o trabalho foi transformada para que a maximização do lucro, obtido com a mão de obra empregada, fosse possível. O trabalho artesanal foi superado com a concorrência dos produtos industriais e este trabalhador, o artesão, foi retirado de sua oficina caseira para ocupar um lugar dentro da fábrica. O espaço doméstico não comportava o novo modelo de produção que utiliza máquinas de grande porte, exige matéria-prima em larga escala e fonte de energia maior que a força humana ou dos animais. E, assim, quando as novas formas de interação social se apresentaram neste contexto socioeconômico, no espaço social implantado (a fábrica), este possibilitou o controle externo sobre o trabalhador, ou seja, a heterogestão no trabalho.

Com isso, pouco a pouco, no sistema do capital, os formatos familiares ou comunitários do trabalho foram dando lugar às atividades de produção em massa. Estes trabalhadores não possuem entre si o laço de proximidade (parentesco, religião, origem, cultura, etc.), a não ser o fato de compartilharem a necessidade da sobrevivência física; alijam sua liberdade pela necessidade e exaurem-se com o cumprimento de metas impostas por outra classe social. A privatização dos bens, que significa para o sistema da propriedade individual a impressão de um rótulo de dono para o que existe, não possibilita a gratuidade da coleta da riqueza natural pelas populações que continuam sobrevivendo com estas práticas. Isso pode ser interpretado como a monetarização da própria vida na maioria de suas instâncias,

resultando no fato de que ela foi incluída no circuito de acumulação do capital. O aprendizado e o exercício do ofício também foram enquadrados nas regras do tempo, medidas pelo relógio, sem espaço para o atendimento das expectativas dos sujeitos e sem a possibilidade de adequar as tarefas a serem realizadas segundo a necessidade corporal do trabalhador.

Através da exposição que fizemos até o momento, fica evidente que o modelo de produção capitalista instaura uma mutação no trabalho, fazendo-o surgir na forma de emprego. Isso ocorreu devido às grandes inovações advindas no setor produtivo, que retirou das mãos da imensa maioria dos indivíduos o controle sobre a organização do trabalho que realizam, fazendo-o surgir apenas na forma de emprego:

Além disso, faz-se necessário não mais identificar trabalho com emprego, ou seja, não o reduzir apenas às atividades remuneradas pelo mercado e demarcadas por um horário. Como trabalho faz parte da vida (e não o contrário), diferenciar trabalho de emprego permite perceber que tanto o trabalho recobre um campo mais amplo que o de emprego quando não existe apenas no nível da produção dos bens, mas também no nível da reprodução da vida, envolvendo as tarefas da reprodução social e reprodução da natureza (LISBOA, 2001, p. 38).

Desde o momento em que a produção de riqueza, através do esforço pessoal, somente está ao alcance da maioria dos indivíduos na organização privada, poucas alternativas sobram aos trabalhadores sem posses. A maioria, pela necessidade e por não ver outra maneira de organizar-se, foi compelida a aceitar a função de operário, nos padrões da moderna indústria capitalista. Contudo, o que resultou desta mutação do trabalho para emprego, e do trabalhador para operário, é a produção de uma nova ordem social que não oferece opções ao trabalhador que optou por não se inserir nestas estreitas relações de mercado. O sujeito livre, não incorporado aos mecanismos produtivos é, a partir de então, visto como indisciplinado.

As transformações sociais introduzidas pela alteração nas relações de produção foram sendo implementadas pela maioria das sociedades, a ponto de o sistema capitalista figurar, já desde o século XIX, como hegemônico. Contudo, não sem grandes movimentos de oposição e, até mesmo, guerras. No século passado, as revoluções de inspiração marxista, tentaram, sem sucesso, impor outro tipo de organização social e distintos formatos produtivos. Os trabalhadores criaram mecanismos de oposição, como os sindicatos, a partir do momento em que tomaram consciência de sua condição de classe proletária. Mas nem um, nem outro, conseguiu organizar em escala macrossocial um novo formato de produção alternativo e duradouro, embora tais processos históricos de lutas não sejam em absoluto desprezíveis, por terem conseguido, como seu grande resultado histórico, a ampliação de direitos sociais.

Contudo, o mesmo sistema, baseado nos lucros dos investimentos de capital e na

competição entre desiguais, permanece no século XXI, depois de sucessivas mutações ou adequações (capitalismo comercial, industrial, liberal, financeiro, neoliberal, etc.). Mesmo que ele se beneficie das parcerias que mantém com o Estado, a complexa estrutura social que foi estabelecida no entorno da democracia moderna demonstra a possibilidade de impor ao sistema socioeconômico predominante limites e compromissos, como foi o estabelecimento do estado de bem-estar social na Europa. As estruturas de apoio a algumas classes sociais em serviços ou bem considerados de primeira necessidade e as atuais políticas de redistribuição de riqueza, colocados recentemente em prática no Brasil, são também formas de direcionar a riqueza socialmente produzida em outra direção que não o lucro individualizado.

Contudo, estruturas como essa também são flexíveis e tendem a se modificar e sofrer reveses, especialmente porque se apóiam em políticas de governo e dependem de financiamento público. Mesmo assim, não podemos deixar de registrar os inúmeros benefícios sociais (como os sistemas de saúde, educação e aposentadoria pública) que foram criados a partir de políticas de Estado, e por isso, ao terem financiamento estável, conseguiram instituir-se como direitos sociais apoiados em reconhecidas constituições. A eficácia de tais iniciativas de construção de novos direitos sociais demonstra sua força como movimentos de oposição às práticas capitalistas da impessoalidade e da despreocupação com as condições de vida da imensa maioria das pessoas.

Temos presente, no entanto, a impossibilidade do atual sistema hegemônico manter-se indefinidamente. Os valores da desigualdade entre as classes sociais, a concorrência entre desiguais e o esgotamento dos recursos naturais, consequência da crescente produção de bens de consumo, são problemas de toda a humanidade. As tentativas de superação dos graves problemas sociais, com a oferta ilimitada de bens de consumo, é alvo de crítica de inúmeros movimentos sociais - dos ativistas dos direitos humanos, que lutam por justiça social, aos defensores do ambiente natural, que lutam pela sobrevivência da vida no planeta:

Ao combater as ordens injustas, a tutela ou o paternalismo das elites e, sobretudo, a naturalização do controle social que configura a servidão voluntária, os movimentos libertários enfrentam as costumeiras dificuldades materializadas em repressão, apatia social, isolamento e esgotamento da ação militante (CATTANI, 2009, p. 179).

Para o indivíduo tornado proletário por sua condição de sujeito sem capital, a busca de realização através do trabalho torna-se uma tarefa impossível, já que ele não tem a possibilidade de estabelecer as metas em seu ambiente laboral, uma vez que sua força de organização coletiva também não foi eficaz nestes últimos séculos. Além de não conseguir usufruir dos produtos que do trabalho resultam, o proletário enfrenta, no seu dia-a-dia, o

desafio de manter-se competitivo, já que não há espaço para a inserção de todos os sujeitos no modelo de produção que privilegia unicamente a competição e acumulação.

Por isso, nesse contexto social em que o trabalho foi transformado em emprego, a realização do sujeito em seu exercício produtivo precisa ser postergada, pois no capitalismo a razão do trabalho está na utilidade que este possui para a produção da riqueza. Desta forma, a fim de colocar as relações de trabalho sob o ponto de vista do trabalhador, alguns protagonistas da Economia Solidária abdicam das relações contratuais do emprego e buscam novas formas de associação em formatos produtivos criativos e alheios à lógica da propriedade privada. Desta forma é que projetamos a possibilidade de outro tipo de relação no trabalho com o estabelecimento de outras normas sociais nos contextos produtivos.

Assim, nosso trabalho de problematização da mutação do trabalho para emprego pode continuar com a pesquisa de outros formatos de produção, diferenciados das práticas dominantes, que são os empreendimentos da Economia Solidária. Anteriormente, ao tratarmos da produção instalada no norte Mato-Grossense, expomos os debates em torno da reclassificação dos biomas naturais para favorecer a monocultura de exportação, a partir da necessidade social de produção sustentável. Inferimos que não basta o reordenamento do bioma, mas uma readequação da forma como se produz, seja através da preservação do ambiente natural ou da inclusão de maior número de pessoas nos benefícios gerados pelo modelo produtivo. A busca, portanto, de um modelo de produção sustentável para a região de Sinop passa pelo conhecimento e adoção de modelos de produção alternativos.

### **3.2 – Origem da Economia Solidária: o coletivo dos trabalhadores**

O conceito de Economia Solidária designa o amplo e multifacetado fenômeno do associativismo econômico entre os trabalhadores do meio urbano e rural, atualmente existente no Brasil e em outros países. O associativismo passou a existir a partir do momento em que um número considerável de trabalhadores, em diversos setores da economia, conseguiu formar e fortalecer empreendimentos econômicos que atendem algumas de suas necessidades, especialmente de consumo, serviços e na geração de trabalho, renda, trazendo assim novas perspectivas de vida. Este formato de produção associada, criado por iniciativa dos trabalhadores, difere das condições existentes no modo de produção capitalista. Assim se

define a Economia Solidária:

A Economia Solidária é um conceito amplamente utilizado e vários continentes, com acepções variadas que giram ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 162).

Os atores sociais que agem solidariamente no âmbito econômico também lançam mão de métodos criativos, uma vez que, fora desse contexto, são socialmente desfavorecidos da oportunidade de gerenciar o próprio ambiente de trabalho, em decorrência da predominância da lógica capitalista. Desta forma, a Economia Solidária organiza os indivíduos para a produção de riquezas diferindo dos formatos de trabalho baseados na exploração da mão de obra, através do emprego, como ocorre no sistema socioeconômico atualmente hegemônico.

O percurso trilhado pelas experiências de Economia Solidária remete às formas pelas quais os trabalhadores buscam alternativas de sobrevivência e à busca por novas formas de relacionamento que visam superar os entraves éticos que o capitalismo impõe para as relações produtivas. Por isso, o conhecimento da Economia Solidária, desde sua origem, remete à discussão do contexto geral em que se encontram os trabalhadores na sociedade contemporânea, da forma como fizemos no tópico anterior. No entanto, é necessário separar os momentos históricos e os diferentes contextos nos quais houve movimentos claros de oposição ao sistema da propriedade privada, identificando-se como os esforços dos atores sociais que procuraram novas formas de organização produtiva foram se concretizando. São vários os movimentos de oposição e são vários os contextos e épocas nas quais tais organizações foram construídas, sendo mister a clarificação das variações dos diferentes movimentos existentes.

Inicialmente, quando as fábricas eram introduzidas, nos moldes da propriedade privada, nas diversas configurações sociais, fato que ocorreu na maioria dos países nos dois últimos séculos, diante das condições degradantes no ambiente laboral, com longas jornadas e condições de trabalho aviltantes, a existência da vida dos trabalhadores foi colocada em risco. Por isso as primeiras reações dos operários, contra condições degradantes de trabalho, como o movimento ludita, são um indício da insatisfação com o modelo de produção dominante e já demonstram a necessidade de rever a forma pela qual a riqueza é produzida socialmente. A busca de alternativas foi projeto de teóricos, como os socialistas, e também de diversos movimentos sociais. Mesmo com o questionamento do modo de produção capitalista, este se manteve e ainda pratica a diferenciação de privilégios para as classes proprietárias dos meios de produção, em prejuízo das classes que sobrevivem da venda de sua capacidade de trabalho.

Assim, mesmo na dependência do sistema produtivo dominante, muitos trabalhadores passaram a produzir as condições de reprodução da vida através da cooperação. Isso significa que, no interior da sociedade sob domínio capitalista, surgem e subsistem diferentes formatos econômicos e diversas orientações sobre os objetivos maiores das atividades econômicas. Eles necessitam conviver com as mesmas regras externas, já que estas são impostas pelo sistema preponderante, como a competição no mercado consumidor. Internamente, começaram a construir outras formas de conduta e passaram a adotar práticas que possibilitam seu fortalecimento, como é o caso da cooperação e da gestão democrática:

A realidade é um campo de possibilidades em que têm cabimento alternativas que foram marginalizadas ou que nem sequer foram tentadas. Nesse sentido, a função das práticas e do pensamento emancipadores consiste em ampliar o espectro do possível através da experimentação e da reflexão acerca de alternativas que representem formas de sociedade mais justas (SANTOS, B., 2002, p. 25).

O primeiro passo, para implementar a alternativa da Economia Solidária, ocorre com a adoção de práticas de ajuda entre sujeitos de uma mesma classe, no caso, os trabalhadores. Assim que foram instituídos os primeiros sindicatos, houve a possibilidade de que os operários questionassem as práticas adotadas na empresa capitalista e a forma como o resultado da produção era dividida entre os diversos sujeitos que participavam daquela atividade. Mas a organização sindical também é sujeita às pressões, como as demissões em massa, sendo incapaz de projetar outro formato de produção, do que resulta que sua luta até pode contribuir para a manutenção das contradições dualistas patrão-empregado. Entretanto, o sindicato já aponta um dos caminhos para novas relações de produção, que é justamente a cooperação, através da união de indivíduos para a execução de objetivos comuns.

Ainda no século XIX, com a criação das cooperativas de consumo e de produção autogestionárias, solidárias e democráticas, nos quais os operários passam a comandar as fábricas e retomam a posse do que nelas produzem com seu trabalho, é que o movimento de oposição ao sistema da propriedade privada começa a encontrar êxito:

Eis que o cooperativismo, em seu berço, já se arvorava como modo de produção alternativo ao capitalismo. O projeto grandioso de Owen equivalia ao que mais tarde se chamou de República Cooperativa, e ele a propôs, não à moda dos utópicos da época aos mecenas para que a patrocinassem, mas a do movimento operário organizado, que ainda estava lutando por seus direitos políticos. Foi um curto, mas inolvidável momento da história da Grã-Bretanha também do cooperativismo, que vai, deste modo, ainda imaturo, à pia batismal da revolução (SINGER, 2002, p. 33).

É certo que a luta dos trabalhadores, em busca de condições favoráveis, impulsionou novas formas de organizar o trabalho, e estas iniciativas, mesmo que marcadas por

fragilidades, buscavam se constituir como modelos alternativos de produção. posteriormente, outras formas de organização da produção, movidas por novos ideais, surgiram e não deixaram desaparecer a organização dos trabalhadores, como por exemplo, a proposta dos falanstérios de Charles Fourier, que mantinha o princípio de que o próprio produtor deveria reger sua atividade. Em seguida, surgiram novas cooperativas de consumo e de crédito, além dos bancos cooperativos e os clubes de troca, etc., segundo os mesmos elementos de autonomia e participação nas instâncias decisórias. E o caso clássico da Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale, que mostrou a viabilidade econômica dos processos produtivos geridos segundo a vontade e necessidade dos trabalhadores.

Entendemos que existem diferentes empreendimentos econômicos alternativos à empresa capitalista, que possuem variados focos de atuação e que muitos deles também adotam princípios equitativos de relacionamento interno. Por isso, podem formar redes entre si. Cada um destes exemplos (associação, cooperativa, sindicato...) surgiu em momentos históricos específicos, apoiado por contextos sociais diversos, cujas experiências devem ser contextualizadas. Desta forma, podemos inferir a existência de formatos alternativos à produção capitalista, ancorados nas diferentes formas pelas quais os trabalhadores, especialmente nos dois últimos séculos, ao sentirem a necessidade de sair do modo de produção do capital, concretizaram novas maneiras de produção. Isso se deu primeiramente porque a economia capitalista, ao cumprir seus princípios de acumulação crescente de capital, ocasionou a pauperização de uma grande parcela da população que, por não poder entrar no circuito de produção de riquezas, também não conseguiu desfrutar do progresso técnico-científico existente. Na contramão dos fatores negativos, cada um destes formatos econômicos, diversos do sistema preponderante, também encontrou substratos favoráveis que os impulsionaram ao ponto de adquirirem visibilidade na sociedade.

No entanto, no século XX o cooperativismo operário sofreu uma queda em sua importância, para o qual concorreram ao menos três fatores: O Estado assumiu, através das políticas universais e democráticas, algumas ações de auxílio e favorecimento da classe trabalhadora; a legislação trabalhista, enquanto medida capaz de evitar o receio dos patrões com a revolta dos operários, foi aprovada em muitos países, atuando conjuntamente com a estabilidade da oferta de postos de trabalho nas fábricas:

As ações pioneiras do séc. XIX sofreram, na Europa, forte repressão e atenuaram-se pouco a pouco, enquanto a economia de mercado experimentava um crescimento inédito e ganhava legitimidade como via de acesso a uma sociedade de abundância. (...) Até a segunda metade do séc. XX, a reconciliação da classe trabalhadora com o

assalariamento foi estimulada pelo pleno emprego, que reinou durante os trinta anos posteriores à Segunda Guerra. O direito de cidadania, outorgado a todos os que vivem do próprio trabalho, conduziu os movimentos sociais a centrarem sua ação estratégica nas relações de classe e na luta pelo Estado. Reconciliados com o assalariamento, a maioria dos trabalhadores perdeu o entusiasmo e o interesse pela autogestão (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 164).

A economia de mercado, aliada à propaganda, insinuando o crescimento do consumo (por vezes sintetizado no padrão de vida americano), foi a concepção que reinou na maior parte do séc. XX, apesar das guerras mundiais e das grandes crises (financeira em 1929, energética em 1970 e novamente financeira no final da década de 1990). A ênfase na aquisição de bens, conjuntamente com a garantia de direitos mínimos, especialmente na figura paternal do Estado de direito, fez com que os ânimos dos trabalhadores fossem apaziguados no sentido de não perceberem as contradições do ambiente de trabalho e a injusta distribuição da riqueza entre as classes.

As iniciativas de associação entre os trabalhadores, em especial o caso da cooperativa, também são seduzidas pela mercadoria, e muitas delas tornaram-se, no séc. XX, uma espécie de empresa capitalista, apenas subalternamente conseguindo realizar a função de promoção dos trabalhadores, em prol de suas necessidades e anseios. No Brasil, esta condição é exemplar, já que no imaginário popular a cooperativa muitas vezes é ligada às maneiras pelas quais inúmeros trabalhadores foram ludibriados por alguns agentes interessados em acumular riqueza, mas tal condição se repete em diversos contextos sociais.

### **3.3 – Economia solidária a partir de 1980**

Apoiados por um série de estudos (Gaiger 1996, Razeto 1997, Singer 1998, Boaventura Santos 2002, Laville 2004, Coraggio 2007, Hespanha [et al] 2009), podemos dizer que, a partir de 1980, um novo modelo de produção alternativa foi consolidada, novamente através do coletivo dos trabalhadores: a Economia Solidária. Este modelo alternativo, retomando os mesmos princípios básicos existentes no início do associativismo, promove sua renovação. A Economia Solidária está sendo movida por uma série de fatores e ocorreu em vários países da América Latina, sendo também observada na Europa, onde o termo *Economia Social e Solidária* é associado às recentes iniciativas de associação dos trabalhadores:

Nos países industrializados, percebe-se, cada vez mais claramente, que uma parcela significativa das atividades produtivas não se encaixa na distinção habitualmente feita entre setor privado (que objetiva o lucro) e o setor público (que visa ao interesse geral), a qual constitui, no entanto, a grade de leitura mais comum. Mesmo se considerando toda a esfera das atividades e trocas domésticas, essa realidade continua sendo verdadeira. O que se tem redescoberto, a partir do final do século XX, é a importância significativa das empresas e organizações que combinam modos de criação e de gestão privados, coletivos (de tipo associativo), com finalidades não centradas no lucro (DEFOURNY, 2009, p. 156).

Da mesma forma, em vários países do continente sul-americano, tivemos nessa década a redemocratização política e, em consequência disso, o fortalecimento do Estado e da democracia representativa. Também o terceiro setor é fortalecido, com a ampliação do número de movimentos dedicados a tratar das questões sociais, especialmente da desigualdade econômica. Nesse mesmo período, também se destacam os elementos de pressão negativa (associadas às condições de produção), como a precarização crescente das condições de trabalho, a perda gradual de garantias de emprego e as medidas neoliberais que priorizam o capital financeiro e o livre comércio, somente para citar alguns elementos. No Brasil, também há elementos para afirmarmos que houve, a partir da década de 1980, o revigoramento das associações solidárias dos trabalhadores, com vistas a oportunizar sua inserção no exercício de uma atividade econômica:

Desde meados dos anos 1980, assiste-se no Brasil e em outros países ao florescimento e ao gradativo fortalecimento de iniciativas de trabalhadores no campo econômico, fundadas no associativismo e na cooperação. Embora menosprezadas até alguns anos atrás, essas experiências converteram-se em alternativas duradouras para um número crescente de trabalhadores. Aos poucos, de suas diferentes vertentes originais, estabeleceram campos de diálogo e de criação de uma identidade comum, expressa em inúmeros movimentos organizados, com destacada atuação nas edições do Fórum Social Mundial. A Economia Solidária estabeleceu-se ao Sul e ao norte, como ator social, como item da agenda política e como tema de estudos, despertando a atenção para a importância de ser conhecida e compreendida de modo abrangente e fundamentado (GAIGER, 2007, p. 1).

Os atores sociais que constroem a Economia Solidária podem trazer experiências negativas do mundo do trabalho, uma vez que o contexto produtivo capitalista opera sob a base da competição com vistas ao lucro, na qual o mais fraco pode ser eliminado. Entretanto, a visibilidade social obtida pela Economia Solidária foi possível também porque estes atores lançam mão dos princípios de “*cooperação, autonomia e gestão democrática*” (Laville; Gaiger; 2009, p. 162), ou seja, trazem também os elementos positivos, passíveis de serem instaurados na economia:

Embora motivada por esse cenário regressivo, a gênese da Economia Solidária explica-se por um conjunto mais complexo de circunstâncias. Já os efeitos do desenvolvimento tecnológico pós-fordista mostra-se ambivalente para os trabalhadores: tanto desembocou no regime de acumulação flexível, produzindo

situações de maior exploração dos trabalhadores, quanto eliminou parte do trabalho meramente físico, sina do operariado, e introduziu métodos participativos de gestão, que estimularam aspirações a mais autonomia no mundo do trabalho. Em paralelo, alterações operadas no modo de vida e na eficácia das instituições incentivaram novas formas de atuação desde os anos 1960. Surgiram as questões do cotidiano, da preservação do ambiente natural, da participação dos usuários na concepção e funcionamento dos serviços públicos, das relações de gênero ou, mais amplamente, do reconhecimento dos indivíduos como sujeitos de suas singularidades e direitos (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 165).

Nas últimas décadas do século XX, houve redução de alternativas para os trabalhadores na produção capitalista, mesmo quando estes aceitam condições desfavoráveis, como a perda de direitos outrora conquistados. A eficiência técnica e o grande volume de capitais dinamizam processos produtivos em série, requerem menor quantidade de mão de obra e a excluem da produção, ao mesmo tempo em que requerem a multiplicação da capacidade de consumo dos indivíduos. Os problemas criados pela eficiência técnica do capitalismo somente podem ser resolvidos através do agenciamento de fatores sociais, mais amplos que a lógica de reprodução do capital. Isso significa que a proposta de acumulação pode ser contraposta à de cooperação, ou seja, com os princípios encontrados na Economia Solidária.

Os atores sociais, organizados segundo os princípios solidários de cooperação, autonomia e gestão democrática, operam para a unificação de interesses, possibilitando o diálogo entre sujeitos atualmente dispersos, mas que possuem em comum a capacidade para a produção de riquezas através do seu trabalho e a mobilização para o consumo consciente ou responsável ambientalmente. Por isso, estas iniciativas têm permitido criticar o modelo de produção ancorado unicamente no lucro como objetivo da atividade econômica, contrapondo-lhe experiências, ainda que localizadas.

Os pesquisadores têm definido os empreendimentos econômicos solidários (EES) como:

As diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação de trabalhadores, nas quais a cooperação funciona como esteio de sua eficiência e viabilidade. [...] Esses empreendimentos adotam, em proporção variável, arranjos coletivos na posse dos meios de produção, no processo de trabalho e na gestão do empreendimento, minimizando a presença de relações assalariadas (GAIGER, 2009b, p. 181).

Na última década no Brasil, juntamente com as pesquisas acadêmicas, e muitas vezes em cooperação com elas, o poder público vem realizando sucessivos levantamentos, com o objetivo de conhecer mais detalhadamente a Economia Solidária. Isso ocorreu porque a Economia Solidária foi instituída como política pública do governo federal, através da criação

da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)<sup>28</sup>, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. Uma das ações mais destacadas e abrangentes da SENAES consiste no mapeamento dos EES, em todo o território brasileiro, o que gerou o Sistema de Informações da Economia Solidária (SIES). Em 2005, foram identificados aproximadamente quinze mil empreendimentos econômicos solidários ativos no país. Um levantamento complementar, finalizado em 2007, elevou aquele total a vinte e dois mil empreendimentos, sendo que um segundo mapeamento está sendo presentemente realizado, sob a coordenação da mesma Secretaria.

As iniciativas da Economia Solidária ainda são pouco divulgadas na grande mídia. Entretanto, já se utilizam das redes de troca de informação, especialmente a internet,<sup>29</sup> para divulgar e organizar as suas atuações, como é o caso das listas de discussão.<sup>30</sup> Também existe um grande número de entidades que realizam ações de apoio. Citamos algumas delas: Cáritas Brasileira,<sup>31</sup> uma entidade ligada à Igreja Católica; a UNITRABALHO,<sup>32</sup> a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG),<sup>33</sup> a União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL)<sup>34</sup> e as Incubadoras das universidades (ITCPS).<sup>35</sup>

Os empreendimentos econômicos solidários, por terem estruturas diferentes da empresa capitalista:

Apresenta-se sob forma de grupos de produção, associações, cooperativas e empresas de auto-gestão, combinando suas atividades econômicas com ações de cunho educativo e cultural. Valorizam, assim, o sentido da comunidade de trabalho e o compromisso com a coletividade na qual se insiram (GAIGER, 2009b, p. 181).

Os dados do SIES revelaram que a maioria dos empreendimentos econômicos

---

<sup>28</sup> Seu endereço na internet é <<http://www.mte.gov.br>>.

<sup>29</sup> Existem portais especializados no tema, ligados a grupos de pesquisa de universidades, sindicatos e grupos que desenvolvem ações de apoio e promoção para o desenvolvimento da Economia Solidária na América Latina e Europa: <<http://www.ecosol.org>>; <<http://www.riless.org>>; <<http://www.ads.org.br>>; <<http://www.coopgirasol.com.br>>; <<http://www.abpes.org.br>>; <<http://www.ces.uc.pt>>; <<http://www.rits.org.br>>; <<http://www.pekea-fr.org/>>; <<http://www.camp.org.br/>>; <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/rurbanw.html>>. <<http://www.emes.net/>>; <<http://www.chasque.apc.org/caritasu/>>; <<http://www.comerciosolidariobrasil.com.br/>>; <<http://www.ihu.unisinos.br/>>; <<http://www.redesolidaria.com.br/>>;

<sup>30</sup> Grupos que compartilham informações através do correio eletrônico. Por exemplo, o *e-solidária*, cujo endereço é: <[http://br.groups.yahoo.com/group/e\\_solidaria/](http://br.groups.yahoo.com/group/e_solidaria/)> está sob a responsabilidade do fórum brasileiro de Economia Solidária, constituído por diversas instituições e atuando nacionalmente, conjuntamente com a SENAES.

<sup>31</sup> Pode ser encontrada na internet no endereço <<http://www.caritas.org.br>>.

<sup>32</sup> A Unitrabalho é uma rede de instituições do ensino superior. Endereço: <<http://www.unitrabalho.org.br/site/>>.

<sup>33</sup> Endereço: <<http://www.anteag.org.br>>.

<sup>34</sup> Endereço: <<http://www.unisol.org.br>>.

<sup>35</sup> Endereço: <<http://redeitcps.blogspot.com/>>.

solidários se apresenta na forma de associações (54%), sendo seguidos em quantidade pelos grupos informais (33%).<sup>36</sup> Assim, embora a formalização jurídica ou administrativa junto aos sistemas públicos de registros das atividades econômicas seja feita através destas nomenclaturas, o empreendimento econômico solidário possui sua característica maior nas definições acima elencadas. Os EES são especialmente identificados por seu caráter coletivo, solidário e autogestionado, diferindo-se dessa forma das organizações econômicas que utilizam as mesmas nomenclaturas (associação, cooperativa, etc.) oficiais de registro de suas atividades econômicas, mas permanecem vinculadas à lógica de produção capitalista.

### **3.4 – Por uma nova definição de *potencialidades* de desenvolvimento**

Para avançarmos no nosso trabalho, algumas definições conceituais são necessárias. Já apresentamos o histórico socioeconômico da região de Sinop e as propostas alternativas de produção através do associativismo revigorado com as experiências da Economia Solidária. Temos como premissa o fato de que um modelo alternativo de produção, para se concretizar no contexto social que tratamos nesse momento, deve apoiar-se em novos fundamentos, ou seja, em outras potencialidades. Desta forma, buscamos identificar as potencialidades de um contexto social específico – no caso, Sinop, no norte de Mato Grosso – para iniciar e garantir a continuidade de experiências de caráter solidário. Faz-se necessário, por conseguinte, verificar as potencialidades que a literatura especializada nesta temática aponta como sendo as mais destacadas. Também podemos contrapor a definição anteriormente apresentada, sobre as potencialidades presentes no discurso hegemônico, estabelecendo quais são as diferentes concepções a respeito do tema.

Uma tarefa urgente se coloca na redefinição do conceito de potencialidade. Anteriormente, quando tratamos das potencialidades da região de Sinop, tal como são apresentadas no discurso da Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso, elas foram tratadas como sinônimo de vantagens comparativas, de possibilidade de conseguir maiores lucros com a utilização de determinadas condições favoráveis. Faz-se necessário

---

<sup>36</sup> Esses dados constam no “Atlas da Economia Solidária”, lançado em 2006, e referem-se ao primeiro levantamento, quando foram detectados aproximadamente quinze mil empreendimentos no país (Ver BRASIL, 2006 e BRASIL, 2007).

contrapor outra definição, mais adequada ao propósito de repensar o desenvolvimento econômico existente, pois o mesmo é ineficiente para a maioria das pessoas que desejam que o sistema econômico cumpra sua função de garantir condições razoáveis de existência, e nisso constitua sua maior meta.

Para projetar outro tipo de desenvolvimento nesse trabalho, nossa compreensão das potencialidades deve avançar para um nível mais amplo, para designar as forças de um determinado contexto que são responsáveis pela existência de determinados modelos de produção. Não se trata unicamente de vantagens para um determinado setor ou atividade econômica, mas dos objetivos relacionados à existência das forças produtivas de um local, entendido em sua totalidade. Dessa forma, nosso olhar se dirige para o contexto produtivo solidário, que pode avançar em determinado ambiente se utilizar a capacidade de uma região para desenvolver outra maneira de pensar sua organização socioeconômica. É a compreensão dessas forças internas de um determinado contexto social que interessa ao presente trabalho.

Possuir potencialidades para a Economia Solidária implica, para o contexto social em questão, que possua bases favoráveis para o surgimento dos aspectos essenciais desta forma de organizar a produção, vinculando o econômico à solidariedade, cooperação, autonomia e gestão democrática, conforme a definição anteriormente destacada. Desta maneira, a potencialidade de um contexto para desenvolver a Economia Solidária se concentra no conjunto de recursos ou fatores sociais, culturais, políticos e econômicos que possam ser vinculados às práticas solidárias. Os fatores de solidariedade podem encontrar-se em um determinado contexto social, sendo (ou podendo vir a ser) utilizados para favorecer os empreendimentos solidários, possibilitando-lhes viabilidade, dispondo-os de capacidade de trabalho, de produção e de ação.

Assim, podemos inferir que, se em um dado contexto existem potencialidades para o desenvolvimento da Economia Solidária, de alguma forma devem manifestar-se em processos de gênese de empreendimentos econômicos solidários e na longevidade dos mesmos. Ou seja, se os fatores de potencialidade estiverem presentes em um dado contexto social, neste caso haverá maior possibilidade de os EES surgirem, enfrentarem desafios e subsistirem.

Deve existir um substrato positivo neste dado contexto social para que um grupo inicie sua empresa autogestionada e a mantenha, sem alterar aqueles princípios que a caracterizam: *“Enquanto a Economia Solidária mantiver seu poder de atração e suas iniciativas assumirem uma racionalidade própria, na qual passa a ser lógico cooperar com os outros, as chances de*

*degeneração serão menores*” (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 167). Daí a importância das instituições de apoio e ensino e de suas lideranças. Em uma região em que existirem esses fatores, talvez uma nova lógica econômica possa motivar os indivíduos a adotarem a opção do trabalho coletivo, no qual a cooperação possa ser vista com naturalidade.

Mesmo quando os trabalhadores, por força de suas iniciativas e com o apoio das entidades socialmente constituídas, conseguem concretizar o empreendimento solidário, eles ainda necessitam conviver com as regras capitalistas, estabelecidas pela concorrência no mercado. Nesse sentido, como demonstrou pesquisa da Unitrabalho,<sup>37</sup> realizada em seis Unidades da Federação entre 1999 e 2003, a percepção de sucesso sobre o futuro do empreendimento entre os trabalhadores é importante porque não é o caráter negativo de ausência (de carência) que determina os fatores sociais que são mobilizados para se iniciar um empreendimento solidário:

O importante é perceber, à luz dos casos estudados, que os processos de virada tendem a arrefecer (ou a retroceder, sem chegarem a concretizar um novo empreendimento), sempre que estiverem unicamente movidos por pressões negativas, de mera eliminação das opções habituais de vida econômica, sem contarem, ao mesmo tempo, com fatores positivos, de convencimento moral e de atração material, exercidos pela alternativa solidária. Dos relatos de experiências que venceram as primeiras provações, depreende-se ademais que a escolha consciente do solidarismo, quando reafirmada diante de outras opções (que cedo ou tarde terminam reaparecendo e atenuando as pressões negativas), passa a ser o principal motor do empreendimento, a razão mesma pela qual não sucumbe às dificuldades de permanecer autogestionário e cooperativo ou, vendo por outro ângulo, não se rende às comodidades de retornar às formas de vida econômica antes praticadas, nas quais os laços solidários ficam mitigados ou dissolvidos (GAIGER, 2004, p. 378).

Por isso, as publicações mais recentes sobre a temática, quando abordam a longevidade dos empreendimentos solidários, têm demonstrado que, excluindo os elementos negativos como a necessidade de renda, essas iniciativas podem ser entendidas se olharmos para seus fatores positivos. É interessante perceber que somente a falta de oportunidades no mercado de trabalho não pode ser considerada como criadora de alternativas, já que pode causar a marginalidade, não a solidariedade. Frente à falta de oportunidades, a delinquência pode ser uma das saídas para aqueles sujeitos que estão em situação de risco, fome e miséria.

Cabe ressaltar que a Economia Solidária é fortalecida apenas quando sujeitos com capacidade de produzir se encontram e compartilham potencialidades. E é precisamente neste sentido que buscamos delinear potencialidades de um determinado contexto social, isto é,

---

<sup>37</sup> Trata-se da primeira pesquisa nacional sobre a Economia Solidária no Brasil, organizada pela Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho (Unitrabalho).

buscamos os elementos que dão força e se somam para dar concretude às aspirações daqueles que associam solidariamente no plano econômico. A questão torna-se também a busca daquilo que pode ser utilizado pelos atores sociais quando estes concebem a formação de empreendimentos viáveis no mercado, mas com uma racionalidade própria, diferente do que está posto na sociedade atual. Cabe averiguar, ainda, de que forma superam as dificuldades de percurso. Por isso, a percepção de êxito do empreendimento é outra potencialidade para desenvolver iniciativas da Economia Solidária.

Outro fator de potencialidade da Economia Solidária é que esta pode unificar o interesse de muitos sujeitos que têm em comum a capacidade de ofertar volume de mão de obra, que não interessa ao sistema do capital porque estas pessoas não possuem riqueza acumulada e, muitas vezes, pouco conhecimento técnico. A questão é utilizar um potencial ocioso – a capacidade de trabalho – através da mobilização desses indivíduos em setores da economia em que este fator possa estabelecer uma dinâmica competitiva:

As alternativas constroem-se nas dialéticas do próprio sistema que combatem. Por não se submeter à lei férrea da acumulação ampliada, a Economia Solidária pode expandir-se em setores de baixo interesse para o mercado, mas de importância social inquestionável, como os serviços de proximidade e os sistemas locais de produção (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 167).

Existem segmentos da economia em que a mobilização de vários indivíduos pode se contrapor à lógica da acumulação. São os interstícios do capitalismo. No Brasil, o maior número de empreendimentos possui foco de atuação no meio rural, indicando que o seu maior potencial possivelmente encontra-se neste segmento:

Metade (50%) dos EES atua exclusivamente na área rural, 33% atuam exclusivamente na área urbana e 17% têm atuação tanto na área rural como na área urbana. Considerando as regiões, cabe destacar que na região Sudeste a maioria dos EES (60%) atua na área urbana e nas regiões norte e Nordeste a participação dos EES que atuam exclusivamente na área rural está acima da média nacional (57% e 63% respectivamente) (BRASIL, 2006, p. 47).

Se somarmos os empreendimentos rurais com os que atuam tanto no meio rural quanto urbano, temos 67% do total de empreendimentos econômicos solidários do país envolvidos, em sua maioria, com o setor de produção agrícola, pois a mesma base de dados informa que o maior percentual de produtos “*são aqueles relativos às atividades agropecuária, extrativista e pesca (42%), alimentos e bebidas (18,3%) e diversos produtos artesanais (13,9%)*” (BRASIL, 2006, p. 35).

Com estes dados, podemos inferir que os setores da Economia Solidária ligados à

produção de alimentos na zona rural, a princípio, demonstram melhor potencial de sucesso (sendo o interstício que melhor pode ser aproveitado para o desenvolvimento da Economia Solidária). Questionando os motivos pelos quais isso se torna possível, deduzimos que a produção local de alimentos, em pequena escala, embora possuindo significado macroestrutural, pode ser realizada com a mobilização criativa das pessoas que utilizam prioritariamente a mão de obra familiar como potencial para se diferenciar das outras organizações econômicas. Por isso, a presença de setores de produção de alimentos na zona rural pode contribuir para este possuir forte potencial para a Economia Solidária.

Ademais, nos setores rurais voltados à produção de alimentos, as potencialidades da Economia Solidária também decorrem da forma como seus participantes organizam a gestão do empreendimento em sua condução diária, estabelecendo alianças flexíveis e cooperando através de relações horizontais ou de redes. A pequena e individualizada produção rural de alimentos, dispersa em uma região, torna-se assim um interessante fator para a expansão da Economia Solidária. Isso é possível porque esses produtores mantêm a autonomia característica de quem é proprietário dos seus meios de produção ao ingressar em um empreendimento autogestionário, o que não ocorre quando participam das cadeias produtivas na forma capitalista. Isso significa que as ações projetadas em empreendimentos econômicos solidários de nível local podem ter influência global:

Tais empreendimentos, ademais, dispõem potencialmente de muitos trunfos para responderem com eficiência às condições do mercado global contemporâneo, fragmentado e volátil: flexibilidade de ajuste às alterações da demanda (Sorbillé, 2000) e possibilidade de inserção em “rede de cooperação econômica, formada por outras empresas pequenas e flexíveis e por instituições culturais, educativas e políticas de apoio” (Santos, 2002, p. 36), a exemplo dos complexos cooperativos. A participação ativa no processo produtivo atua igualmente como fator-chave, na medida em que redundam em aprendizado comum e na sua preservação pelo conjunto dos trabalhadores (GAIGER, 2009a, p. 172).

Ocorre que a potencialidade pode estar presente em um determinado contexto e mesmo assim não surgirem empreendimentos econômicos solidários. Daí a importância dos elementos culturais capazes de favorecer o trabalho coletivo, pois se as mudanças nos valores não ocorrer pode existir potencial sem que ele seja utilizado. Daí a necessidade de presença das instituições que realizam ações de apoio das iniciativas dos trabalhadores, sendo especialmente importante o apoio cultural das instituições de ensino. O potencial de uma região para a gênese e a longevidade da Economia Solidária pode ser enunciado assim através de um conjunto de fatores relacionadas à produção, em especial a presença das instituições de apoio e a disposição para o trabalho coletivo:

Ter esse potencial significa, antes de tudo, estar localizado em uma região que apresente as seguintes características: volume de produção suficiente para atender à escala provável do empreendimento a ser constituído; níveis de pobreza que demandem esse tipo de projeto; presença de instituições de apoio; existência de entidades associativas e predisposição dos atores locais para a formação de parcerias (PARREIRAS, 2007, p. 173).

O autor se refere à formação de cadeias produtivas através de empreendimentos solidários em contextos rurais, especialmente para a produção de mel, castanha-de-caju e mandioca, de modo a criar condições de produção e comércio em escala competitiva no mercado. Entretanto, pelo fato de ser necessário encontrar essas condições em uma região, as conclusões, da pesquisa de Parreiras auxiliam na definição das potencialidades favoráveis à Economia Solidária para um contexto social. Este autor complementa que estas características da região precisam encontrar reforço na disposição dos produtores locais em ingressar no empreendimento, isto é, na sua capacidade do trabalho coletivo.

Dito isso, podemos concluir que o potencial de uma região, entendido como a força presente que é capaz de mobilizar os indivíduos para determinado modelo de produção, se relaciona a uma diversidade de fatores e se assenta na possibilidade de os indivíduos exercerem uma atividade econômica, ou seja, é dependente do trabalho. A potencialidade (que não é apenas uma vantagem comparativa com vistas a maiores lucros) do trabalho foi um recurso utilizado na história, conforme relatamos anteriormente, quando os indivíduos buscavam alternativas à sua condição de submissão econômica. As iniciativas dos trabalhadores, desde a criação dos sindicatos e das cooperativas operárias, nos mais de dois séculos de percepção de sua condição de exploração, sempre se assentaram na capacidade que eles próprios possuem em exercer atividades econômicas independentes. A força das iniciativas dos trabalhadores não reside na capacidade de investimento e na utilização de tecnologia mais eficiente, como ocorre no capitalismo.

As potencialidades das iniciativas dos trabalhadores, conforme demonstra a história, sempre dependeram de sua capacidade de realizar o trabalho, e este foi o fator que permitiu a reprodução desta classe social. Na atualidade, quando olhamos para as experiências da Economia Solidária, ainda percebemos sua centralidade no trabalho (pouco capital, pouca tecnologia, muito esforço – não apenas físico, mas mental e organizacional). A questão que fica, para cumprir os objetivos propostos para este texto, é justamente pensar em quais condições são necessárias em uma região para permitir a todos os indivíduos a possibilidade de exercício de uma atividade econômica.

## **4 – METODOLOGIA**

O objeto da pesquisa empírica incorporada a essa dissertação foi definido dessa forma: buscamos o entendimento de quais são as características de um determinado contexto social para que exista potencialidade para a Economia Solidária se constituir e ter sucesso. Isto, por sustentarmos que a Economia Solidária comporta elementos favoráveis à introdução de outro tipo de desenvolvimento regional, alternativo àquele atualmente dominante na região norte do Mato Grosso, voltado para a exportação, grande propriedade, monocultura, etc., tal como examinado no primeiro capítulo.

### **4.1 – Problema e hipóteses da pesquisa empírica**

A pesquisa empírica ora proposta almeja, como objetivo geral, o conhecimento das potencialidades da região de Sinop para o desenvolvimento da Economia Solidária. Queremos saber quais são as potencialidades desta região para entrar em um novo modelo de produção, mais justo, mais equilibrado e que possa inverter um padrão histórico de desenvolvimento.

Com o intento de produzir conhecimento sobre os elementos favoráveis à concretização da Economia Solidária e problematizar a produção bibliográfica, quando pertinente, uma pesquisa empírica em Sinop se justifica. A partir dessa investigação, desejamos compreender os elementos que, nessa região, se mostram como os mais significativos para a gênese e a continuidade dos empreendimentos solidários. As hipóteses iniciais, apontadas na literatura antes discutida e no estudo de campo exploratório, permitem inferir que, para ter potencial forte para a Economia Solidária, uma região precisa aliar fatores socioeconômicos, culturais e políticos, com a seguinte configuração:

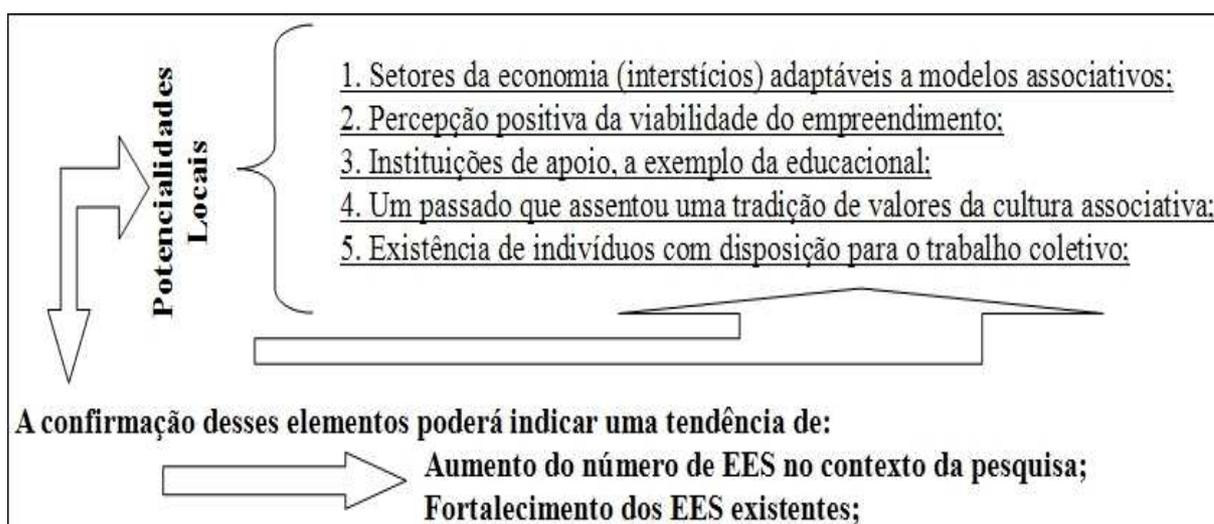


Gráfico 1 – Hipóteses

A fim de apoiarmo-nos nas experiências já existentes em Sinop, para não falarmos unicamente em um potencial *em tese*, mergulhamos no âmbito empírico, buscando o sentido das iniciativas solidárias já existentes. Isto, com cautela, pois pode existir potencial inaproveitado pelos indivíduos para a criação de EES: se não existem muitos empreendimentos econômicos solidários, isso não necessariamente significa ausência de potencialidade.

Consultando apenas a bibliografia sobre a Economia Solidária, poderíamos obter conhecimento suficiente para descrever como esta se iniciou e como os contextos locais contribuíram para consolidar os empreendimentos econômicos solidários cadastrados no Mapeamento Nacional coordenado pela SENAES. Dessa maneira, poderíamos estipular, ao menos preliminarmente, quais são as potencialidades locais que influem no sucesso da Economia Solidária. Entretanto, incluímos também uma análise dos empreendimentos econômicos solidários existentes na região de Sinop para que, com a identificação de suas estruturas e condições atuais, possamos aliar as hipóteses apontadas pela literatura com um trabalho de campo, produzindo conhecimento mais fundamentado e circunstanciado sobre a temática.

Para a pesquisa de campo, diante das dificuldades (tempo e recursos) de um estudo pormenorizado das iniciativas econômicas solidárias do norte Mato-Grossense, delimitamos uma área, onde buscamos conhecer todos os EES existentes e aí realizamos a pesquisa de campo. Por isso, fizemos um mapeamento próprio dos EES do município de Sinop. Depois de mapeadas estas iniciativas, realizamos um estudo pormenorizado em cada empreendimento, com a metodologia detalhada em seguida. Assim, problematizamos as potencialidades

aportadas pela bibliografia sobre a temática em questão, no contexto empírico da região de Sinop, em empreendimentos que possuem práticas de cooperação, autonomia e gestão democrática.

Para o conhecimento do contexto da pesquisa, iniciamos com um estudo exploratório, com visitas aos EES e às entidades que realizam apoio a estas iniciativas, para posteriormente realizarmos um trabalho mais pontual com a metodologia que será indicada ao longo desse capítulo. Para fortalecer nosso conhecimento do estado de arte da Economia Solidária, buscamos também informações do Mapeamento Nacional da Economia Solidária (fonte secundária), realizado pela SENAES, pois este concentra e disponibiliza amplas informações sobre a situação da Economia Solidária no país e também por apresentar esta realidade em números.<sup>38</sup>

Conforme expusemos no primeiro capítulo, o município de Sinop concentra no núcleo urbano a maioria de sua população e o setor de serviços gera o maior índice de riquezas, embora a agricultura seja predominante, principalmente através da monocultura de grande porte, voltada para exportação. Já os EES existentes na região de Sinop, embora sendo também ligados à produção rural (não obstante suas sedes localizem-se no núcleo urbano), possuem algumas características bastante peculiares, que fogem ao padrão econômico agroexportador da economia local. A maioria dos empreendimentos da Economia Solidária foi constituída pela associação de produtores rurais, cujas propriedades apresentam extensão territorial média de 25 hectares,<sup>39</sup> produzem gêneros alimentícios (hortaliças e frutas) para o comércio e utilizam, como principal instrumento de viabilidade, a capacidade de trabalho da família.

O primeiro contato com os EES e as instituições que prestam apoio e assessoria técnica aos mesmos ocorreu na fase do estudo exploratório. Desta forma, estabelecemos contato com as Secretarias do Comércio e da Agricultura, ligadas à Prefeitura Municipal de Sinop; com os grupos de pesquisa da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT); e com a Empresa Mato-Grossense de Pesquisa e Extensão Rural (EMPAER). Resultou destes contatos a informação de crescimento do número de empreendimentos na região em relação aos cadastrados pela SENAES, uma vez que as instituições de apoio em 2010 contabilizaram

---

<sup>38</sup> O 1º Mapeamento Nacional da Economia Solidária registrou nove empreendimentos solidários em Sinop, para uma população de aproximadamente cem mil habitantes.

<sup>39</sup> Informação obtida no levantamento preliminar junto à EMPAER.

vinte empreendimentos (considerando os empreendimentos econômicos voltados para a produção e comercialização). O número de empreendimentos existentes atualmente em Sinop nos faz pensar que esta região não aproveita o potencial existente ou que talvez não exista potencialidade para a Economia Solidária. Por isso, é importante ampliar nosso conhecimento sobre a cultura associativa da região e sobre os setores da economia favoráveis às práticas autogestionadas e solidárias. Talvez a ausência de elementos socioeconômicos, culturais e políticos, ligados a tais práticas, esteja interferindo negativamente no potencial da Economia Solidária nesse contexto.

Desta forma, a pesquisa empírica também foi utilizada com o objetivo de realizar o questionamento da existência de potencialidade para a Economia Solidária na região de Sinop. Considerando a predominância da economia capitalista ligada ao agronegócio de exportação e o pequeno número de EES que existem atualmente neste espaço, queremos saber em que medida há potencialidades para a ampliação da Economia Solidária. Os dados estatísticos (a exemplo do Mapeamento Nacional) a princípio parecem indicar poucas evidências da existência de potencialidades. No entanto, tal avaliação exige cautela metodológica, pois a existência de potencial em uma região não significa que os empreendimentos surjam automaticamente, uma vez que pode não haver pessoas disponíveis e motivadas para o empreendedorismo coletivo, ou seja, é necessária uma conjunção de fatores e circunstâncias para que o potencial se traduza em realidade. A educação pode aí desempenhar um importante papel, ao mostrar a Economia Solidária como real possibilidade, alternativa ao sistema hegemônico na atualidade, que possibilita trabalho e renda para um significativo número de pessoas em todo o país.

A partir da revisão bibliográfica e da pesquisa exploratória, podemos elencar algumas questões, a fim de nortearmos a pesquisa de campo, com o objetivo de auxiliar na testagem das hipóteses levantadas. Será que os atores sociais que participam dos empreendimentos econômicos solidários percebem que existem setores da economia favoráveis ao associativismo? Os EES se favorecem da cultura associativa existente (ou ela inexistente)? Existem lideranças (quais são suas principais ações)? Como está a motivação dos atores sociais que participam dos empreendimentos? O que as instituições – de educação, por exemplo – realizam para aumentar o potencial da Economia Solidária nesse contexto social? O setor da economia em que há maior número de empreendimentos na atualidade, caso da agricultura familiar voltada para o comércio regional, é o setor de maior potencial para a Economia Solidária (ou existem setores com potencial para a Economia Solidária que não está

sendo aproveitado)? Quais outros setores da economia também podem revelar potencial?

As ações de apoio das instituições de ensino e fomento existentes influenciam no potencial de uma região para a Economia Solidária? Se, pela análise histórica dessa região, percebemos uma relação entre o desenvolvimento destas entidades e o surgimento de iniciativas solidárias, buscamos saber: é de fato válida a relação, ou esta é apenas acidental ou acessória? Isso remete à questão de saber de que forma as instituições de ensino e fomento existentes são também potencialidades da região para o desenvolvimento da Economia Solidária. Podemos compreender esta relação no interior dos empreendimentos, na efetiva presença destas instituições e questionando seus integrantes sobre a cultura associativa desenvolvida na capacidade destes assumirem o trabalho coletivo com naturalidade e percebendo vantagens comparativas nesta opção. Será que podemos perceber o reforço das potencialidades locais nos aspectos educativo-culturais dos sujeitos que integram os EES (os trabalhadores conseguem visualizar vantagens comparativas com a adoção dos princípios da Economia Solidária na condução de sua atividade econômica? Isso os motiva a continuar no mesmo e ampliar a atuação do empreendimento?)?

Nas páginas seguintes, estabelecemos os passos metodológicos da pesquisa de campo. Trata-se de um trabalho qualitativo, que utiliza uma modalidade mista de pesquisa, pois alia duas técnicas para a coleta de dados: a entrevista e o questionário. A pesquisa empírica iniciou com um estudo exploratório em abril de 2009, com vistas à ampliação do conhecimento a respeito da região. Em seguida, entre maio e julho de 2010, para a coleta de dados primários, utilizamos questionários e a entrevistas. Também fontes secundárias foram utilizadas nessa dissertação, conforme detalharemos nos próximos subtítulos. Pensamos nessa metodologia a partir do que Becker (1999) definiu como o modelo artesanal de ciência: já que o objeto de estudo nem sempre é o mesmo, as metodologias precisam se adaptar àquilo que nos propomos a conhecer:

As pessoas muitas vezes estudam organizações idênticas ou semelhantes usando métodos de pesquisa de campo, mas têm em mente teorias diferentes e perguntas diferentes. Quando fazem perguntas diferentes, obtêm respostas diferentes. Os dados nos dois estudos serão de fato diferentes, mas a diferença não indica que as informações não são dignas de confiança. Demonstra apenas que o observador está observando uma coisa diferente (BECKER, 1999, p. 67).

Por abordar instituições recentes, tememos que nossos preconceitos, ideais e vieses (“biases”) influenciem nos resultados da pesquisa. O autor acima citado nos previne disso com o argumento de que nossas suposições nem sempre são confirmadas na fase da pesquisa

empírica (daí sua importância), obrigando-nos a mudar de opinião frente ao dado vivo, que, em nosso caso, são os empreendimentos coletivos autogestionados.

#### 4.2 – A pesquisa exploratória

Para iniciar nosso trabalho empírico em Sinop, realizamos um levantamento preliminar entre abril de 2009 e março de 2010, onde buscamos informações gerais do funcionamento dos empreendimentos econômicos solidários do município, como o nome das associações conhecidas, localização e pessoas para contato. Também fizemos contato mais frequente com as entidades que apoiam a Economia Solidária na região e suas lideranças locais. Posteriormente, iniciamos o acompanhamento desses locais, convivendo com os mesmos. O objetivo maior dessa fase da pesquisa era verificar se os empreendimentos coletivos registrados nas entidades de apoio já haviam sido mapeados no SIES e, caso contrário, se preenchiam os seguintes requisitos: organizações coletivas, voltadas para a geração de renda (comercialização, apoio da produção, produção) e se entre seus membros havia um processo democrático de gestão.

No estudo exploratório, visitamos as seguintes organizações de apoio aos EES:

- ✓ EMPAER (Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural), que realiza um trabalho de apoio técnico e fomento aos formatos associativos da região de Sinop;
- ✓ Secretarias do Comércio e Agricultura da Prefeitura Municipal de Sinop, que realizam o acompanhamento e prestam apoio às cooperativas e associações de seu foco de atuação;
- ✓ UNEMAT (Universidade do Estado de Mato Grosso), que possui grupos de pesquisa sobre Economia Solidária, realiza curso sobre associativismo e desenvolve projetos de extensão na região.<sup>40</sup>

---

<sup>40</sup> Esta Universidade foi pioneira na divulgação da temática em Sinop.

Foram estas as instituições mais conhecidas que possuíam um cadastro de empreendimentos solidários ligados às suas atividades, a partir do qual temos uma noção do funcionamento desses, localização e área de atuação. Tendo em mãos os nomes dos empreendimentos coletivos que realizam atividades econômicas, com relações democráticas e solidárias entre seus integrantes, iniciamos o período de acompanhamento destas iniciativas. Fizemos uma visita em cada local, conhecendo sua localização, líderes, as comunidades das quais fazem parte, suas instalações físicas, dentre outros aspectos ligados ao funcionamento dos mesmos. Desejávamos, com esta atividade, através do contato com estas pessoas, saber de que maneira o trabalho nos empreendimentos econômicos solidários havia se iniciado, como estava a perspectiva em relação aos mesmos, quantas pessoas lá trabalhavam e qual a história de vida desses trabalhadores, ou seja, como chegaram a se integrar nesses locais.

Este trabalho foi encerrado em maio de 2010. No período de estudo exploratório, constatamos a existência de vinte empreendimentos coletivos, que poderiam ser classificados como pertencentes à Economia Solidária pelo trabalho que realizavam, e esse número compôs a amostra empírica da presente pesquisa.<sup>41</sup> Com esses dados gerais em mãos, a continuidade da pesquisa se deu com o uso dos outros instrumentos: os formulários e as entrevistas.

Cabe um comentário aqui sobre a classificação dos empreendimentos econômicos na categoria Economia Solidária. Os empreendimentos que constam no SENAES já foram identificados desta forma, contudo, aqueles que constam nas anotações das entidades de apoio, sendo registrados como cooperativas ou associações por questões legais, somente podem ser classificados como pertencentes à Economia Solidária na medida em que possuem determinadas características. Para efeito desta pesquisa, nos guiamos por aquilo que a literatura sobre a temática aponta, ou seja, consideramos somente os empreendimentos econômicos que possuem natureza coletiva e práticas de relacionamento entre seus membros que possam ser classificadas como democráticas e solidárias; isto, significando que as decisões internas ao local de trabalho são tomadas na coletividade, de forma a englobar os interesses gerais ou da maioria dos seus integrantes.

A primeira fonte para esta dissertação de mestrado foi o banco de dados do Sistema de Informações da Economia Solidária (SIES), que disponibiliza dados da pesquisa sobre o contexto da Economia Solidária de todo o país. Disponibilizado via internet, o SIES é um

---

<sup>41</sup> No item 3.6, detalhamos a forma como estabelecemos esse número.

sistema de divulgação do resultado do 1º Mapeamento Nacional da Economia Solidária, realizado no período de 2005 a 2007.<sup>42</sup> Esta pesquisa foi coordenada pela Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com o apoio de várias universidades, e oferece um conjunto detalhado de informações da Economia Solidária e das instituições de apoio a esses empreendimentos econômicos.

Nos dados disponibilizados pelo Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária, buscamos conhecer os números relativos ao Estado de Mato Grosso, para conhecer o perfil dos empreendimentos da região de Sinop. O banco de dados do SIES aponta atualmente a existência de nove EES em Sinop: sete deles são associações comunitárias de trabalhadores rurais e dois são associações em zona urbana. Com isso, identificamos uma característica predominante nesses empreendimentos, que é o fato de realizarem ações de apoio à produção e ao trabalho no meio rural, combinando com o quadro geral do contexto da Economia Solidária no país.

Por conta do pequeno número de empreendimentos econômicos solidários existentes em Sinop, questionamos a existência de potencialidade nesta localidade para o desenvolvimento e ampliação da Economia Solidária. Talvez pudéssemos inferir, a partir da existência de empreendimentos nesta região, que, ao menos em nível baixo, exista algum potencial. Contudo, faz-se necessário o acompanhamento e o conhecimento detalhado de todo esse contexto social, das experiências dos atores sociais que conhecem a história e a situação socioeconômica, política e cultural dessa região, para conseguir argumentos sobre a existência ou não de potencialidades. Isso remete à utilização de um conjunto amplo de informações e, nesse sentido, realizamos a pesquisa de campo, detalhada no próximo subtítulo.

### **4.3 – Desenvolvimento da pesquisa empírica**

O trabalho de campo objetivou a obtenção de informações sobre a atual configuração socioeconômica, cultural e política de Sinop, ou seja, do seu contexto social em geral, e

---

<sup>42</sup> Infelizmente, devido a problemas que fogem de nossa capacidade de intervenção, a atualização dos dados a respeito do contexto Mato-Grossense, referentes ao segundo Mapeamento Nacional da Economia Solidária, está atrasada, de sorte que os resultados não ficaram disponíveis a tempo de serem incluídos em nossas análises. Desta forma, utilizaremos os dados do primeiro Mapeamento Nacional (2005-2007).

tenciona conhecer amplamente os empreendimentos econômicos solidários, em particular. Para isso, utilizamos dois instrumentos de pesquisa: a entrevista, para o primeiro caso, e o formulário semi-estruturado, para o segundo.

Assim, depois do estudo exploratório, tendo por objetivo ampliar o grau de conhecimento dos EES existentes em Sinop, realizamos um levantamento nestes locais com um questionário, no período de maio a julho de 2010. O instrumento de pesquisa possui como referência o formulário utilizado pela SENAES, no 1º Mapeamento Nacional da Economia Solidária, que se encontra no banco de dados do SIES.<sup>43</sup> Como este instrumento já foi amplamente utilizado em todo o país, tendo passado pelo procedimento do pré-teste, ele foi utilizado para dar conta da abrangência da localidade pesquisada, mantendo certa uniformidade nas abordagens dos diferentes empreendimentos. Não realizamos amostragem porque aplicamos o mesmo instrumento a todos os EES conhecidos – o que representa então um mini-censo - para que no final tivéssemos um conjunto abrangente de informação sobre a Economia Solidária dessa região. O questionário somente pode ser aplicado em uma situação em que já há o esclarecimento do que precisa ser conhecido:

Você só atingirá o estágio de criar um questionário depois de concluir todo trabalho preliminar de planejar, consultar e decidir exatamente o que você precisa descobrir. Só então saberá se um questionário é adequado ao propósito e se é uma maneira mais eficaz de coleta de informações do que entrevistas ou observação, por exemplo. Se for, então é preciso certificar-se de que produzirá um questionário bem formulado, que proporcione as informações necessárias, seja aceitável para seus informantes e que não venha criar-lhe problemas na fase de análise e interpretação (BELL, 2008, p. 119).

Esse foi o nosso caso, pois já havíamos definido nosso objeto de estudo e realizado o estudo exploratório daquele contexto. Assim, tendo detectado a existência de um pequeno número de empreendimentos econômicos solidários em Sinop, mesmo com a abordagem de todos eles na pesquisa, não teríamos problemas para análise das informações dos questionários. Ao contrário, o uso desta técnica facilitaria nosso trabalho, porque daria a possibilidade de formar um registro amplo de todos os EES existentes, de maneira que, posteriormente, a análise do que é comum aos empreendimentos poderia ser realizada, ao mesmo tempo em que nos faria perceber suas particularidades. Daí a vantagem de um instrumento semi-estruturado:

---

<sup>43</sup> O Formulário do SIES é referência porque o utilizamos, adaptando o instrumento e ampliando a flexibilidade das respostas com perguntas semi-estruturadas. Por conhecermos como a pesquisa foi realizada e termos acesso aos microdados obtidos na região, este material era familiar, daí a decisão de utilizá-lo com adequações.

A resposta esperada é uma palavra, uma expressão ou um longo comentário. As respostas a este tipo de pergunta podem trazer informações úteis, mas a análise talvez apresente problemas. Alguma forma de análise de conteúdo possivelmente seja necessária para o material verbal, a menos que as informações obtidas sejam usadas para propósitos especiais. Por exemplo, no caso de você considerar necessário dar aos informantes a oportunidade de expressar suas próprias opiniões sobre o tema em pesquisa – ou fazer uma reclamação (BELL, 2008, p. 120).

Desta maneira, sem uma delimitação rígida das respostas, esta técnica daria conta da especificidade de cada empreendimento. Uma vez que eles podem diferenciar-se, optamos por deixar espaços para a anotação das características singulares de cada local visitado, como por exemplo, acerca das experiências vividas pelos informantes. Com esta tarefa, almejamos o aprofundamento do conhecimento sobre o contexto em que essas iniciativas se consolidaram, na medida em que os sujeitos falam dos processos, conquistas e dificuldades, na constituição dos empreendimentos.

A coleta de dados com o formulário semi-estruturado foi planejada para ocorrer entre os meses de maio e julho de 2010. A análise dos dados do questionário foi realizada com a tabulação dos dados, através de textos, gráficos e tabelas de similitudes relacionadas com nossas hipóteses da pesquisa, anteriormente elencadas: setores da atividade econômica, antecedentes das pessoas, disposição para o trabalho coletivo, instituições que realizaram o apoio, etc. Nesse sentido, a partir do conhecimento prévio da literatura, estabelecemos algumas potencialidades, o que facilitou o trabalho de indução a partir do contexto empírico.

Uma segunda técnica de coleta de dados, a entrevista, auxiliou na ampliação do conhecimento obtido com a aplicação do questionário. Quanto ao foco, a entrevista teve uma abrangência maior, pois evidenciou, além das entidades e organizações que realizam ações de apoio aos EES de Sinop, o contexto socioeconômico, cultural e político da região. Foram projetadas entrevistas para serem realizadas com pessoas que trabalham nas organizações de apoio ou que possuem amplo conhecimento dessa região.

Da mesma forma que o questionário, as entrevistas são semi-estruturadas, ao mesmo tempo testemunhais e informativas, pois objetivam a fidelidade à fala do entrevistado na descrição do contexto produtivo do qual participa. Esta técnica objetiva também o conhecimento da instituição na qual os participantes dos EES estão vinculados ou que acompanham de perto, conhecendo como estas percebem as experiências de constituição dos novos formatos produtivos coletivos. Realizamos oito entrevistas, entre administradores e lideranças ligadas aos empreendimentos econômicos solidários de Sinop. O critério de seleção dos entrevistados foi definido a partir da indicação, junto às instituições e contextos

produtivos visitados no estudo exploratório, de qual pessoa poderia mais facilmente discutir a temática proposta, que tinha conhecimento do associativismo solidário existente, do local e dos contextos socioeconômico, cultural e político. O convite era então feito e se iniciava um diálogo sobre as condições da entrevista, lugar, objetivo, utilização e critérios para anonimato, sigilo e fidelidade à informação prestada. Tendo obtido a concordância do entrevistado, elas foram agendadas com antecedência, já estabelecendo um ambiente confortável para a sua realização.

Para o registro das informações, utilizamos, com o consentimento do entrevistado, o gravador. Também, um conjunto de questões para orientar o processo e criar um mínimo de semelhança entre as entrevistas. As perguntas, inspiradas no formulário utilizado no Mapeamento Nacional, eram modificadas no sentido de abranger o conhecimento vivido pelo entrevistado na construção de projetos alternativos à economia preponderante, e sua percepção a respeito da potencialidade dessas iniciativas. A meta estabelecida para a aplicação dessa técnica era a possibilidade de dar voz ao entrevistado, da mesma forma que ocorreu com o formulário. Por isso, o cuidado não era a padronização das respostas, sendo que as entrevistas transcorreram como num diálogo que possuía o objetivo de captar, a partir do conhecimento vivido e experimentado de um indivíduo, as possibilidades existentes naquele contexto social para a construção de um projeto alternativo de economia.

Após a digitação das entrevistas, sua interpretação ocorreu concomitantemente com o trabalho de análise dos dados do questionário. As duas técnicas se uniram para formar um quadro referencial de potencialidades detectadas na prática, na visão e nas aspirações dos indivíduos dessa região. Com é de praxe em pesquisa, usamos nomes fictícios para os entrevistados, embora tenha havido concordância de todos eles para a divulgação de seus nomes.

#### **4.4 – Os empreendimentos pesquisados**

A principal dificuldade da coleta de dados foi superar as distâncias em estradas rurais de difícil acesso – fato já conhecido desde o momento em que iniciamos o estudo exploratório. Para amenizar esse problema, já havíamos planejado a realização desse trabalho fora do período das chuvas, época em que as estradas não pavimentadas se transformam em

obstáculos intransponíveis em muitos trechos.

Uma dificuldade de deslocamento em particular, devido à distância e estradas sem manutenção, é chegar até os empreendimentos localizados na Gleba Mercedes V, uma região afastada (média de 150 km) do núcleo urbano de Sinop. A Gleba Mercedes V foi ocupada através de um projeto de Reforma Agrária, do Governo Federal, e por isso concentra algumas organizações econômicas coletivas. A maioria dos seus habitantes ocupa uma pequena área de terra para os padrões da agricultura agroexportadora regional. Já conhecíamos esta área porque participamos de outros projetos de extensão universitária da UNEMAT junto às escolas das comunidades Agrovila e Campos Novos (que estão no interior da Gleba Mercedes V) entre os anos de 2004 e 2008.<sup>44</sup>

Contudo, apesar de não visitarmos no ano de 2010 estas comunidades, por já conhecermos alguns de seus habitantes, foi fácil preencher os formulários porque os moradores da Gleba Mercedes comercializam a produção de seus lotes na cidade e frequentemente podem ser encontrados no centro urbano. Foi assim que conversamos com os atuais presidentes das associações daquela localidade: da Associação Wesley Manoel dos Santos (AWMS), da comunidade Agrovila; da Associação Teles Pires (ATP), da comunidade Campos Novos; da Associação São João (ASJ), também da comunidade Agrovila; da Associação Vale do Teles Pires (AVTP), da Comunidade Caldeirão. Nestes casos, o preenchimento do formulário era realizado pelo entrevistador com as informações prestadas pelos informantes. Para a realização dessa atividade, depois do contato via telefone, as atividades eram marcadas no ambiente de trabalho do pesquisador, no caso, o Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação (CEFAPRO), localizado perto da rodoviária de Sinop, sendo de fácil acesso àqueles que vêm da zona rural.

A maioria dos moradores da região da Gleba Mercedes V, por realizar a comercialização de sua produção na zona urbana de Sinop, depende de transporte para transpor a distância até o ponto de comercialização. Aqueles que não possuem veículo próprio dependem do pagamento do transporte, o que faz com que tenham sua renda diminuída. A Associação Wesley Manoel dos Santos (AWMS) possui um caminhão para este fim,

---

<sup>44</sup> Os projetos dos quais tivemos o privilégio de participar se relacionavam às metodologias didáticas nas escolas rurais. O primeiro chamou-se “Discurso da Terra” e o segundo, “MOPEC – Múltiplos olhares à Educação do Campo”. Ambos os projetos, financiados pela UNEMAT, já se encerraram, mas deixaram publicações e experiências sobre a especificidade das escolas do campo. Entre os anos de 2010 e 2011, o pesquisador Nilso Francio realizou nesse local um estudo sobre o associativismo; utilizamos este trabalho como uma das fontes (FRANCIO, 2011).

mantendo um motorista (pago através da porcentagem do que é transportado), que faz o percurso Agrovila-Centro duas vezes na semana. Além do transporte da mercadoria, os associados aproveitam a carona até a cidade, de forma que é relativamente fácil encontrá-los.

Os empreendimentos situados num raio de 50 a 100 km da cidade de Sinop foram mais fáceis de visitar, tal como os que estão na faixa de chácaras que circunda o núcleo urbano. As Associações Eunice (ARE), Nova Esperança (ANE) e N. Sra Aparecida (ACRUNSA) podem ser agrupadas como pertencentes ao primeiro grupo. A visita a estes empreendimentos é facilitada porque parte da via de acesso já está asfaltada. Já as Associações Brígida (ACRUB), Branca de Neve (ABAN) e a Cooperativa Selene (COOPERSELENE) estão bem próximas do centro da cidade e o acesso a estas também é facilitado.

O mesmo vale para os empreendimentos urbanos: as duas cooperativas de educadores (COOPERED e COOPERSABIN), a Cooperativa dos Pescadores Z-16 (COOPESNOP), a Cooperativa Agropecuária Mista de Produtores de Sinop (COOPERNOP), a Cooperativa da Construção Civil (COOPER CENTRO-NORTE), a Associação dos Artesãos (ARNOP), a Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos (ACCOTEP), a Associação dos Apicultores (APISNORTE) e a Associação dos Feirantes (AFES). Uma vez que estão localizadas no núcleo urbano, mesmo que em alguns casos seus associados sejam produtores rurais do cinturão de chácaras, esses empreendimentos realizam a comercialização no núcleo urbano e sua sede também é urbana.

Lista dos empreendimentos coletivos visitados:<sup>45</sup>

a) Empreendimentos com sede na zona urbana, de fácil acesso:

1. AFES – Associação dos Feirantes de Sinop
2. APISNORTE – Associação dos Apicultores do norte de Mato Grosso
3. ARNOP – Associação dos Artesãos de Sinop
4. ACCOTEP – Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos do Alto Teles Pires
5. COOPER CENTRO-NORTE – Cooperativa da Construção Civil do norte de Mato Grosso
6. COOPERED – Cooperativa dos Educadores de Sinop
7. COOPERNOP – Cooperativa Agropecuária Mista de Produtores de Sinop
8. COOPERSELENE – Cooperativa Agrícola Selene
9. COOPERSABIN – Cooperativa dos Educadores Albert Sabin
10. COOPESNOP – Cooperativa de Pescadores Z-16 do norte de MT

---

<sup>45</sup> Para maiores detalhes de cada empreendimento, consultar o Apêndice A.

b) Empreendimentos com sede na zona rural, de fácil acesso, localizados nas comunidades em torno do núcleo urbano de Sinop:

11. ACRUB – Associação Comunitária Rural Brígida – Comunidade Brígida.
12. ABAN – Associação Branca de Neve – Comunidade Branca de Neve.
13. ACRE – Associação Comunitária Rural Eunice – Comunidade Eunice.
14. ANE – Associação Nova Esperança – Comunidade Santa Luzia.
15. ACRUNSA – Associação Comunitária Rural N. Sra. Aparecida – Comunidade N. Sra. Aparecida.

c) Empreendimentos com sede na zona rural, de difícil acesso, localizados na Gleba Mercedes V:

16. AWMS – Associação Wesley Manoel dos Santos
17. APCF – Associação dos Pequenos Produtores Rurais Córrego Fundo
18. AVTP – Associação Vale do Teles Pires
19. ATP – Associação Teles Pires
20. ASJ – Associação São João

Visitamos todos os empreendimentos conhecidos que se encontram em um raio de até 100 km, ao menos uma vez na fase do preenchimento do formulário e de realização das entrevistas (já havíamos feito uma ou mais visitas no período do estudo exploratório). Acompanhamos mais diretamente, com diversas visitas, os que se situam no núcleo urbano. O estudo exploratório, realizado em num período bastante extenso, foi útil para tentar esgotar o conhecimento de todas as organizações coletivas voltadas para o trabalho e geração de renda de Sinop.

As três entidades que serviram de ponto de apoio para o início da pesquisa (EMPAER, Secretarias do Comércio e da Agricultura e UNEMAT) repassaram as informações que possuíam dos empreendimentos coletivos conhecidos. As Secretarias do Comércio e da Agricultura inclusive entregaram uma listagem impressa com todas as informações a respeito de organizações coletivas de seu conhecimento. Mesmo existindo a possibilidade de desconhecermos algumas iniciativas, todos os empreendimentos ao nosso alcance foram incluídos em nossa pesquisa. Por conseguinte, decidimos empreender a investigação empírica nestes empreendimentos, de forma que funcionem como uma amostra segura das práticas econômicas coletivas e solidárias que existem no norte Mato-Grossense.

Entre os meses de dezembro de 2010 e fevereiro de 2011, na fase da escrita da dissertação, ainda verificamos o funcionamento dos empreendimentos conhecidos, conversamos com as entidades de apoio e realizamos visitas a esses locais, anotando avanços e retrocessos na sua consolidação. No geral, o quadro manteve-se estável no período de

acompanhamento. As maiores mudanças ocorreram nas associações rurais, tendo em vista que os preços dos produtos agrícolas (o leite é o caso mais expressivo) sempre avançam e retrocedem de acordo com as estações do ano de maior ou menor produção. Os empreendimentos ligados a este setor foram os que mais registraram variações, de momentos de ânimo revigorado com as condições produtivas, a lapsos de tempo em que até alguns equipamentos foram abandonados.

Há casos de sucesso crescente, como as Associações dos Feirantes e dos Apicultores. Os primeiros já possuem dez pontos de venda na cidade e ainda almejam ampliar sua atuação; os segundos conseguem realizar compras e vendas coletivas de forma que buscam a industrialização de suas atividades. Foi bastante interessante acompanhar as associações comunitárias rurais, uma vez que nestes locais há dois objetivos a serem cumpridos pelo empreendimento coletivo: a viabilização econômica da produção dos associados e a organização do lazer da comunidade. Este é o caso das Associações Brígida (ACRUB), Branca de Neve (ABAN), Eunice (ARE), Nova Esperança (ANE), N. Sra Aparecida (ACRUNSA), Wesley Manoel dos Santos (AWMS) e da recente associação em processo de transformação para Cooperativa, a COOPERSELENE. Em todos esses locais, embora exista a preocupação com os jogos de futebol e bocha, bailes e almoços, o empreendimento visa à organização da produção dos agricultores e, nessa tarefa, têm obtido sucesso.

Acompanhamos por diversos momentos as atividades nestes locais, com exceção da AWMS (Wesley Manoel dos Santos). Todas realizam atividades de lazer nos finais de semana, de forma que o empreendimento é muito ativo, funcionando como o centro da comunidade. Em todos esses casos, a associação colaborou para a construção da igreja e do salão comunitário, responsabilizando-se pela manutenção dessa estrutura e de suas atividades. As questões relativas à documentação (notas fiscais e alvarás de funcionamento) são percebidas como um problema para estes empreendimentos, uma vez que no país as associações não estão autorizadas, com seu CNPJ, a realizar compra e venda.<sup>46</sup>

Há casos em que a associação, com o apoio da Prefeitura e dos órgãos fiscalizadores, consegue manter a estrutura de produção e comercialização. Isso ocorre em dois locais: na

---

<sup>46</sup> Muitas associações, quando realizam compras coletivas, o fazem em nome de um dos associados para cumprirem com a legislação (caso da APISNORTE). No entanto, essa prática traz desvantagens ao grupo, pois este poderia conseguir condições melhores na negociação se o coletivo contasse com uma legislação favorável. Para solucionar esse problema, a Associação Selene iniciou os trâmites para efetuar seu registro como Cooperativa (mesmo que o processo não esteja concluído, já utilizamos a nomenclatura COOPERSELENE neste trabalho).

ACRUB (Associação Comunitária Rural Brígida) e na ACCOTEP (Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos do Alto Teles Pires), que receberam o alvará de funcionamento para seus mini-abatedouros. O único entrave é que uma autorização municipal também impede a comercialização da produção nas outras cidades.

Já o acompanhamento das condições de trabalho em cada empreendimento depende da forma como este se organiza. Em muitos casos, cada associado realiza a produção individual e a organização coletiva é apenas mobilizada para fins de comercialização – geralmente considerada pelos produtores a parte mais difícil da produção, pois depende dos contatos que cada indivíduo possui. Esse é o caso, por exemplo, da Associação dos Feirantes (AFES) e dos Artesãos (ARNOP), nas quais o coletivo possui apenas uma estrutura de comercialização espalhada nos pontos de feira da cidade. Na maioria dos casos (quando o feirante comercializa alimentos), a produção é realizada na propriedade agrícola, que lança mão do recurso do trabalho familiar e da instalação doméstica, resultando desse fator a impossibilidade do pesquisador acompanhar pessoalmente todo o processo produtivo

Em outros casos, apesar da produção depender da unidade familiar, o processamento dos produtos é realizado em uma sede, onde há equipamentos e pessoal especializado na tarefa. Esse é o caso da COOPERSELENE, onde o leite dos pequenos produtores é industrializado na sede (o que faz com que os produtores trabalhem coletivamente) e posteriormente é encaminhado aos mercados e escolas da cidade. Também na ABAN (Associação Rural Branca de Neve), onde há um abatedouro, o acompanhamento da produção coletiva é mais fácil de ser realizado. O mesmo se sucede em outras associações que se reúnem para efetuar processos de produção coletiva, caso daqueles que industrializam leite (conservado conjuntamente com a socialização dos equipamentos para este fim) e outros tipos de produção agrícola (pois estes possuem estruturas de armazenagem coletiva).

Seria cansativo e desnecessário, para os objetivos da pesquisa, continuar descrevendo como se sucederam todos os vinte encontros com os sujeitos dos empreendimentos incluídos em nossa amostra de EES da região de Sinop, reproduzida anteriormente. Falta detalharmos a forma como as entrevistas foram realizadas: a primeira preocupação para a realização das mesmas foi a escolha dos entrevistados, pois deveriam ser atores sociais capazes de fornecer detalhes sobre a economia da região, com amplo conhecimento das iniciativas econômicas coletivas. Alguns nomes surgiram na realização do estudo exploratório (como o do presidente do sindicato rural; o responsável pela assistência técnica da EMPAER; o responsável pelos projetos da Secretaria Municipal da Agricultura). Em outros casos, na fase da coleta de dados,

surgiam comentários a respeito de possíveis sujeitos que tinham um histórico considerável no empreendimento (caso da artesã Gabriela<sup>47</sup> ou do agricultor Davi). Também, neste período, alguns nomes surgiram associados ao início das iniciativas (caso dos presidentes da COOPERNOP e da COOPERSELENE), onde a entrevista poderia ampliar o nível de informação sobre o contexto de Sinop nas últimas décadas em que algumas iniciativas da Economia Solidária surgiram.

Como escrevemos anteriormente, o objetivo da entrevista foi ampliar o número e o grau de informação a respeito do contexto geral da economia sinopense e das iniciativas alternativas em andamento. No próximo capítulo, buscamos desenvolver outros argumentos a partir dessas atividades de campo, aprofundando nossa análise com vistas a uma síntese em torno do problema e das hipóteses desta pesquisa.

Um último comentário sobre as três associações (não incluídas na amostra dos vinte empreendimentos da presente pesquisa) registradas no SIES, que já fecharam as portas. No momento em que conferimos a listagem das associações existentes no SIES, nos deparamos com essa situação: as Associações São Roque (ASR), N. Sra de Fátima (ACRUF) e Ângela (ACRA) estão desativadas. As duas primeiras, porque o núcleo urbano se estendeu sobre as áreas onde elas se localizavam. A Associação São Roque possuía uma sede (barracão de madeira) que servia como espaço de reunião e lazer comunitário, também organizava a produção de pequenos produtores de hortaliças e leite, mas foi desativada quando a área onde estava localizava sua sede foi loteada, transformada em Bairro Maria Carolina I e II. A Associação N. Sra de Fátima, que se localizava nas imediações do Bairro São Cristóvão, próxima ao núcleo urbano de Sinop, também encerrou suas atividades quando novos loteamentos foram feitos sobre as chácaras de pequenos produtores próximos. Ela possuía uma minifábrica de farinha de mandioca, entregue para a AVTP (Associação Vale do Teles Pires – localizada na Gleba Mercedes V), possuía também trator e implementos (chamada de patrulha mecanizada), também entregues à prefeitura.

Não conseguimos contato com os membros da Associação Comunitária Rural Ângela (ACRA), localizada a 50 km da sede de Sinop. As informações da prefeitura e da EMPAER dão conta de que o presidente não reside mais na comunidade e que a região sofreu nos últimos anos uma mudança grande na sua estrutura de produção: onde havia muitos

---

<sup>47</sup> Os nomes das pessoas aqui citadas são fictícios.

produtores de leite e hortaliças, hoje o plantio de soja predomina. Esse é um fato já consumado nesta associação, mas também ocorre em outras: a Associação Comunitária Rural Eunice (ARE) também percebe a mudança nas estruturas de produção que a enfraquecem consideravelmente. A Associação Teles Pires (AVTP) e a Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos do Alto Teles Pires (ACCOTEP) também se deparam com o problema de muitos de seus associados terem investimentos na monocultura e, devido aos lucros auferidos com tal atividade, sentirem-se divididos entre a produção coletiva voltada para a associação ou a produção individualizada de grandes áreas. Talvez as potencialidades da Economia Solidária, encontradas na região de Sinop, possam auxiliar esses produtores a perceber a viabilidade da produção alternativa. Abordaremos a questão no próximo capítulo.

## **5 – POTENCIALIDADES LOCAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

A pesquisa de campo demonstrou que existe um número considerável (mesmo que não tão significativo se comparado com a população total) de pessoas envolvidas com projetos alternativos de produção: coletivos, autogestionados, solidários, etc. A existência desses locais, objeto das próximas páginas, demonstra haver um espaço para este tipo de organização econômica, uma vez que estes são portadores de certas características que os torna, se não competitivos, socialmente úteis e economicamente viáveis – necessários, portanto, para um número considerável de sujeitos.

Os fatores de potencialidade existentes na região norte Mato-Grossense demonstram que há certas características de solo, relevo e clima que tornam a produção monocultura agroexportadora muito eficiente, tal como consta no estudo da SEPLAN, comentado no primeiro capítulo. Entretanto, verificamos também, na pesquisa de campo, que há elementos locais que solicitam a produção alternativa e, por isso, os empreendimentos que exploram esta possibilidade também encontram fatores de potencialidade favoráveis para consolidar e ampliar a Economia Solidária. Neste capítulo, faremos a indicação das potencialidades identificadas na fase da pesquisa de campo e na análise dos dados do Mapeamento Nacional da Economia Solidária referente ao Estado de Mato Grosso.

### **5.1 – Potencialidades visualizadas através da pesquisa de campo**

Ainda há poucas alternativas para a economia agrícola monocultura de soja, algodão e milho, voltada à exportação na região de Sinop. Por isso, a avaliação de continuidade ou o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários existentes demanda cautela e cuidado.

A cidade de Sinop, conforme exposto anteriormente, foi planejada. Os colonizadores, no processo de derrubada da mata nativa, projetaram, para ocuparem o espaço da planície amazônica Mato-Grossense, alguns núcleos urbanos cercados de grandes extensões territoriais

para prática agrícola. Também, nesse planejamento foi reservado um espaço entre as duas áreas – a cidade e as fazendas – para as chácaras, demarcadas para diferenciar as propriedades próximas ao núcleo urbano que seriam mais valorizadas no momento da venda.

Desta forma, surgiu um espaço que não é nem urbano e nem monocultor: com a colonização desta terra, essas propriedades foram utilizadas por quem desejava cultivar alimentos para o mercado regional com mão de obra familiar. Com o passar dos anos, as áreas de chácaras se fortaleceram, criando centros comunitários para religiosidade, lazer e organização da produção local. Dadas as necessidades de consumo da população urbana crescente, estes locais passaram a destacar-se como o cinturão, mais ou menos definido, de produção de alimentos para serem consumidos regionalmente – diferindo-se da economia predominante (monocultura voltada para exportação).

Este espaço foi também o ponto de partida para a criação dos primeiros EES, oficialmente registrados como associações, da zona rural, surgidas a partir da década de 1990, que passaram a integrar os dados dos empreendimentos de Economia Solidária da região, por ocasião do 1º Mapeamento Nacional da Economia Solidária no período 2005-2007.

Posteriormente, outras comunidades iniciaram uma produção voltada ao mercado regional, com a utilização de mão de obra familiar, como nos assentamentos de reforma agrária, implantados na região na década de 1990 (exemplo disso é o assentamento Gleba Mercedes V).<sup>48</sup> A principal característica dos empreendimentos econômicos solidários dessa região (confirmando uma tendência já apresentada no Mapeamento Nacional da Economia Solidária) é o fato destes serem rurais ou realizarem, na zona urbana, a organização e a comercialização de produtos de origem rural.

Devemos destacar que o Norte de Mato Grosso, por produzir principalmente para a exportação, é dependente do fornecimento de gêneros alimentícios de outras regiões, especialmente do centro-sul do país. Mesmo havendo alguma produção de alimentos na atualidade, a maior parte das hortaliças e frutas é fornecida aos supermercados de Sinop pelas centrais de abastecimento do Paraná e de São Paulo.<sup>49</sup> Isso torna evidente o caráter dependente de sua produção, mas também aponta para as potencialidades de gênese de novos empreendimentos solidários e dos setores da economia em que estes podem atuar com maior

---

<sup>48</sup> O estudo detalhado dos EES do assentamento da região da Gleba Mercedes V, intitulado “*Wesley Manoel dos Santos*”, pode ser encontrado em FRANCIO, 2011.

<sup>49</sup> Dados obtidos no estudo exploratório e confirmados na fase de levantamento de dados.

êxito.

A Economia Solidária poderia ser fortalecida se, aproveitando os interstícios deixados pela economia agroexportadora, organizar a produção e a comercialização da produção de alimentos dos agricultores familiares. Existe uma enorme carência que é estruturalmente econômico-cultural nessa região, uma vez que os produtores, por não conseguirem, na organização familiar, atender à exigência do mercado, de produção contínua nas diferentes estações do ano, perdem oportunidades que são aproveitadas por atacadistas das outras regiões do país. Entretanto, os empreendimentos econômicos solidários solucionam esse problema de organização através da estratégia da produção coletiva: dessa forma, conseguem a quantidade e a qualidade necessária para atender às exigências do mercado, na produção continuada ao longo do ano, inserindo aqueles que, dispersos, na atualidade, perdem oportunidades.<sup>50</sup>

Pelo seu crescimento demográfico acima da média nacional, a partir de 1990, Sinop recebeu outro título que pode motivar novas reflexões a respeito da potencialidade da Economia Solidária. Pois, com a instalação de seis campi universitários<sup>51</sup> e com o inchamento dos bairros (que chegaram a ocupar áreas de chácaras rurais), a cidade tornou-se um polo educacional e um centro regional consolidado. Com o aumento da população e do nível de instrução, em um contexto de falta de trabalho, os atores sociais estão buscando alternativas, inclusive apostando que a educação é uma das saídas aos problemas sociais. Por isso, a presença de instituições de apoio será relevante e até imprescindível para fomentar os sujeitos a olharem a realidade produtiva por outro viés que não unicamente a competição, a acumulação e a dependência externa.

---

<sup>50</sup> Dados do levantamento de dados. Este caso ilustra o atual sucesso da COOPERNOP, que consegue atender todas as escolas de Sinop com hortaliças produzidas localmente.

<sup>51</sup> Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT); Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT); Faculdade de Sinop (FASIPE); Universidade de Cuiabá (UNIC); Universidade de Alta Floresta (UNIFLOR); Faculdade Cenecista de Sinop (FACENOP).

## 5.2 – Resultados da pesquisa sobre os dados do Mapeamento Nacional

Para a análise dos dados existentes no SIES é necessário considerar os dados relativos ao Estado todo, pois não há microdados sobre a região Norte no Atlas da Economia Solidária, nossa fonte de consulta.<sup>52</sup> É necessário cautela para a abordagem das conclusões do Mapeamento Nacional, uma vez que foi um estudo que demandou um tempo considerável, foi realizado com a dedicação de inúmeros pesquisadores e o envolvimento de diversas instituições: nas linhas que se seguem, sem ter o objetivo de esgotar as possibilidades de análise de um trabalho tão abrangente, nos deteremos em alguns pontos, especialmente selecionados a partir das hipóteses lançadas para o presente estudo. Muitas informações do mapeamento não serão utilizadas, uma vez que já existe um grande número de estudos baseados no mesmo e há possibilidade de outros tantos.

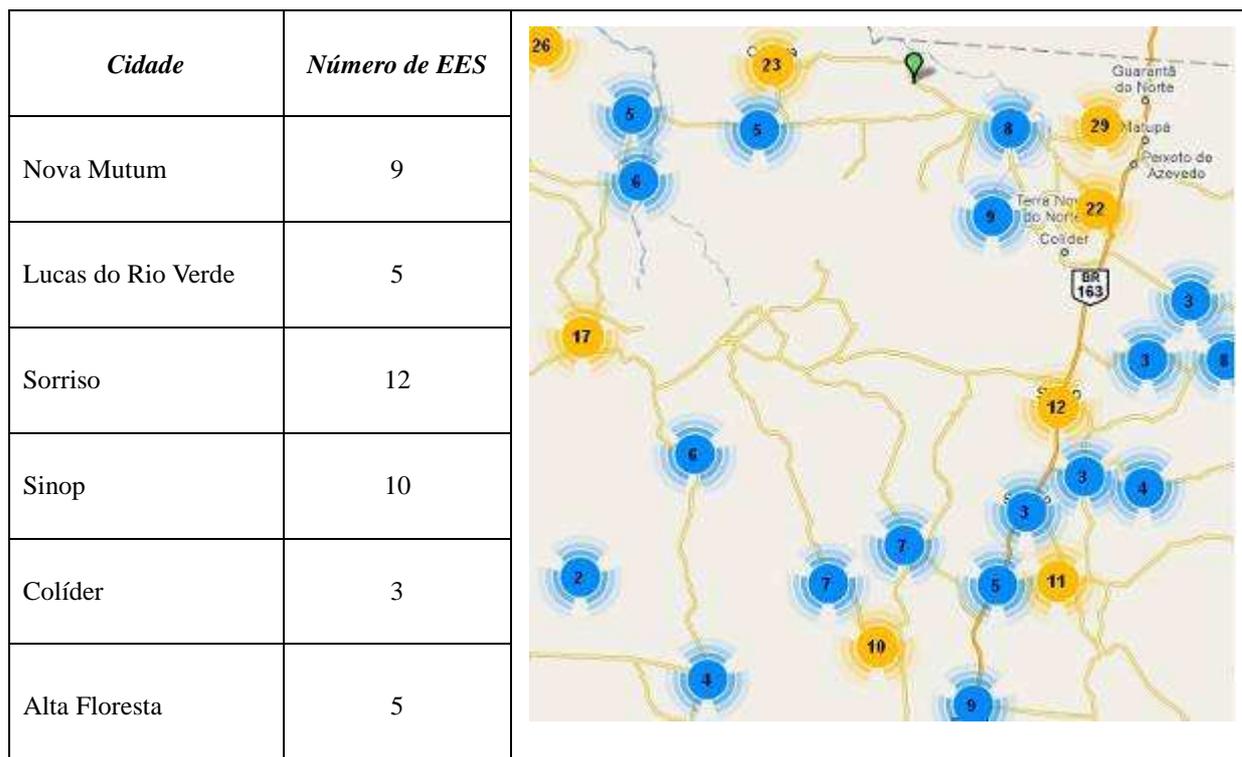
Alguns recortes, para abranger unicamente o Norte de Mato Grosso, podem ser realizados com as informações disponibilizadas pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que realizou algumas ações de síntese do Mapeamento Nacional. Destaca-se o “*farejador*”<sup>53</sup> da Economia Solidária, que produz um catálogo dos produtos existentes nos empreendimentos econômicos solidários e um atlas *on-line*, que localiza os EES em um mapa interativo (abaixo reproduzimos uma seção deste mapa, especificamente da região abordada na presente pesquisa). Manteremos o foco no Norte do Estado, mas no geral faremos uma abordagem que considera o conjunto do Estado (porque assim foram organizadas as informações do Mapeamento).

Segundo os dados do Mapeamento Nacional há um pequeno número de EES no Norte Mato-Grossense. Vejamos na próxima página o quadro dos números dos maiores municípios (os mesmos que foram utilizados como referência para esta região no primeiro capítulo), juntamente com o mapa do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), onde os EES são indicados:

---

<sup>52</sup> Ver BRASIL, 2005; BRASIL, 2007.

<sup>53</sup> Ver: FAREJADOR da Economia Solidária, 2011.



*Mapa 7: Norte Mato-Grossense no FAREJADOR da Economia Solidária*<sup>54</sup>

O primeiro Mapeamento Nacional detectou 747 EES no Estado de Mato Grosso. Algumas localidades se destacam por concentrar mais empreendimentos que outras, e no Norte do Estado há também alguns destaques, como veremos em seguida. Em todo o caso, se prestarmos atenção, em todas as cidades há um número de EES, o que indica a existência de pessoas com um olhar voltado para experiências alternativas de geração de renda, especialmente apostando em modelos coletivos na organização econômica. Em números absolutos, o período entre 2001 e 2007 foi o mais profícuo para a Economia Solidária no Estado, sendo que os 361 EES acrescidos nesta época correspondem a 48% do total dos empreendimentos existentes.

Outro dado relevante, que merece ênfase quando abordamos os números do mapeamento, é a existência de algumas cidades-destaque, que não coincidem com as maiores economias ou as maiores populações desta região. No Norte Mato-Grossense isso é facilmente visualizado no mapa do Fórum Brasileiro da Economia Solidária, reproduzido acima: as menores cidades podem ser locais onde a Economia Solidária possui maior força. Caso típico dessa condição é um pequeno município do Norte Mato-Grossense, Terra Nova do Norte (10 EES catalogados no SIES), que há alguns anos registra decréscimo da população –

<sup>54</sup> Fonte: FAREJADOR da Economia Solidária, 2011.

seguindo uma trajetória comum aos municípios do extremo Norte, conforme relatado no primeiro capítulo – mas registra considerável aumento das atividades ligadas à Economia Solidária. Isso se repete em outros exemplos, vejamos a tabela com os maiores índices de EES do Norte Mato-Grossense:

Apiacás	23
Colniza	26
Guarantã do Norte	15

(BRASIL, 2007)

Se fôssemos analisar as potencialidades dessas cidades para formar empreendimentos da Economia Solidária, utilizando unicamente os números de EES registrado pelo SIES, a conclusão seria bastante simples: a Economia Solidária possui maior potencialidade de se desenvolver em cidades de menor porte e mais afastadas dos grandes centros. Entretanto, se compararmos esta situação com o mapeamento do país, finalizado em 2007, constatamos que a condição de Mato Grosso, que registrou 3.55% do total dos EES catalogados, não é significativa em termos numéricos. É necessário verificar em quais contextos e sob quais condições que ocorre o desenvolvimento das iniciativas da Economia Solidária, uma vez que no país os EES se desenvolvem com sucesso também em cidades de grande porte, nos maiores núcleos urbanos.

Por isso, o baixo número de EES registrado no Estado não nos autoriza a avaliar a potencialidade da Economia Solidária apenas com este critério. É necessário verificar em quais atividades da economia tais iniciativas se desenvolvem e como as pessoas são motivadas a participar das mesmas. Quando questionados sobre os motivos para a criação dos empreendimentos, as respostas receberam os seguintes escores no Mato Grosso (questão 11 do Mapeamento Nacional da Economia Solidária relativo ao Estado de Mato Grosso):

<b>QUESTÃO 11 – O que motivou a criação dos empreendimentos</b>				
<b>MOTIVOS</b>	<b>ORDEM 1</b>	<b>ORDEM 2</b>	<b>ORDEM 3</b>	<b>TOTAL</b>
1. Uma alternativa ao desemprego	205	68	35	308
2. Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	105	83	48	236
3. Uma fonte complementar de renda para os(as) associados(as)	134	187	56	377
4. Desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos	78	79	82	239

5. Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	109	54	59	222
6. Recuperação por trabalhadores de empresa privada que faliu	2	0	0	2
7. Motivação social, filantrópica ou religiosa	25	21	15	61
8. Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	26	24	34	84
9. Alternativa organizativa e de qualificação	28	21	41	90
10. Outro. Qual?	28	13	15	56

(BRASIL, 2007)

Os maiores índices, entre 222 e 308, foram apontados para cinco motivos, sendo que os demais receberam menos de 100 pontos. Esse destaque na avaliação sobre a construção de “*alternativas ao desemprego, ganhos em empreendimento associativo, fonte complementar de renda, propriedade coletiva e acesso ao financiamento*”, demonstra nos indivíduos o desejo de participar das estruturas de produção sem tornar-se proletário. Quer dizer que estes trabalhadores lutam para participar das atividades econômicas e conseguiram visualizar a necessidade de união entre iguais (exemplo mais claro dessa condição é o item 2 – “*Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo*”, com 236 pontos) para que todos pudessem assumir a condição de proprietários na atividade desempenhada.

Sobre os locais onde as iniciativas da Economia Solidária se desenvolvem, é marcante a importância das organizações rurais, que representam 62% (466 EES) do total mapeado. A isso se somam outros índices: os serviços relacionados à agricultura predominam e o primeiro lugar na produção dos EES é ocupado pelo leite. Em todo o caso, mesmo que uma parcela dos empreendimentos se localize na zona urbana, há uma clara ligação (e dependência) da produção rural, nítida quando são elencados os produtos mais comercializados (resposta à questão 18 do Mapeamento Nacional, considerando os dados de MT):

<b>QUESTÃO 18 – Os 20 produtos ou serviços mais produzidos pelos empreendimentos</b>		
<b>POSIÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>
1ª	Leite	135
2ª	Mandioca	77
3ª	Arroz	71
4ª	Gado (cabeça)	62
5ª	Farinha de mandioca	61
6ª	Cereais	57

7 <sup>a</sup>	Milho	56
8 <sup>a</sup>	Hortigranjeiros	51
9 <sup>a</sup>	Café	43
10 <sup>a</sup>	Tapetes	39
11 <sup>a</sup>	Bijuterias	32
12 <sup>a</sup>	Confecções	25
13 <sup>a</sup>	Doces de frutas	25
14 <sup>a</sup>	Artesanato	22
15 <sup>a</sup>	Rapadura	22
16 <sup>a</sup>	Crochê	21
17 <sup>a</sup>	Bolsas diversas	20
18 <sup>a</sup>	Abacaxi	20
19 <sup>a</sup>	Banana	19
20 <sup>a</sup>	Pano de prato	19

(BRASIL, 2007)

Dos vinte produtos citados, quatorze são produtos agrícolas. Alguns itens da lista já demonstram a industrialização da produção agrícola, caso dos doces de frutas, da rapadura e da farinha de mandioca, que geralmente demandam a construção de uma minifábrica nos empreendimentos. Dessa forma, a existência da industrialização nesses locais faz aliar a propriedade coletiva dos meios de produção com a produção individual ou familiar de produtos primários.

Entretanto, embora mencione-se o gado, o milho e cereais, a soja não é especificamente citada, apesar de sua importância no contexto econômico do Estado (e a sua hegemonia no discurso oficial). Esta é uma evidência interessante do caráter alternativo da Economia Solidária: os itens produzidos referem-se à reprodução da vida e não ao uso da terra para ampliação do capital. O recurso de mobilização da capacidade de trabalho (a potencialidade do trabalho) está claramente presente em oito itens entre os mais produzidos nos EES: *Tapetes; Bijuterias; Confecções; Doces de frutas; Artesanato; Crochê; Bolsas diversas; Pano de prato*. Isso ocorre porque a produção destes itens demanda mão de obra, desde a obtenção da matéria-prima até a comercialização, o que nos autoriza a inferir que a potencialidade do trabalho é comumente mobilizada para a criação e manutenção dos EES.

Desta forma, teríamos mais um elemento de potencialidade da Economia Solidária, confirmado através dos dados do SIES: o trabalho. Dividiremos o tratamento de nossas hipóteses<sup>55</sup> em subtítulos, a fim de procedermos a uma análise mais pormenorizada. Na continuidade dessa seção, de acordo com as informações do Mapeamento; na seção seguinte, lançando mãos dos dados da nossa pesquisa de campo.

### *5.2.1 – Setores da economia (interstícios) adaptáveis a modelos associativos*

A tabela do Atlas da Economia Solidária (BRASIL, 2007), com os itens mais comercializados nos empreendimentos econômicos solidários (questão 18), reproduzida acima, também auxilia na definição de quais são os setores da economia em que os EES atuam. Além da predominância do meio rural e da dependência de setores em que o trabalho é o fator maior para o sucesso dos empreendimentos, seria possível definir em quais setores da atividade econômica há maior potencialidade para a Economia Solidária (a fim de encontrar possíveis interstícios na economia em que a solidariedade pode ser um fator importante)?

Ao dividirmos a economia nos setores primário, secundário e terciário, vemos que o quadro acima, quanto aos itens mais produzidos, indica a existência de EES no setor primário (*Leite, Mandioca, Arroz, Gado (cabeça), Cereais, Milho, Hortigranjeiros, Café, Abacaxi e Banana*). A indicação de um grande número de itens ligados à produção agrícola pode facilmente nos indicar a possibilidade de ligar a Economia Solidária em Mato Grosso com o setor primário da economia.

Entretanto, se verificamos com maior cuidado quais são os itens produzidos, mesmo que na dependência do setor primário, em todos os casos a potencialidade do trabalho é requerida para esta produção se concretizar. Tradicionalmente, na distinção entre os três setores, quando uma atividade requer a mobilização humana (trabalho), tende a ser entendida ou classificada como pertencente ao setor terciário, o setor dos serviços. É também difícil aceitar o fato de a Economia Solidária ter maior potencialidade no setor primário porque esse é o setor predominante na economia já existente no Norte Mato-Grossense. Anteriormente já escrevemos sobre seu caráter concentrador, dependente da economia internacional e de alto risco (embora muito lucrativo para poucas pessoas, pois pode ser implantado em grandes

---

<sup>55</sup> Ver “Gráfico 1: Hipóteses”

áreas).

Desta maneira, a Economia Solidária, tal como foi percebida no Mapeamento Nacional, mesmo sendo majoritariamente rural, é diferente da economia rural predominante. Mesmo relacionada à produção agrícola (primária) requer a mobilização dos trabalhadores (típico do setor terciário). Por isso, considerando a classificação da economia nos três setores, a Economia Solidária se vincularia com o setor terciário: sua estruturação ocorre porque existe a geração de riqueza com a mobilização de pessoas com os recursos naturais (em estreita dependência da produção agrícola).

A possibilidade da realização do trabalho coletivo é o melhor critério para identificar o setor a que pertence à Economia Solidária. As parcerias entre diversas famílias (mutirões) são pouco visíveis na economia agrária ou primária (em decorrência de uma série de fatores, como a mecanização da produção), mas ocorrem frequentemente na organização da produção, nas aquisições coletivas e na comercialização (onde há maior presença do fator humano e menor utilização da tecnologia). Por isso, para maior conhecimento dos setores econômicos mais propícios à realização do trabalho coletivo, a tradicional classificação entre primário, secundário e terciário será de pouca utilidade para aprofundarmos nossa reflexão sobre setores da economia propícios à Economia Solidária.

Se utilizarmos uma classificação por tipos de atividades (realizadas mediante a mobilização do trabalho coletivo), podemos dizer que as maiores potencialidades (de acordo com os dados do SIES referente à Mato Grosso) estão nos setores de:

- ✓ Produção agrícola de itens alimentícios;
- ✓ Serviços (o empreendimento produz – por exemplo, com a utilização da mão de obra familiar – algum item ao mesmo tempo em que busca sua colocação no mercado).

De acordo como o mapeamento, estariam nesses locais (ou nos EES desses tipos) a maior potencialidade para a Economia Solidária se desenvolver e manter-se com o tempo, confirmando a hipótese da existência de interstícios favoráveis para atividades econômicas coletivas e solidárias.

### 5.2.2 – Percepção positiva da viabilidade do empreendimento

É difícil utilizar os dados do Mapeamento para avaliar a noção subjetiva dos envolvidos com os EES para com a problemática da viabilidade do empreendimento. Portanto, interpretaremos a percepção que estes sujeitos possuem a partir de suas práticas. Dessa forma, a avaliação da viabilidade do empreendimento solidário está presente no Mapeamento (considerando apenas os dados de Mato Grosso) em ao menos dois itens: longevidade e motivação para o início do empreendimento.

Inicialmente, podemos utilizar o item que indica a longevidade dos empreendimentos da Economia Solidária. Esse indicativo é interessante porque, nos empreendimentos com cerca de duas décadas de existência (há alguns com existência mais longa), a longevidade pode ser atribuída à satisfação com a existência do empreendimento solidário. Se as dificuldades de percurso puderam ser vencidas para que os EES permaneçam ativos por décadas, é porque os sujeitos percebem como positiva esta iniciativa e a valorizam, mesmo que seja para conseguirem apenas rendimentos secundários. No Mato Grosso, até o ano de 1991, dos 747 EES mapeados, 94 já existiam; 279 surgiram nessa década e os outros 374 foram criados a partir de 2000. Logo, 12.5% dos EES possuem mais de duas décadas de existência e ao menos 50% destas experiências souberam acumular conhecimentos para superar as dificuldades por mais de uma década, o que é um dado muito significativo.

No indicativo da motivação para o início dos EES de Mato Grosso, há também uma pista sobre a percepção dos indivíduos quanto à viabilidade dos mesmos (questão nº 11 do Mapeamento Nacional). Entretanto, como a maioria dos locais indicou a obtenção de renda complementar auferida pelo empreendimento solidário como fator de motivação para a sua criação, levanta-se uma suspeita quanto à falta de confiança em sua viabilidade. A resposta que identificou a motivação de conseguir renda complementar ficou em primeiro lugar, com 377 pontos<sup>56</sup>. No entanto, quando comparamos a pontuação recebida pelos cinco primeiros itens, a obtenção de renda complementar fica com 27.2% do total de 1.382 pontos atribuídos a esses cinco itens, elencando diferentes motivações para dar início ao EES.

---

<sup>56</sup> O número de pontos refere-se à quantidade de EES que escolheram aquela alternativa

<b>QUESTÃO 11 - O que motivou a criação dos empreendimentos</b>				
<b>MOTIVOS</b>	<b>ORDEM 1</b>	<b>ORDEM 2</b>	<b>ORDEM 3</b>	<b>TOTAL</b>
1. Uma alternativa ao desemprego	205	68	35	<b>308</b>
2. Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	105	83	48	<b>236</b>
3. Uma fonte complementar de renda para os(as) associados(as)	134	187	56	<b>377</b>
4. Desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos	78	79	82	<b>239</b>
5. Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	109	54	59	<b>222</b>
6. Recuperação por trabalhadores de empresa privada que faliu	2	0	0	2
7. Motivação social, filantrópica ou religiosa	25	21	15	61
8. Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	26	24	34	84
9. Alternativa organizativa e de qualificação	28	21	41	90
10. Outro. Qual?	28	13	15	56

(BRASIL, 2007)

Desta forma, quando os indivíduos se dispõem a buscar a Economia Solidária como opção para a falta de outras oportunidades (visando superar o desemprego, que ficou com a segunda colocação, acima de trezentos pontos), há um indicativo de confiança de que outra organização econômica possa dar conta do problema existente no modelo econômico predominante. Se considerarmos as motivações apontadas no levantamento, das cinco que receberam maior pontuação (acima de duzentos), quatro delas se relacionam à existência de alto grau de confiança quanto ao futuro dos EES.

Do segundo ao quinto motivo evocado (*Uma alternativa ao desemprego; Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo; Desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos; Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios*), temos indicativos de confiança na organização coletiva – de forma que nossa hipótese inicial pode ser confirmada - inclusive com a indicação de desprendimento considerável de cada integrante, quando se referem à busca de financiamentos, pois este exige presumivelmente um grau bastante amadurecido de relacionamento entre os membros do EES.

### 5.2.3 – Instituições de apoio, a exemplo da educacional

A presença de instituições de apoio foi também percebida no Mapeamento em três momentos: no questionamento sobre a existência de apoio ao empreendimento, sobre os tipos de apoio e sobre quem efetuou tais ações. Houve um índice alto de respostas positivas, pois 80% (600 EES) dos 747 EES de Mato Grosso responderam afirmativamente à questão sobre a existência de instituições de apoio (questão 46):

<b>QUESTÃO 46 - Quem forneceu o apoio aos empreendimentos</b>	
<b>ENTIDADES QUE FORNECERAM APOIO</b>	<b>TOTAL</b>
Órgãos governamentais. Qual?	276
Sistema “S” (Sebrae, SESCOOP, etc). Qual?	121
ONGs, OSCIPs, Igrejas, associações e conselhos comunitários, etc. Qual?	77
Outra. Qual?	48
Movimento Sindical (Central, Sindicato, Federação). Qual?	41
Universidades, incubadoras, Unitrabalho. Qual?	27
Cooperativas de técnicos(as). Qual?	10

(BRASIL, 2007)

Quando analisamos os dados referentes ao Mato Grosso, percebemos em primeiro lugar a presença de setores governamentais, representando 36,9% das respostas, com 276 pontos. Portanto, a princípio a hipótese acima citada parece não se confirmar, pois as instituições educacionais praticamente não são consideradas, na pergunta sobre a fonte do apoio ao EES. No questionário, são citadas as universidades, juntamente com incubadoras e a Rede Unitrabalho, que receberam 27 pontos, do total de 600 respostas, o que representa apenas 3,6% - um índice muito baixo, portanto, para validar a importância das instituições educacionais como fator de potencialidade regional para o desenvolvimento da Economia Solidária.

Entretanto, há outro índice que se contrapõe à resposta anterior. Para as respostas quanto à pergunta sobre tipos de apoio recebidos, duas das três maiores pontuações são recebidas por aspectos formativos ou educativos. Trata-se das respostas à questão 45:

<b>QUESTÃO 45: que tipo de apoio tiveram os empreendimentos</b>				
<b>TIPOS DE APOIO</b>	<b>ORDEM 1</b>	<b>ORDEM 2</b>	<b>ORDEM 3</b>	<b>TOTAL</b>
Assistência técnica e/ou gerencial	150	31	4	<b>185</b>
Qualificação profissional, técnica, gerencial	179	77	8	<b>264</b>
Formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, Economia Solidária)	36	36	15	87
Assistência jurídica	6	18	16	40
Assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços	15	15	8	38
Diagnóstico e planejamento (viabilidade econômica)	7	13	18	38
Assessoria na constituição, formalização ou registro	32	27	21	80

(BRASIL, 2007)

À primeira vista, parece que os entrevistados esqueceram-se de informar a existência das entidades ligadas ao setor educacional, pois ações de cunho educativo são citados. No entanto, os dados apontam para outra interpretação: não são as instituições tradicionalmente vinculadas com a educação (escolas e universidades) que prestam o apoio na qualificação profissional e na formação sócio-política, conforme consta no levantamento, mas outros órgãos governamentais, mostrando a força da educação popular neste âmbito. Se as instituições que tradicionalmente não realizam ações educativas o fazem, talvez essa situação seja indicativa de uma necessidade dos empreendimentos, que é atendida pelas instituições que estão mais próximas. Por conseguinte, talvez a presença das instituições educacionais na formação e qualificação nos EES seja uma possibilidade de desenvolvimento de potencialidades que a atual educação institucionalizada não consegue visualizar.

Considerando as três questões em conjunto, a importância das instituições de apoio como fator de potencialidade para a Economia Solidária está avalizada, mesmo que não se confirme a participação de instituições educativas em sentido estrito.

#### *5.2.4 – Tradição cultural associativa e disposição para o trabalho coletivo*

Abordaremos em conjunto duas hipóteses sobre as potencialidades da região de Sinop para o desenvolvimento da Economia Solidária, porque a hipótese da tradição associativa

pode encontrar melhores argumentos com a exposição do resultado do estudo de campo, e ela será retomada no próximo subtítulo. Desta forma, faremos uma menção rápida a respeito dessa hipótese e buscaremos os elementos que confirmam ou refutam a hipótese quanto à disposição para o trabalho coletivo.

Nos dados do SIES a respeito de Mato Grosso, há uma questão específica sobre as ações desenvolvidas no coletivo, quando se indaga sobre a forma de participação dos sócios nas decisões do EES. Vejamos o resultado desta questão, considerando os dados referentes à Mato Grosso:

<b>QUESTÃO 48: quais as formas de participação dos sócios nas decisões</b>	
<b>FORMAS DE PARTICIPAÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>
Eleição da diretoria em assembléia geral/ reunião do coletivo de sócios(as)	444
Participação nas decisões cotidianas do empreendimento	419
Acesso aos registros e informações do empreendimento	323
Prestação de contas aos(às) sócios(as) em assembleia geral/ reunião do coletivo de sócios(as)	320
Decisão sobre destino das sobras e fundos em assembleia geral/ reunião do coletivo de sócios(as)	275
Plano de trabalho definido em assembleia geral/ reunião do coletivo de sócios(as)	273
Contratações e remunerações definidas em assembleia geral/ reunião do coletivo de sócios(as)	87
Não existe	31

(BRASIL, 2007)

Quanto à gestão dos 747 EES, 510 (ou 68%) indicaram ao menos três atividades que são desenvolvidas no conjunto, enquanto 55 (ou 7,3%) EES assinalaram sete atividades coletivas. Entre as atividades citadas, chama atenção o alto índice obtido pela participação nas decisões cotidianas, que recebeu mais de 400 pontos, da mesma forma que a eleição da diretoria, uma atividade em geral mais esporádica.

Portanto, na gestão dos EES há participação cotidiana, o que pode ser um indício de confirmação da potencialidade que diz respeito à disposição dos sujeitos em realizar o trabalho coletivo. Outra questão do Mapeamento confirma esta tendência, quando cita as atividades coletivas. Para as atividades realizadas no coletivo, houve também um índice alto de respostas múltiplas (questão 16): 619 dos 747 EES (ou 82%) realizam ao menos quatro atividades coletivas:

<b>QUESTÃO 16 – O que é realizado de forma coletiva pelos(as) sócios(as) dos empreendimentos:</b>	
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>
Produção	456
Comercialização – venda	389
Uso de equipamento(s) (máquinas, ferramentas etc.)	347
Uso de infraestrutura (prédios, armazéns, sedes, lojas etc)	291
Prestação do serviço ou trabalho	194
Aquisição (compra ou coleta) de matéria-prima e insumos	189
Troca de produtos ou serviços	98
Obtenção de clientes ou serviços para os(as) sócios(as)	77
Outra. Qual?	51
Poupança ou crédito	25

(BRASIL, 2007)

Como a questão estava aberta a respostas múltiplas, as alternativas receberam uma pontuação bastante elevada. Acima dos 100 pontos há uma série de ações voltadas para a comercialização e a produção coletiva, o que indica a tendência favorável à aceitação ou disposição ao coletivo nas ações cotidianamente realizadas. Desta forma, os dados do mapeamento, referentes ao Estado de Mato Grosso, também indicam a potencialidade que consiste em haver indivíduos dispostos a realizarem o trabalho coletivo.

Já a tradição de valores da cultura associativa fica difícil de estabelecer, muito embora, quando tratamos da longevidade dos EES existentes, confirmamos que estes subsistem ao tempo (ao menos 50%, há mais de uma década). Em todo o caso, o trabalho de campo realizado nos EES de Sinop pode ampliar nossa compreensão das potencialidades ligadas à tradição e valorização do trabalho coletivo.

### **5.3 – Resultados da pesquisa de campo**

A pesquisa de campo, com a utilização das técnicas anteriormente descritas, foi interessante para atualizar os dados do SIES, alterando significativamente o número de empreendimentos econômicos solidários conhecidos. Entretanto, embora tenham detectado

diferenças nos números de EES, isso não alterou o quadro geral da Economia Solidária existente neste contexto: nosso trabalho de campo confirmou as tendências gerais já apontadas no levantamento nacional, quanto à predominância dos empreendimentos rurais e à importância central do trabalho, o que assegura a validade daquele estudo nacional. Em seguida, faremos o detalhamento do contexto geral encontrado e faremos a tentativa de testar as hipóteses da pesquisa, da mesma forma como fizemos no item anterior.

Conforme já dito, a coleta de dados com o formulário e as entrevistas foi realizada no período entre maio e julho de 2010. Recebeu uma atualização, nos meses de janeiro e fevereiro de 2011, quanto à situação de funcionamento dos empreendimentos próximos a Sinop. Com o levantamento, constatamos a existência de 20 empreendimentos que realizam atividades de apoio à produção, no meio rural ou urbano. Dos 10 empreendimentos cadastrados em Sinop pelo 1º Mapeamento Nacional da Economia Solidária, finalizado em 2007, verificamos que 3 EES (ACRSR, ACRA e ACRNSF) deixaram de atuar e um (Associação do Micro Empreendedor Rural e Urbano de Marcelândia - AMERUM) possui sua sede naquele município, distante 200 km de Sinop. Os outros 6 EES registrados no Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária (AFES, ARNOP, ACRUB, ABAN, ANE, ACRUNSA) continuam ativos; a eles adicionamos outros quatorze, encontrados em atividade durante a realização da pesquisa de campo.<sup>57</sup>

Existem empreendimentos econômicos solidários fundados na década de 1990 e não incluídos no Primeiro Mapeamento Nacional da Economia Solidária. Entretanto, entre os que compõem a presente pesquisa, também há aqueles que surgiram após este Mapeamento. Dado o fato do encerramento das atividades em 3 EES, nossa base empírica contemplou 20 EES consolidados ou em processo de formalização, que realizam atividades de apoio à produção, tendo sua sede em Sinop (mesmo que possuam atividades e associados em outros municípios da região Norte de Mato Grosso).

Ao compararmos o número de EES incluídos em nossa pesquisa com os dados do levantamento de 2007, verificamos um incremento mínimo de 100% no número de empreendimentos. Quando contabilizamos o número de participantes dos 20 EES de Sinop, somamos 1.076 famílias associadas e, considerando que as famílias da região possuem em média 3 a 5 membros, podemos estimar um número aproximado de 4.000 pessoas

---

<sup>57</sup> Para obter outros detalhes sobre os 20 EES encontrados na fase da pesquisa de campo, consultar o *Apêndice A* nas páginas finais desta Dissertação.

participantes de EES com atividades produtivas, utilizando-os como importante ou mesmo principal fonte de renda.<sup>58</sup> A esse dado podemos acrescentar aqueles que utilizam os serviços ou compram os produtos dos empreendimentos solidários, o que faz os números envolvidos com a Economia Solidária aumentarem consideravelmente na cidade. A maioria dos EES de Sinop surgiu entre 1991 e 2000. Desta forma, 15 dos 20 EES ativos foram constituídos na década de 1990 (ACRUB, ABAN, ACRE, ANE, ACRUNSA, AWMS, APCF, AFES, ARNOP, AVTP, ATP, ASJ, COOPERED, COOPERSELENE, COOPERSABIN), o que totaliza 75% dos EES de Sinop. Os outros 5 EES (COOPERNOP, COPESNOP, APISNORTE, ACCOTEPE, COOPER CENTRO-NORTE) foram consolidados no período 2001-2010.

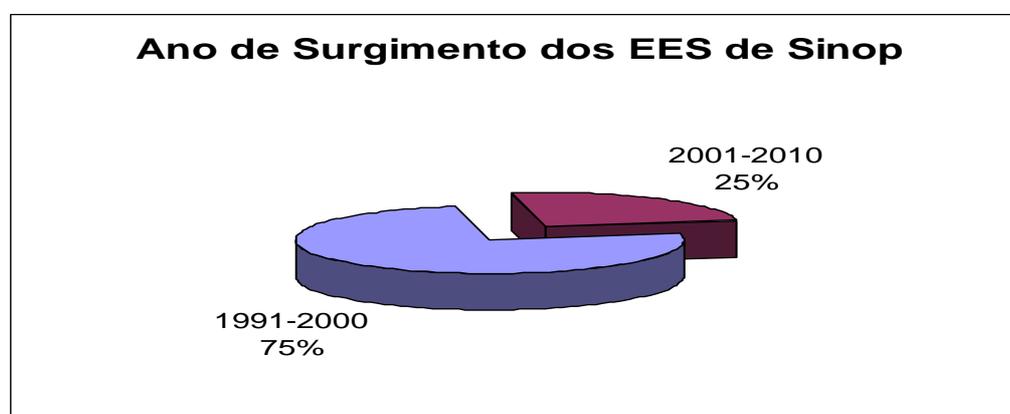


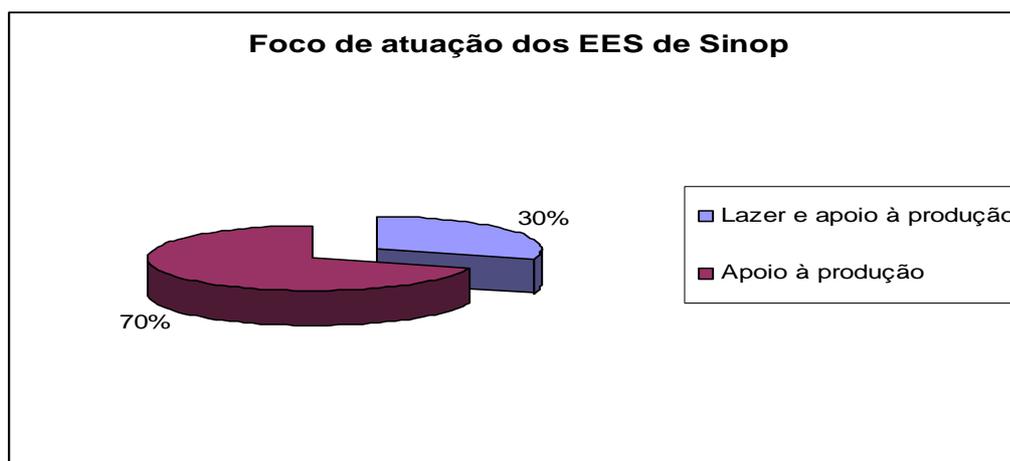
Gráfico 2: *Datas em que se originaram os EES em Sinop*<sup>59</sup>

Os EES de Sinop se diferenciam também porque alguns possuem ações de lazer. Dentre os 20 EES existentes, 6 construíram uma estrutura comunitária com espaço para lazer (ACRUB, ABAN, ACRE, ANE, ACRUNSA e AWMS), o que representa 30% dos EES. Já os EES que possuem foco unicamente no apoio à produção são 14 (APCF, AFES, APISNORTE, ARNOP, ACCOTEPE, AVTP, ATP, ASJ, COOPER CENTRO-NORTE, COOPERED, COOPERNOP, COPESNOP, COOPERSELENE, COOPERSABIN), perfazendo 70% dos EES que são unicamente voltados para o apoio à produção.

Todos os EES que realizam atividades voltadas ao lazer surgiram nos anos 1990 a 2000, mas nesse mesmo período também surgiram associações unicamente voltadas para o apoio à produção, por isso a possibilidade de englobar o lazer não é uma tendência para os EES surgidos na década de 1990.

<sup>58</sup> No Ano de 2010, segundo o IBGE, Sinop possuía 113.082 habitantes. Seriam então 3,5% da população sinopense envolvidos com a Economia Solidária, mesmo que essa atividade não se constitua a principal fonte de renda para algumas famílias.

<sup>59</sup> Fonte: dados da pesquisa de campo



*Gráfico 3: Foco de Atuação dos EES de Sinop*<sup>60</sup>

Os EES com atuação no lazer possuem projetos de realizar maiores investimentos nessa área, sendo que a maioria busca constantemente a melhoria da estrutura construída. Um dos empreendimentos, a Associação Eunice (ARE), pretende dedicar-se unicamente ao lazer, aliando-o ao turismo rural como forma de reorganizar a atividade produtiva das áreas rurais. Nesse sentido, cabe ressaltar que o lazer foi pensado nos EES como uma atividade que necessita de organização econômica, com potencial para concretizar-se como fonte de renda para os associados. No caso da EES ARE, inclusive editou-se um livro que mostra as belezas naturais existentes com o objetivo de, a partir de sua divulgação, conseguir recursos para investimentos no projeto.

Também 5 dos 6 EES que possuem atenção voltada ao lazer possuem sedes comunitárias e mantêm a estrutura sem cobrar taxas de seus associados (exceção à AWMS), pois conseguiram renda através das atividades que desenvolvem neste âmbito. Em 5 EES que mantêm data fixa para festas comunitárias (ACRUB, ABAN, ACRE, ANE, ACRUNSA), essas atividades são a principal fonte de recursos para a manutenção e projetos de melhoria da estrutura física existente.

Entre os 20 EES que compõem nossa base de dados de campo, 8 conseguiram financiamento para iniciar a produção coletiva (ACRUB, ABAN, ACRUNSA, AVTP, ATP, ASJ, COOPERSELENE, AWMS), o que resulta em um percentual de 40%. Entretanto, a maioria – 60% – não conseguiu concretizar o empréstimo: mesmo que existam algumas com recursos já disponibilizados por emendas parlamentares na assembleia legislativa do Estado de MT, os recursos ainda não foram liberados, como é o caso da APISNORTE, COPESNOP e

---

<sup>60</sup> Fonte: dados da pesquisa de campo

AFES.

Por isso, não é possível fazer a avaliação do sucesso dos EES unicamente a partir do acesso que tiveram a financiamento. ARNOP e APISNORTE conseguem manter-se da mesma maneira como a ACRUB e a COOPERSELENE, que conseguiram recurso a fundo perdido do PADIC, programa do governo estadual. Os EES que conseguiram financiamento possuem estrutura maior para realizar atividades de apoio da produção (um bom exemplo disso está na estrutura que a COOPERSELENE possui atualmente). No entanto, estes empreendimentos, no seu funcionamento diário, não se diferem de outros, como a AFES, que também conseguiu montar estrutura de apoio à produção, embora não tenha conseguido nenhum empréstimo ou financiamento para suas atividades. Merece ainda destaque que os EES existentes na área da Gleba Mercedes não conseguem recursos ou empréstimos porque estas propriedades rurais não estão legalizadas junto ao IBAMA.

Uma forma de avaliarmos o sucesso (ou o insucesso) dos EES de Sinop que receberam financiamento do governo (a fundo perdido – ou seja, não precisam efetuar a devolução dos valores recebidos), é lembrar a atuação do empreendimento ACRUF, que encerrou suas atividades mesmo tendo recebido esse auxílio no momento da constituição do empreendimento. Esta associação recebeu o mesmo recurso financeiro que a COOPERSELENE e a ACRUB (ambos receberam patrulha mecanizada e miniagroindústria), mas não conseguiu manter-se e entregou a estrutura de produção para a ATP, no ano de 2006. Os argumentos que justificam o insucesso dos 3 EES extintos não se relacionam com a capacidade da Economia Solidária conseguir recursos. Ao menos para duas das três associações extintas na década de 2000, em Sinop, o que ocorreu foi o crescimento da cidade sobre a área de chácaras que circundam a zona urbana: em dois casos (ASR e ACRUF), houve a transformação de várias propriedades rurais em bairros, com a diminuição da produção agrícola e a mudança da atividade econômica nas áreas rurais remanescentes.

Os EES de Sinop podem também se diferenciar segundo o espaço, rural ou urbano, em que estão atuando. Embora todos os empreendimentos que compõem nossa base de pesquisa estejam relacionados com atividades de apoio à produção, a grande maioria atua na organização da produção e comercialização do meio rural (ACRUB, ABAN, ACRE, ANE, ACRUNSA, AWMS, APCF, AFES, APISNORTE, ACCOTEP, AVTP, ATP, ASJ, COOPERNOP, COOPERSELENE, COPESNOP); alternativamente, dependem de itens obtidos nas atividades rurais (ARNOP), totalizando 85% dos EES inventariados na região de Sinop. Os EES que atuam no apoio à produção do meio urbano (COOPERSABIN,

COOPERED, COOPER CENTRO-NORTE) concentram suas atividades na organização dos trabalhadores em duas cooperativas de educadores: uma cooperativa de profissionais da construção civil e uma associação de artesãos. Os empreendimentos relacionados à produção agrícola produzem essencialmente itens da alimentação diária das pessoas, enquanto as organizações urbanas existem como forma de viabilizar a prestação de serviços aos seus integrantes, o que confirma a tendência já apontada no Mapeamento. Os setores de maior potencialidade para a Economia Solidária se relacionam à produção de alimentos – em empreendimentos rurais – e ao setor de serviços.

Já os EES que possuem atuação regional perfazem um percentual de 50% (ACRUB, ABAN, APCF, APISNORTE, ARNOP, ACCOTEP, COOPER CENTRO-NORTE, COOPERNOP, COOPERSELENE, COPESNOP). Todos possuem associados em diversos municípios da região Norte de Mato Grosso e realizam atividades de comercialização nesta região. Como exemplo, temos os produtores da ACRUB, que realizam parcerias com outras cidades para a venda da produção agrícola regional; a Associação APISNORTE possui a maior parte de seus associados nos municípios que circundam Sinop, o que também ocorre na COOPESNOP, uma associação de pescadores de toda a região Norte do Estado. A COOPERSELENE efetua a comercialização de seus produtos nos municípios vizinhos e firmou acordo de parceria com outra cooperativa da cidade de Terra Nova, distante 300 km de Sinop, para fornecimento regular da merenda escolar.

Existem 10 EES que usam coletivamente máquinas na produção: ACRUB, ABAN, ACRUNSA, AWMS, APCF, APISNORTE, AVTP, ATP, ASJ e COOPERSELENE. Outros 14 EES realizam a comercialização coletiva: ACRUB (frango caipira); ABAN (leite e grãos); AWMS (transporte e venda de leite); APCF (leite); COOPERNOP (horticultura e fruticultura); COOPERSELENE (leite embalado aos mercados, iogurte e queijo); COOPESNOP (peixe); AFES (horticultura, fruticultura, doces, pães); APISNORTE (mel e derivados); ARNOP (artesanato); ACCOTEP (carne); AVTP (leite); ATP (leite); ASJ (leite). Ao cruzarmos esses dados, descobrimos a existência de 9 EES que realizam atividades coletivas na produção e na comercialização, o que perfaz 45% do total.

Os empreendimentos que realizam compras coletivas são 12 (60% do total). Estas compras visam atender às necessidades da produção e são caracterizáveis como atividades de apoio à produção, podendo envolver a busca de financiamento ou apenas mobilizar recursos dos associados. Os seguintes EES de Sinop realizam compras coletivas: ABAN (máquinas agrícolas para uso coletivo); ACRE (sementes e inseminação); AWMS (sementes, lonas);

APCF (equipamento de resfriador); APISNORTE (máquinas, embalagens, abelhas); ACOTEP (animais, inseminação); AVTP (equipamento de resfriador); ATP (equipamento de resfriador); COOPER CENTRO-NORTE (material de construção); COOPERNOP (sementes, lonas); COOPERSELENE (embalagens, inseminação, gado leiteiro). Cruzando os dados dos EES que realizam uso coletivo de máquinas com os que realizam comercialização coletiva, verificamos que 10 dos 14 EES que realizam comercialização coletiva também organizam compras coletivas: ABAN, AWMS, APCF, COOPESNOP, APISNORTE, ACCOTEP, AVTP, ATP, COOPERNOP e COOPERSELENE. Este fato demonstra que 50% dos EES de Sinop possuem alto grau de atividade interna, realizando ações coletivas em todas as etapas da produção, ocupando-se das condições para produzir e para comercializar ao mesmo tempo.

### 5.3.1 – Evidências a partir dos dados da pesquisa de campo

Anteriormente conseguimos, com os dados obtidos através do levantamento nacional da Economia Solidária, disponibilizado no SIES, corroborar três das cinco hipóteses deste trabalho (*existência de indivíduos dispostos ao trabalho coletivo; percepção positiva da viabilidade do empreendimento; setores da economia adaptáveis ao modelo associativo*). Com os dados da pesquisa de campo iremos ampliar aqueles argumentos, incluindo as outras hipóteses não totalmente confirmadas nos subtítulos anteriores (*importância das instituições, a exemplo das educacionais; existência de um passado que assentou uma tradição da cultura associativa*), buscando maiores evidências para confirmar ou refutar as mesmas.

Sobre as instituições educativas, enquanto fator de potencialidade para o surgimento de um novo formato econômico solidário, por ser um assunto bastante complexo, deixaremos o próximo capítulo para abordá-lo. Já a hipótese da tradição de uma cultura associativa, enquanto uma das potencialidades locais para o desenvolvimento da Economia Solidária, pode receber uma resposta a partir da pesquisa de campo realizada em Sinop, especialmente como o apoio das entrevistas. Nas próximas linhas, nos embasaremos no estudo de campo, expondo a contribuição dessa atividade para a corroboração das hipóteses lançadas.

O que descobrimos sobre as potencialidades existentes em Sinop, capazes de favorecer o desenvolvimento da Economia Solidária, é sua ligação com a capacidade de consumo existente neste contexto e à mobilização do fator trabalho nos empreendimentos. Os números

indicam que a maioria dos EES produz mercadorias comercializadas localmente, atendendo ao suprimento de artigos necessários no cotidiano das pessoas. Ainda, que estas iniciativas surgiram principalmente na década de 1990.

Portanto, as datas coincidem. Na década de 1990, a frente pioneira já havia substituído as frentes de expansão que a antecederam e a posse da terra já estava estabelecida mediante contratos legalizados pelas empresas do setor imobiliário. Neste decênio, ocorreu o auge do extrativismo da madeira, logo esgotado, mas responsável pelo primeiro ciclo econômico da cidade. Vejamos o que diz o produtor Paulo,<sup>61</sup> que participa da COOPERNOP:

Aqui era uma região da qual se falava muito e se acreditava muito, a economia era superaquecida em função da madeira, tinha carência de muitos produtos, praticamente 100% vinham de fora, tudo de fora, e havia dificuldade para trazer os produtos por causa da distância. Então aquilo que aqui se produzia na época, se vendia quase tudo. Um pé de alface se produzia, digamos, a R\$ 0,20, e se vendia a R\$ 1,00. Tudo era mais caro, foi o que manteve a gente. E fora disso era a vontade de crescer, aquilo que nossos pais, ao sair do Rio Grande Do Sul e foram p'ra Santa Catarina, também buscaram. Uma questão de crescimento, talvez, o que seja próprio do ser humano, buscar melhorar.

A fala desse produtor evidencia a importância da estrutura econômica ligada ao extrativismo para a criação de uma base de apoio, principalmente estruturada no consumo dos habitantes do município, que gerou os empreendimentos atuais. A economia alternativa foi implantada, justamente, movida pelos limites da produção predominante em Sinop por mais de uma década: a madeira.

A indústria madeireira gerou trabalho para um grande número de pessoas, embora as condições em que isso ocorreu nos permitem sua crítica, pois resultaram em melhoria das condições de vida apenas para alguns habitantes. No entanto, nos interstícios desse modelo, pelas condições geradas, foi possível aos trabalhadores iniciar a construção de formas alternativas, como as que encontramos em Sinop. Os desejos dos produtores, nutridos desde sua saída de outras regiões do país, encontraram uma oportunidade porque havia um mercado atrativo. Por isso, dissemos que é nos interstícios da economia predominante que a Economia Solidária pode se fortalecer. No caso da COOPERNOP, empreendimento do qual o entrevistado acima participa, sua fundação foi possível graças ao mercado regional, baseado unicamente na extração da madeira, e ao fato de que as empresas existentes não conseguiam atender as necessidades alimentares das famílias.

---

<sup>61</sup> Os nomes são fictícios, conforme exposto na metodologia.

É claro que havia dificuldades técnicas para esta produção se instalar. No entanto, desde a época da colonização, com os primeiros migrantes, houve problemas, alguns dos quais exigiram das pessoas a organização de empreendimentos coletivos, como relata Davi:

Olha, aqui, chuchu vem de fora. Batata vem de fora. Cebola vem de fora. Tomate, na época da chuva, vem de fora também. Abóbora, etc. Falta estabilidade para produzir com garantia.

Nós temos pessoas trabalhadoras em Sinop. Na hora em que tiver a venda, vai funcionar porque produtor tem. A mercadoria vem de fora, mas produção tem aqui. Falta a organização para vender.

A produção não é problema. Tendo tecnologia, falta organização da produção.

Ao expor os motivos da criação da ABAN, Davi refere-se às dificuldades existentes na organização da comercialização, que exigia a mobilização coletiva para se concretizar. Apesar de existirem, as dificuldades técnicas ou climáticas são minimizadas diante das dificuldades de organização social do empreendimento. Além disso, há alguns setores da economia mais propícios à Economia Solidária, como diz Augusto, integrante da COOPSELENE:

Tem. Na linha de horti-fruti, eles não são colhidos mecanicamente. Dependem muito de mão de obra e na região tem carência muito grande de mão de obra. Por exemplo, para se produzir tomate em grande escala, o produtor teria dificuldade de encontrar mão de obra.

O grande produtor quer ver resultado final, quer ver os números, e certamente isso não vai ser o resultado que ele espera se partir para a grande escala. Em pequenas propriedades, onde a mão de obra é de 5 a 6, 8 no máximo, para que possa ser viável.

Essa mesma opinião é encontrada na fala de José, técnico agrônomo da Prefeitura Municipal:

Com certeza. A cultura da soja é viável a partir de 200 hectares. Toda atividade tem um mínimo para ser viável. O produtor rural, se partir para o horti-fruti, com certeza ele tem maior retorno. Nas culturas perenes, demora para ter produção: se plantar alface em 30 dias, já tem retorno, em 12 colheitas no ano, em comparação com a colheita da soja, onde tem uma colheita só no ano.

Um integrante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sinop também compartilha essa ideia:

Hoje, a partir do momento que o Governo Federal determinou que no mínimo 30% da merenda escolar venham da agricultura familiar, nós estamos sentindo hoje que a agricultura familiar teria como produzir mais, até 100% da merenda escolar. Isso está relacionado à falta de organização e também à falta de apoio dos órgãos públicos.

Existe um potencial aqui para se produzir isso. Seria possível se houvesse uma grande organização dos proprietários rurais, sejam assentados ou proprietários de pequenos lotes, e o envolvimento da secretaria municipal da agricultura, da Empaer, das universidades, isso daria para ser fomentado. O que a gente percebe é que existe, no íntimo de cada um, um grau de individualismo muito grande. Também uma pressa para que a renda seja melhor. Mato Grosso recebe, hoje, de fora, quase 80% do produto horti-fruti. Que é produzido fora. E nós temos consciência que 80% dos

produtos da mesa do brasileiro são produzidos na agricultura familiar. **Então, hoje temos um nicho de mercado. Existe a necessidade de organizar as pessoas para a produção** (grifo nosso).

Em Sinop, os EES de horticultura e fruticultura estão localizados nas proximidades da cidade (no cinturão verde, como são conhecidas as chácaras que circundam a cidade), onde a organização coletiva possuiu um papel muito importante na comercialização. Isso ocorre devido ao fato de que a produção na maioria dos locais é individualizada, mas não totalmente, pois, como vimos anteriormente, 14 das 20 associações ou cooperativas possuem equipamentos de uso coletivo, especialmente as máquinas mais caras, como tratores e instalações de abate de animais.

De acordo com os entrevistados, em Sinop há possibilidade do aumento da produção de alguns itens de consumo diário, tradicionalmente trazidos de outras localidades pelos comerciantes. Faltaria apenas a organização dos produtores para a melhoria das condições produtivas. Essa organização teria sido sempre o problema maior, haja vista que:

No início, Sinop começou com uma cooperativa. Mas ela começou de forma errada. As pessoas eram obrigadas a associar-se. A pessoa comprava a terra e tornava-se sócio da cooperativa, mesmo não querendo. Isso foge aos objetivos do cooperativismo. Também a falta de participação dos cooperados, por não ser vontade própria, não tinha participação. Os dirigentes faziam da cooperativa o que bem entendiam, então com certeza ela ia quebrar e foi isso que aconteceu. Tanto a Credinorte – que era cooperativa de crédito – como a Cooperativa Celeste – que era da área da produção (José).

As organizações de produtores existiram em Sinop na fase de colonização, mas eram dirigidas pelo colonizador e objetivavam superar os problemas de abastecimento e comercialização da produção. Na época, havia dificuldades bastante graves, relacionadas ao problema de abastecimento de gêneros alimentícios, e isso quase inviabilizou a permanência dos indivíduos recém chegados. No entanto, a forma como se dava a adesão dos associados na Cooperativa Celeste e na Credinorte, mediante obrigação no momento da compra da terra, fazia com que estas funcionassem apenas para superar entraves burocráticos e não serviam para organizar de fato a produção, a partir dos interesses dos trabalhadores. Isso é confirmado também na entrevista de um administrador:

A cooperativa desde o início foi criada, assim que começaram a chegar as primeiras famílias aqui em Sinop. Só que a cooperativa foi criada pela colonizadora. Então a colonizadora de Sinop criou a COMICEL, que é a Cooperativa Mista Celeste. E construiu uma sede da cooperativa. A pessoa que chefiava a cooperativa era uma pessoa da colonizadora. Foi criada aqui para incentivar e estimular os produtores, inicialmente de café e arroz, e funcionou um bom tempo a cooperativa. Foi criada pelo colonizador para ser um ponto de apoio aos agricultores, até certo ponto ela desempenhou sua função porque fornecia sementes e produtos agrícolas aos

produtores.

A história da cooperativa é complicada porque alguns falam bem e outros falam mal: uns falam que a cooperativa era muito mais para explorar do que para apoiar, então é uma situação complicada para saber: para uns pioneiros ela foi ruim e para outros foi boa (Eduardo).

É múltipla, portanto, a avaliação da atuação da cooperativa inicialmente criada em Sinop.<sup>62</sup> O que sobrou da passagem da Cooperativa, no momento da colonização, é uma tradição negativa quanto ao associativismo, por vezes associada à inviabilidade geral de qualquer organização coletiva. Por outro lado, quando se fala do início de Sinop (da época da colonização), a entre-ajuda existe devido às dificuldades de migração e, nesse sentido, existe referência a elementos positivos em relação à organização de coletivos de trabalho:

As primeiras famílias que vieram para Sinop eram famílias de agricultores. Alguns foram para as propriedades rurais e outras ficaram na cidade. Essas que ficaram aqui na cidade procuravam uma ajuda mútua, principalmente quando chegava uma família nova era motivo de festa porque aqui era uma solidão danada, era fim de mundo. Eles mesmos afirmam que as primeiras construções, a alimentação e o cuidado com as crianças eram feitos coletivamente nos primeiros anos, havendo um laço de amizade entre as famílias (Eduardo).

Isso também pode ser relacionado ao início de algumas iniciativas comunitárias, as associações que possuem atividades voltadas para o lazer e para a organização da produção, já citadas anteriormente:

No início, quando se constituiu a associação, era mais comunitária. Hoje é mais voltada a um segmento produtivo. O maior objetivo das associações é orientação. A associação não pode comprar e vender. Quando as associações são criadas, visando a um segmento produtivo, com certeza os produtores cooperados tem maior respaldo, mais retribuição, através de conhecimento e formação.

Quando a associação é mais comunitária, é mais convívio, bem estar, lazer. Seus objetivos são diferentes. Mas cada uma delas visa ao fortalecimento do grupo. Mas, o que a gente tem visto é que uma associação criada para um setor, com certeza, eles tem mais benefício do que as outras. A associação, quando voltada a um segmento, tem mais como contribuir do que quando é comunitária (José).

Na opinião deste produtor, a superação das organizações suprafamiliares, que se organizam mais para a produção em escala com a definição de um produto ou setor de produção (o que também é chamado de nicho de mercado), é um passo necessário para o fortalecimento dos empreendimentos coletivos. No entanto, com esta afirmação é possível reconhecer o fato de os empreendimentos partirem de uma base comunitária, contendo elementos de unidade e identificação (mesmo negativas: iniciando com as dificuldades de

---

<sup>62</sup> No entanto, na década de 1980 ela deixa de existir (embora o seu registro ainda permaneça ativo por questões legais: foram deixadas dívidas e problemas de registro de propriedades. Tentamos contato com a pessoa da colonizadora que responde por estas questões, mas não foi possível, já que ele não reside no Estado).

sobrevivência) entre seus membros, o que possibilitou a organização posterior.

Com os elementos de unidade e de identificação existentes entre os membros dos empreendimentos pesquisados, podemos registrar o fato da criação de uma cultura de valorização do trabalho associado em Sinop. Isso foi iniciado nos empreendimentos comunitários, onde as associações voltadas ao lazer se consolidaram e, depois de um tempo, a partir das oportunidades do comércio e da existência de trabalhadores dispostos a cooperar, foi possível o surgimento dos EES. Esta evidência está claramente presente na trajetória das associações comunitárias voltadas ao lazer; com o passar do tempo, outras associações adquiriram visibilidade e, com isso, conseguiram ocupar espaços no comércio da cidade:

É necessário ter em mente o benefício de um maior número de associados. Em Sinop, começamos uma associação de feirantes e foi difícil de manter porque não tinha pessoas com aquele nicho de mercado. Pessoas que vieram para cá não têm hábitos de feira e precisou ser criado o hábito de feira. A associação dos feirantes ficou mais de 10 anos em um só local, hoje se fôssemos abrir ponto em cem pontos da cidade teria. Porque a sociedade já mudou, têm muitos nordestinos que moram aqui, tem paulista, de outras regiões, que são do sul, porque as primeiras pessoas que moravam em Sinop, vindas do Paraná, Santa Catarina, Rio grande do Sul, não têm hábito de feira (Augusto).

Se foi possível construir uma cultura de feira na cidade de Sinop, possibilitando a afirmação de empreendimentos coletivos de organização da comercialização, mais uma vez se percebe a importância do contexto social de uma região ter presente a potencialidade de uma tradição do associativismo para que EES se constituam e subsistam no tempo. Desta forma, é possível afirmar a evidência da tradição do associativismo como um fato presente no contexto da pesquisa empírica, que realmente dá suporte e possibilita a constituição da Economia Solidária.

Por isso, podemos dizer que há indícios de uma economia alternativa emergindo em Sinop. As pessoas percebem vantagens no trabalho cooperado:

A associação traz maiores benefícios para todos, tanto na cooperativa quanto na associação. Tanto para quem produz como para quem consome, porque evita o atravessador – esse é a possibilidade de se trabalhar de forma coletiva (Rodrigo).

Não seria despropositado apostar que o desenvolvimento dos EES e o sucesso demonstrado com o tempo se transformem em outro potencial para a Economia Solidária – e que a visibilidade adquirida por estas iniciativas animem cada vez mais os sujeitos que se encontram desfavorecidos no atual contexto socioeconômico.

#### 5.4 – Quadro dos fatores de potencialidade e indicadores

Para facilitar a visualização, apresentamos, em um quadro, a relação entre os fatores hipotéticos de potencialidade regional, investigados no Norte Mato-Grossense e em Sinop, e os respectivos indicadores de confirmação encontrados:

Fatores hipotéticos de Potencialidade	Indicadores
<p>✓ Setores da economia (interstícios) adaptáveis a modelos associativos; <b>(CONFIRMADO)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Atuação dos EES de MT na produção de alimentos na zona rural e no setor de serviços na zona urbana.</i></li> <li>• <i>Na região de Sinop, pela ausência da produção regional de alimentos, existe espaço para o desenvolvimento da Economia Solidária neste setor: tanto na produção em zona rural quanto na organização da comercialização da zona urbana.</i></li> </ul>
<p>✓ Percepção positiva da viabilidade do empreendimento; <b>(CONFIRMADO)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>50% dos EES de MT estão ativos por mais de uma década e há expectativa de criação de alternativas frente ao modelo econômico predominante no momento da criação do EES.</i></li> <li>• <i>Na região de Sinop, os participantes dos EES percebem que a maior necessidade para a viabilização da produção é a organização coletiva dos produtores.</i></li> </ul>
<p>✓ Um passado que assentou uma tradição de valores da cultura associativa; <b>(CONFIRMADO)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Ao menos 50% dos EES de MT existem há mais de uma década.</i></li> <li>• <i>Na região de Sinop, a partir dos EES que iniciaram a organização comunitária do lazer, foi possível estabelecer os empreendimentos da Economia Solidária.</i></li> </ul>
<p>✓ Existência de indivíduos com disposição para o trabalho coletivo; <b>(CONFIRMADO)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>68% dos EES do MT realizam ao menos três atividades coletivas na gestão; 82% realizam ao menos quatro atividades coletivas no trabalho cotidiano.</i></li> <li>• <i>Na região de Sinop, 50% dos EES realizam ao mesmo tempo produção coletiva, através do uso coletivo de equipamentos e também atividades comerciais (compras e vendas) coletivas.</i></li> </ul>

Fatores hipotéticos de Potencialidade	Indicadores
 Instituições de apoio, a exemplo da educacional;  <b>(PARCIALMENTE CONFIRMADO)</b>	<p><i>Os dados do Mapeamento Nacional, relativos à MT, apontaram a presença de instituições de apoio. Porém, as instituições educativas receberam um índice muito baixo de respostas (apenas 3,6 % para Universidades, Incubadoras, Unitrabalho).</i></p> <p><i>Entretanto, quando os EES relataram o tipo de apoio recebido, a formação ocupa as duas primeiras posições nos índices de respostas. A ausência das instituições educativas nos EES e a valorização percebida quanto aos aspectos formativos inferem a existência de um tipo específico de formação, a educação popular, o que suscita o questionamento quanto ao papel a ser desempenhado pelas instituições educativas (o potencial destas) para o desenvolvimento da Economia Solidária.</i></p>

## **6 – O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DAS POTENCIALIDADES REGIONAIS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Conforme visualizamos nos dados do SIES sobre o Mato Grosso, a escola formal ainda parece exercer uma atuação muito limitada junto aos EES. Entretanto, quando se trata de iniciativas recentes no nível médio da rede estadual de ensino de Mato Grosso, encontramos tentativas de tratamento das alternativas da produção regional, embora isso se constitua como um problema para o qual não há uma solução fácil, até o momento. No trabalho diário com a educação, percebemos que, mesmo diante da dificuldade em sair de seus muros, a escola coloca para si a necessidade de repensar a exploração do trabalhador, encorajando iniciativas que superem essa condição. Entretanto, em poucos casos esta instituição consegue pensar em alternativas para além da repetição dos saberes clássicos da ciência tradicional.

Na medida em que avançamos na compreensão das potencialidades locais da Economia Solidária, percebemos que é difícil – mesmo impossível – tratar dessa temática sem aludir à importância do papel da educação. Isso ocorre porque, necessariamente, as potencialidades da Economia Solidária, em qualquer local, requerem a valorização de uma nova cultura produtiva. Existe necessidade de mudança de mentalidade para perceber a importância da cooperação (e o abandono da competição na produção), o que ocorre quando as temáticas da Economia Solidária são abordadas no contexto educativo:

... a educação não é um elemento agregado – de fora – nem é um elemento que possa ser descartado, em algum momento. É uma dimensão componente da Economia Solidária. Com metodologias adequadas, a educação acompanha os desafios das experiências de trabalho associado ou autogestionário (NASCIMENTO, 2005, p. 58).

Como a educação é um processo lento, que exige constante esforço de atualização, compreende-se que a Economia Solidária necessite de décadas para se consolidar em um local. A renovação dos EES passa pela incorporação desses valores nas novas gerações, o que pode ser realizado através da educação. Em nosso levantamento nos EES de Sinop, percebemos a importância da cultura do trabalho coletivo e autogestionado:

Algumas pessoas tinham afinidade, pois já trabalhavam antes, mesmo que não tinham vínculo com cooperativas, a maioria já conhecia. Outras pessoas foram convidadas para entrar no grupo, trabalharam algum tempo, mas não se adaptaram, porque na cooperativa a decisão é coletiva, o grupo que decide, se tem lucro é de

todos, se tem prejuízo é de todos, não tem a dona que decide, a dona que dê conta do recado porque não é problema meu. Então algumas pessoas trabalharam um ano, desistiram e foram embora, enquanto outros permaneceram. Se alguém queria sair, a gente chamava p'ra conversar, até tentava p'ra fazer com que as pessoas ficassem. A gente tava em tempo de aprendizado. O que muito amedronta na cooperativa é o fato de não ter FGTS e garantia, isso assustava as pessoas. Os mais encorajados ficaram (Heitor).

A identificação com o empreendimento autogestionado é chamada pelo entrevistado de afinidade. Ele demonstra preocupação com a inadaptação das pessoas para o trabalho na cooperativa de educadores, da qual participam mais de vinte pessoas, e a dificuldade de outros sujeitos optarem pelo trabalho sem patrão. Nesse sentido, fica clara a importância dos processos educativos que esclareçam sobre as possibilidades de organização do trabalho para além do que é mais amplamente conhecido e praticado, ou seja, o assalariamento. O grande desafio é transformar a formação (para que a opção por um sistema alternativo de produção se dê de forma livre e amadurecida) em fator maior de permanência nos empreendimentos associativos, superando o atual estágio, no qual a coragem – que funciona apenas como um tipo de aposta – é utilizada.

A busca de um novo sentido para o trabalho das pessoas, no âmbito da educação, encontra respaldo nas Orientações Curriculares do Estado de Mato Grosso (OCs-MT),<sup>63</sup> escritas entre 2008 e 2010 por intermédio de parceria da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC-MT) com a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e outros consultores, posteriormente submetidas a consulta pública em todas as escolas estaduais. Será que tal iniciativa, uma vez consolidada nas práticas dos educadores, pode conter elementos potencializadores, para propiciar uma nova possibilidade no sentido de reorientar os processos produtivos instalados? Ao longo deste capítulo, buscaremos, na educação de ensino médio da rede estadual, explorar o papel da educação, a fim de melhor conhecer os elementos de potencialidade a ela relacionados, com isso ampliando aqueles já confirmados na região de Sinop. Em que medida a reorientação do currículo escolar pode superar a dificuldade da instituição escolar atual, em atuar nas alternativas de trabalho?

Processos alternativos de educação estão em fase de ensaio, encontrando ricos exemplos na forma como o futuro é pensado nos atuais currículos escolares. Exemplo disso, nós encontramos na reestruturação de modalidades específicas do ensino secundário, especialmente nas propostas do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP) e

---

<sup>63</sup> Ver MATO GROSSO, 2008.

na Educação de Jovens e Adultos (EJA), ambos ancorados nas Orientações Curriculares estaduais.

### **6.1 – O papel da Educação de Jovens e Adultos – EJA**

A partir do ano de 2008, e com maior ênfase em 2010, as modalidades do ensino estadual em Mato Grosso foram centralizadas de acordo com a especificidade atendida. Dessa forma, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi centralizada em unidades escolares denominadas de Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAS), em praticamente todas as cidades do Estado. Em Sinop, esta readequação transformou uma antiga unidade escolar do ensino regular (*EE Osvaldo Paula*) em “*Ceja Benedito Sant’Ana Silva Freire*”, que passou a ofertar essa modalidade de ensino a jovens que tenham completado quinze anos, para ingresso no ensino fundamental, e dezoito anos, para o ensino médio, portanto, ambos em situação de defasagem entre idade e ano escolar.

A implantação dos CEJAS foi acompanhada por um processo administrativo e pedagógico que procurou realizar a seleção de pessoal comprometido com esta especificidade. O atendimento de uma modalidade única do ensino básico em uma unidade escolar poderia favorecer também a adaptação de seu espaço físico, além de auxiliar na definição de materiais e métodos apropriados. Nesse sentido, a centralização do ensino de EJA foi elogiada, mesmo que dificulte o acesso dos alunos, uma vez que as escolas dos bairros não mais atendem esta modalidade e os estudantes são obrigados a percorrer distâncias maiores para ter acesso à escola.

Para iniciar o direcionamento das atividades para a educação de EJA, as unidades escolares receberam as diretrizes administrativas, denominadas de regras de negócios, e diretrizes pedagógicas, com capítulos específicos dentro das já mencionadas OCs-MT. Estas iniciativas têm se tornado uma importante base de apoio para as atividades de atualização formativa dos profissionais da educação, tendo em vista que a EJA apresenta um índice bastante elevado de desistência. Isso pode ocorrer porque, muitas vezes, os alunos não percebem o ensino formal como necessário em seu cotidiano de trabalho (ou, devido ao excesso de atividade, não conseguem manter-se na escola) e os professores, limitados à reprodução dos aspectos tradicionais da ciência, encontram dificuldade para direcionar a

formação para atender o trabalhador.

No texto das concepções das OCs-MT, há uma ênfase na inclusão do trabalho, apresentado como “princípio educativo”, compondo, conjuntamente com conhecimento e cultura, o eixo estruturante da educação do Estado de Mato Grosso:

A concepção mais ampla de educação, considerada aqui como ponto de partida conforme indicado na concepção de Educação Básica, de modo a incorporar todas as dimensões educativas que ocorrem no âmbito das relações sociais que promovem a formação humana na dimensão sócio-político-produtiva, implica adotar o trabalho como princípio educativo, como categoria orientadora das políticas, projetos e práticas dos níveis e das modalidades que integram a Educação Básica (MATO GROSSO, 2008, p. 13).

Todavia, a inclusão do trabalho como eixo estruturante da educação estadual implica uma tomada de posição a respeito da situação dos trabalhadores no atual contexto social, no qual a necessidade de inserção no sistema produtivo é utilizada como artifício de submissão. Na atual conjuntura social, o domínio intelectual muitas vezes torna-se uma arma para a subordinação dos trabalhadores nos processos produtivos, originando a condição de subalternidade de muitos indivíduos. Entretanto, não é isto que se almeja reproduzir quando se coloca o trabalho como princípio educativo nas OCs-MT. Para esta concepção, no momento em que a educação trata do trabalho, seu objetivo será a criação da consciência do seu valor para a sociedade:

Contudo é preciso ter alguns cuidados: ver o trabalho como princípio educativo não significa sucumbir às propostas que articulam escola e produção. Ao contrário, a finalidade da escola que unifica conhecimento, cultura e trabalho é a formação de homens desenvolvidos multilateralmente, que articulem a sua capacidade produtiva às capacidades de pensar, de relacionar-se, de desenvolver sua afetividade, de estudar, de governar e de exercer controle sobre os governantes. Ou seja: trabalho na perspectiva da práxis humana e não apenas como prática produtiva, mas, como uma das ações, materiais e espirituais, que os seres humanos, individual e coletivamente desenvolvem, para construir suas condições de existência (MATO GROSSO, 2008, p. 16).

A adoção do trabalho como princípio educativo se dá em referência à teoria de Gramsci e sua proposta de escola única, que não diferencia o trabalhador intelectual do manual. A postura, adotada nos documentos de referência da educação Mato-Grossense, afirma que todo o exercício humano mobiliza ao mesmo tempo a estrutura física e de pensamento, de tal forma que torna impossível a existência de um trabalho que se configure unicamente como manual, sem exigir o raciocínio.

Por isso, a diferença efetuada nas OCs-MT entre a escola taylorista e fordista<sup>64</sup> e a atual proposta de formação humana. Para a escola dos séculos XIX e XX, muitas vezes buscava-se a formação de sujeitos que copiassem e ficassem quietos, quer dizer, treinassem, mediante a repetição, os aspectos do controle sobre os movimentos do corpo (coordenação motora), ao mesmo tempo em que aprendiam a obedecer. A escola do século XXI, ao propor autonomia dos sujeitos e formação cidadã, busca superar esta condição, inclusive com a inclusão da temática da Economia Solidária no currículo da formação de EJA:

É justo nesta perspectiva que a Economia Solidária deve ser inserida na proposta curricular da EJA. Seja enquanto possibilidade de geração de emprego e renda, seja enquanto assunção de valores distintos aos do capitalismo, seja principalmente enquanto possibilidade real de construção de conhecimento a partir da realidade (MATO GROSSO, 2008, p. 160).

Com um currículo escolar que aponta para alternativas à produção capitalista, em uma escola exclusivamente voltada para a educação de jovens e adultos (caso dos CEJAS), espera-se atender de forma plena os sujeitos que procuram, na educação, uma maneira de superar os atuais desafios colocados aos trabalhadores. Seria possível, com a formação específica em Economia Solidária, superar o discurso da meritocracia e da competitividade nas relações de trabalho, no momento em que fica claro aos estudantes que é possível produzir de forma cooperada, sem excluir e explorar o trabalho das pessoas. Por isso, ao menos na EJA, pode-se dizer que as novas orientações curriculares de Mato Grosso buscam soluções para os desafios do mundo do trabalho atual:

Inerente à realidade dos estudantes da EJA, o mundo do trabalho não pode ficar separado do seu currículo. O que não significa, necessariamente, a oferta do ensino profissionalizante. Tampouco, que a escola e/ou professores devam organizar grupos produtivos no seu interior. No entanto, tem a responsabilidade de fomentar a discussão e apontar outras formas de trabalho (e de economia) alternativas (MATO GROSSO, 2008, p. 159).

A lei da universalização do ensino público e gratuito coloca o problema do acesso de todos ao mundo do trabalho, uma vez que, na ótica da competição, apenas haverá espaço para “os melhores”. Para o professor da escola atual, que acolhe a todos e busca o desenvolvimento da aprendizagem de cada indivíduo, essa condição tornou-se problemática, porque não havia como conciliar o princípio da educação universal com a seletividade “do mundo real” ou “do

---

<sup>64</sup> “O princípio educativo que decorre da forma taylorista/fordista de organização e gestão do trabalho, dominante até 1980, tinha por finalidade atender a uma divisão social e técnica do trabalho em que a fronteira entre trabalho manual e intelectual é claramente demarcada. Em decorrência, a relação entre o homem e o conhecimento era determinada pelo lugar que cada um ocupava na hierarquia do trabalho coletivo” (Mato Grosso, 2008, p. 20)

mundo para além dos muros da escola”. Mas, no momento em que a Economia Solidária torna-se parte integrante do currículo escolar, o discurso sobre o espaço dos indivíduos no âmbito da produção pode também adequar-se às condições do acesso universal – uma vez que a lógica da exclusão é substituída pelos princípios de inclusão e oportunidade: já não há apenas o espaço da competição por postos de trabalho, esse é apenas um caminho. Se há possibilidade para os indivíduos, mediante união de forças e de saberes do cotidiano, concretizarem um empreendimento econômico solidário para o atendimento de sua necessidade de trabalho e renda, o espaço para todos está também garantido onde antes havia apenas incerteza!

Nesse sentido, a própria exclusão dos sujeitos do processo escolar (já é consenso entre os educadores que o trabalho é o maior empecilho para a permanência dos indivíduos na escola)<sup>65</sup> pode perder importância com a inclusão da temática da Economia Solidária na grade curricular. O conhecimento de alternativas de trabalho, que antes pareciam inexistentes, pode suscitar nos sujeitos a vontade para ousar a busca por autonomia, intelectual na escola e, ao mesmo tempo, produtiva em um formato de produção autogestionado. Isso é extremamente motivador para que os educadores façam seu planejamento pedagógico nessa temática e os alunos se sintam motivados ao conhecimento de tal possibilidade, participando desta modalidade de ensino com persistência.

## **6.2 – O papel do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional – EMIEP**

Também existem iniciativas de resignificação do trabalho na educação profissionalizante de nível médio da rede escolar Mato-Grossense. Algumas cidades foram selecionadas para receber turmas, ainda em caráter experimental (posto em ato através de um acordo com o Governo Federal), nas quais os alunos, em um período de quatro anos, cursam o Ensino Médio ao mesmo tempo em que se especializam para o exercício de uma profissão. Em Sinop, duas escolas receberam turmas do EMIEP nas áreas de Técnico em Informática e Administração de Empresas, respectivamente, EE Edeli Mantovani e EE São Vicente de

---

<sup>65</sup>“O trabalho, enquanto atividade econômica, é apontado pelas pesquisas que tratam da EJA, como principal responsável pela evasão escolar” (Mato Grosso, 2008, p. 158).

Paula.

O currículo integrado, entre a profissionalização e o ensino médio, em sua relação com a atual sociedade e o mundo do trabalho, é assim caracterizado nos documentos das OCs-MT:

É nesse espaço curricular integrado que o aluno aprenderá as relações existentes entre conhecimento, cultura e trabalho e identificará as relações entre teoria e prática, entre o geral e o específico, exercitando a criatividade, a responsabilidade social, a solidariedade e compreendendo-se como sujeito individual e coletivo, capaz de usar o conhecimento para transformar a realidade (MATO GROSSO, 2008, p. 64).

O mesmo documento assim explica o motivo desse tipo de iniciativa:

Essa modalidade deve ser oferecida para atender às necessidades de educação profissional com vistas à inclusão social, com foco nas especificidades de cada região, das escolas e dos alunos, abrangendo áreas de formação a partir das demandas da práxis social e produtiva (MATO GROSSO, 2008, p. 66).

Como podemos ver, a inclusão social e a formação, a partir das demandas da práxis social e produtiva, foram citadas como situações motivadoras para a iniciativa do EMIEP, que deve ser implantado a partir das necessidades e especificidades do contexto. No entanto, a primeira dificuldade em tratar do ensino profissional na atualidade decorre da herança dessa modalidade de ensino deixada pelo regime militar brasileiro do período de 1964-1985. Nas décadas em que o destino da nação foi definido pela cúpula militar, o ensino médio foi transformado em instrução técnica dentro dos moldes da escola taylorista e fordista, de mera repetição de conteúdos e treinamento. A formação técnica de nível médio foi realizada em escolas sem estruturação física para ofertar tal educação com qualidade técnica e o escasso tempo dedicado a tal iniciativa também cooptava o ensino tradicional de formação geral.

Dessa forma, a escola técnica foi negativamente avaliada. Não conseguia formar um técnico, por falta de infraestrutura, nem um generalista, por falta de tempo para ambas as tarefas. Sua intenção encerrava-se nos próprios limites da escola. Além disso, ainda buscava a reprodução da escola técnica com vistas ao atendimento do setor produtivo, na época (assim como na atualidade) carente de mão de obra qualificada, ao menos sob o ponto de vista do contratador de serviço, que sempre deseja mais candidatos para poder selecionar aqueles que melhor se submetem. Para os proprietários dos meios de produção, a existência de reserva de trabalhadores é condição de continuidade dessa forma de organizar os formatos produtivos, pois isso possibilita a cooptação das exigências de melhorias das condições de exercício das atividades, já que os trabalhadores sentem-se ameaçados por aqueles que estão momentaneamente fora da estrutura de produção.

A escola de ensino médio técnico beneficiava os setores produtivos instalados que produzem com a contratação de mão de obra, já que ensinava ao jovem – mesmo que rudimentarmente – um caminho a ser percorrido, não permitindo a esse vislumbrar alternativas além de colocar-se na condição de operário. Assim, com a consciência do passado e visando à superação desse modelo de escola técnica, na atualidade busca-se a formação profissionalizante de ensino médio com outra perspectiva, pensando no futuro do trabalhador.

Ocorre que, na atualidade, principalmente os jovens mais carentes não conseguem acesso aos bens tecnológicos. Na maioria das vezes, a tecnologia apresentada nos comerciais das mídias virtuais modernas transforma a mercadoria em objeto de desejo, ou seja, fomenta o fetiche da mercadoria. A maioria dos jovens sente-se atraída por aparelhos da moda (videogames, computadores portáteis, celulares, câmeras, simuladores, etc.), mas não consegue perceber que se trata de produtos resultantes de processos do trabalho humano, geralmente de processos mecânicos, repetitivos, executados pelos mais pobres da sociedade.

Como a grande maioria dos jovens deseja a posse de tais equipamentos, em torno desses é criada uma aura de mistério, misturando sentimentos de desejo e de realização pessoal na existência das mercadorias. Muitas vezes, a posse de produtos tecnológicos significa mais que o seu valor de uso, pois o consumo diz o que o sujeito é (ou pode ser). Assim, neste universo em que o ter é tomado pelo ser das pessoas, a naturalização da produção e dos objetos decorrentes de processos de trabalho é tarefa urgente para a educação atual:

A concepção de ensino médio politécnico ou tecnológico, amplamente debatida na década de 1980, é a que pode responder a este horizonte de formação humana. Trata-se de desenvolver os fundamentos das diferentes ciências que facultem aos jovens a capacidade analítica tanto dos processos técnicos que engendram o sistema produtivo quanto das relações sociais que regulam a quem e a quantos se destina a riqueza produzida. Como lembrava Gramsci, na década de 1920: uma formação que permita o domínio das técnicas, as leis científicas e a serviço de quem e de quantos está a ciência e a técnica. Trata-se de uma formação humana que rompe com as dicotomias geral e específico, político e técnico ou educação básica e técnica, heranças de uma concepção fragmentária e positivista da realidade humana (FRIGOTTO, 2010, p. 74).

A formação dos jovens, não mais para o exercício de uma função técnica como no passado, mas para atividades profissionais, pode inseri-los no processo de produção dos objetos desejados no mercado, de forma que estes percebam a necessidade do esforço e do conhecimento para a geração desses itens. O conhecimento do funcionamento das mercadorias pode gerar a conscientização para o consumo e para a naturalização desses objetos, de tal modo que a conscientização dos sujeitos para o consumo responsável passa

também pelo aprendizado de uma profissão.

### **6.3 – Formando para a cidadania não-tutelada**

Com a apresentação da atual situação da educação formal e suas diretrizes pedagógicas, objetivamos a demonstração de que esta é portadora de potencialidades para repensar e alterar o contexto de exploração do trabalhador. Embora as instituições escolares estejam afastadas do cotidiano dos EES na região de Sinop, elas possuem projetos para qualificar os educandos para a autonomia no trabalho e para alternativas como a Economia Solidária. A ausência das instituições escolares nos empreendimentos também não significa carência de formação nestes locais, mas que a forma como isso ocorre demonstra a presença da educação popular nos empreendimentos solidários.

A produção alternativa em Sinop precisa encontrar-se com a educação, porque ainda deve ser reinventada. Conforme expomos na retrospectiva sócio-histórica, no primeiro capítulo, o modelo produtivo instalado nessa região obedeceu aos critérios exógenos: os migrantes trouxeram consigo o que deveria ser produzido na região, de forma que as culturas e o solo tiveram que adaptar-se a esse projeto. Por isso, as alternativas necessitam realizar a desconstrução das certezas que migraram com as pessoas. Dessa forma, poderemos visualizar melhor as potencialidades desse contexto e talvez as limitações do presente estudo estejam justamente marcadas por esta questão: se não conseguimos enxergar potencialidades maiores, isso pode decorrer de nossa formação, que não vê além daquilo que é comum para a história de cada um – afinal, também somos migrantes nesse local.

Por isso, podemos ir além do que dissemos anteriormente. Se para todas as coisas a educação é elemento necessário, assim como para qualquer potencialidade que se queira afirmar em um dado contexto, ela se faz ainda mais necessária para projetos alternativos, pois estes precisam construir a partir do zero seus valores e metas. Tal é a situação da região de Sinop: no momento, vive-se o debate sobre o ZSEE-MT, que para alguns grupos econômicos é a oportunidade de consolidar o processo de colonização, enquanto para muitos atores sociais é uma possibilidade de repensar todo o passado e reconfigurar o existente.

Para a tarefa de repensar o contexto social e produtivo existente, a Economia Solidária é um elemento que pode ser utilizado para a concretização de um projeto alternativo. Os

empreendimentos econômicos solidários pesquisados compõem uma amostra dessa possibilidade, na medida em que atendem às necessidades das pessoas que vivem na região, tanto na questão do consumo como na disponibilização de trabalho. Tais iniciativas constituem um modelo econômico diferente do capitalismo, adotado na monocultura exportadora e assim, mesmo que dependam do mercado, atendem com maior ênfase às necessidades de reprodução da vida do que as do capital.

Por isso, as potencialidades da região de Sinop carecem dos processos educativos para mostrar aos migrantes que há possibilidade de que esta região se constitua como a terra de oportunidades que inicialmente motivou sua ocupação. Entretanto, a cultura do migrante deve sofrer o processo de conhecimento deste contexto, para que tal condição se concretize. Para aqueles sujeitos que migraram para o Norte Mato-Grossense desde 1970 em busca de seu espaço, dificilmente encontrarão sua realização através da reprodução de formas de vida de outras regiões. Novos espaços podem criar alternativas, mas os sujeitos também necessitam inovar na forma como se organizam e produzem riquezas.

É nesse sentido que se constitui a educação para a autonomia: a reprodução daquilo que é predominante é mais facilmente assimilável e a construção de um projeto alternativo demanda a existência de indivíduos com capacidade de pensar em projetos em longo prazo – que sejam verdadeiramente sustentáveis – com criatividade. O desejo é conformar um projeto de educação capaz de transformar as condições de vida daqueles que se encontram excluídos do projeto da monocultura, de forma que percebam as contradições desse sistema produtivo:

Com esse pressuposto, a educação – e, sobretudo, a popular – pode intervir como força ética e política para produzir saberes, assumindo um projeto com intencionalidade emancipadora, visando contribuir para a transformação das condições subjetivas (limites das pessoas) e condições objetivas (injustiças e desigualdades em nossa sociedade) (ADAMS, 2010, p. 17).

A produção de saberes para um projeto alternativo de produção e de sociedade, perpassando sistemas educativos, formais ou não, coloca a condição da autonomia intelectual, moral e criativa dos sujeitos.

## 7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perceber as potencialidades da região de Sinop para o desenvolvimento da Economia Solidária é um desafio, porque dita Economia ainda se encontra em processo de consolidação, dada a sua condição de projeto alternativo ao majoritariamente praticado neste contexto social. A existência de potencialidades nesta região não pôde ser negada. Isso decorre do fato de que a Economia Solidária se constitui como algo significativo para uma parcela considerável da população, que realiza o trabalho de forma a não negar o capitalismo e a ele se integra no mercado, embora já consolide um modo alternativo de organizar a atividade econômica da qual participa. Os vinte empreendimentos econômicos solidários abordados nesta pesquisa trazem elementos, como a disposição para a produção coletiva, que apontam para um modelo alternativo ao majoritariamente existente no norte Mato-Grossense.

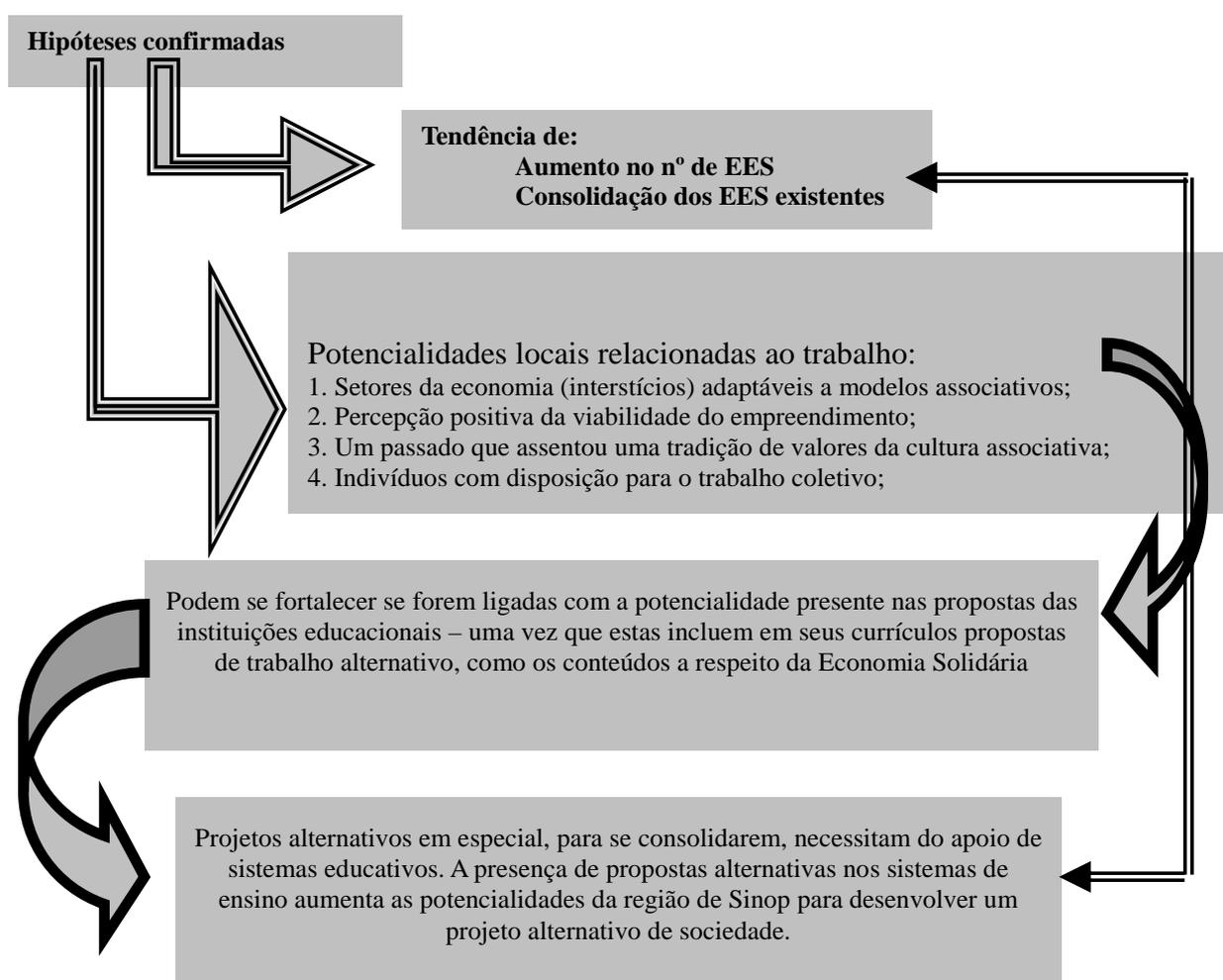
Conforme explanamos anteriormente, os aspectos centrais da economia capitalista são as relações assalariadas que, combinadas com a propriedade privada, concorrência e concentração de capital, possuem a finalidade de extrair a mais-valia do processo produtivo, aumentando as desigualdades entre as classes sociais, dos trabalhadores em favor aos patrões. Por seu turno, a Economia Solidária, tributária das experiências alternativas dos trabalhadores desde o século XIX, caracteriza-se principalmente pela presença da propriedade coletiva nos processos de produção e de organização do trabalho; sua finalidade é a geração de melhorias das condições de vida daquele que, produzindo, reproduz a vida.

Foi gratificante perceber como os dois projetos de produção das condições materiais da vida em sociedade estão presentes na região de Sinop, interferindo na maneira como as riquezas são produzidas e na qualidade de vida daqueles que vivem neste espaço. Por isso, quando se projeta o futuro dessa sociedade, ao abordarem-se as potencialidades desta região, os diferentes projetos, portadores de valores tão divergentes, obrigam-nos a um posicionamento a respeito de quais são as opções válidas para a construção da sustentabilidade de fato.

Claro está que as potencialidades apontadas para o modelo de produção monocultora, exportadora e concentradora dos meios de produção – que é predominante neste contexto – são limitadas. Sua lógica vincula-se com o aumento da capacidade competitiva desta região, a submissão da produção aos interesses de empresas estrangeiras e com produtos consumidos

em outros contextos. Por outro lado, as potencialidades da região de Sinop que originam um modelo alternativo de economia (solidária) estão ligadas essencialmente ao trabalho: produção para o consumo das pessoas, porque elas descobriram que a alternativa está em setores não explorados pela economia capitalista, que concentra suas preocupações em condições competitivas de *commodities* e deixa de lado a produção de alimentos básicos. Deste ponto de vista, a Economia Solidária e a capitalista coexistem, por isso é implausível a afirmação de que uma ocupe o lugar da outra, embora exista o desejo de que muitas mazelas do capitalismo, especialmente a exploração do trabalho, existam unicamente como registro do passado da humanidade. No momento, nossa tarefa consiste em buscar elementos diferenciadores, valores de um e outro modelo, a fim de termos cada vez mais relações sociais mais justas e equilibradas, superando condições aviltantes.

As potencialidades que apontam para um novo modelo de produção podem ser esquematizadas da seguinte forma:



Foi na produção local de alimentos, no atendimento às necessidades básicas das pessoas, que encontramos elementos confirmadores da hipótese da existência de setores econômicos adaptáveis a modelos associativos. Na região de Sinop, que ainda busca abastecer-se em outros centros com a maioria dos itens que compõe a cesta básica de alimentos, tal potencialidade, se corretamente aproveitada nos EES, possibilitaria o desenvolvimento da Economia Solidária, pois este é um forte elemento para sua consolidação.

Já a hipótese da percepção positiva da viabilidade do empreendimento associativo ganhou confirmação nos argumentos de longevidade das iniciativas solidárias, pois ao menos 50% das iniciativas do Estado existem há mais de uma década. Em outra constatação, quando analisados os motivos para a criação dos EES, além da citação dos problemas de conjuntura (negativos - como falta de oportunidades), chama atenção a disposição para a realização de atividades coletivas, como a busca de empréstimos. Inferimos que somente indivíduos com alta percepção positiva a respeito do empreendimento associativo aceitam realizar tais práticas (como realizar empréstimo coletivos, por exemplo), se já estão convencidos da viabilidade da ação coletiva. Isso decorre do fato de que as consequências do fracasso – se ele ocorrer – teriam que ser assumidas por cada um dos participantes, podendo gerar problemas pessoais junto a importantes instituições sociais, das quais todos dependem constantemente.

Se os indivíduos que atualmente participam de empreendimentos econômicos solidários mostram confiança no futuro dos mesmos, esse fator poderá servir de exemplo para ações semelhantes, para apostas em soluções coletivas para os atuais problemas do mundo do trabalho. Como o exemplo concreto é melhor guia do que um conselho, a demonstração pública de confiança na viabilidade do associativismo em um determinado contexto social pode ajudar a Economia Solidária a se fortalecer e se constituir, por sua vez, em importante potencial para o desenvolvimento de um modelo econômico alternativo.

Outra hipótese, da disposição para o trabalho coletivo, foi confirmada mediante análise das condições em que ocorrem a produção e a comercialização. Verificamos que, nos dados estaduais do levantamento nacional da Economia Solidária, ao menos 50% dos EES realizam ações coletivas tanto na produção (especialmente através do uso coletivo de máquinas), quanto na atuação comercial (compras e vendas realizadas conjuntamente pelos associados). Projetamos a necessidade da existência de indivíduos com disposição para o trabalho coletivo para uma região possuir potencialidades para o desenvolvimento da Economia Solidária, devido ao caráter de centralidade que possui a coletividade para este modelo de produção.

A potencialidade da disposição para o trabalho coletivo está ligada a outras duas (um passado que assentou uma cultura associativa e instituições de apoio, a exemplo da educacional), porque ambas dizem respeito a valores dos indivíduos que participam dos EES. No caso das potencialidades das instituições de apoio, os dados do Mapeamento Nacional nos fizeram perceber a fraca presença das escolas nos empreendimentos, o que nos fez refletir sobre o papel da educação formal para o desenvolvimento das potencialidades de uma região.

A hipótese sobre a existência de um passado que tenha gerado experiências positivas sobre os formatos coletivos de produção pôde encontrar alguns elementos confirmadores, mas deve ser contraposta a uma gama bastante variada de experiências negativas nesse sentido. No geral, os empreendimentos visitados, durante a fase da pesquisa de campo, registram em sua formação alguns elementos positivos sobre experiências coletivas. Ao menos, se aposta na capacidade dos participantes das mesmas em levar adiante um projeto que somente se constituirá com a união das forças disponíveis de um local - individualmente, cada ator social que participa destas iniciativas não conseguiria iniciar um empreendimento econômico. Por isso, a tradição coletiva pode ser encontrada nas experiências vivas dos integrantes que perceberam a oportunidade da viabilização de um empreendimento através do coletivo: inicialmente, elas foram negativas, no sentido de superação das dificuldades de sobrevivência no momento da colonização; contudo, com o tempo passaram a aproveitar as experiências de trabalho coletivo aprendido nos primeiros anos de ocupação da região, nas décadas de 1970 e 80.

Daf a importância das associações voltadas ao lazer e ao apoio da produção, as primeiras surgidas na região de Sinop na década de 1980. Inicialmente, elas buscavam a superação de dificuldades bastante primárias, como a falta de um sítio para o lazer das pessoas. Contudo, com as oportunidades de comércio (potencialidade dos setores da economia adaptáveis a modelos associativos) e tendo em vista a carência de produção local, souberam aliar a potencialidade do trabalho familiar, que tinham em mãos, com a organização coletiva, existente na associação. Por isso, foi possível encontrar elementos para confirmar a hipótese das potencialidades da tradição associativa no acompanhamento do desenvolvimento das associações que realizam ao mesmo tempo atividades de lazer e de apoio à produção.

A hipótese das potencialidades das entidades de apoio, especialmente as educativas, não pôde ser confirmada diante dos dados do Mapeamento Nacional, uma vez que a presença das escolas e universidades, na percepção dos participantes dos EES, foi considerada pequena. Esse fato não nos autoriza a diminuir a importância das instituições de apoio, especialmente

diante do que relatamos anteriormente sobre o papel que cumprem na promoção das iniciativas solidárias. Muitas instituições de apoio, elencadas no capítulo sobre a Economia Solidária, desempenham papéis importantes, sem os quais o movimento da Economia Solidária não teria atingido o espaço que ocupa atualmente. Entretanto, a partir dos dados sobre a pouca visibilidade das instituições educativas, ao invés de se utilizar os mesmos para lamentar o que não ocorre, estes serviram para iniciarmos uma reflexão sobre a importância da formação dos indivíduos para a aceitação de um modelo alternativo de produção, que implica também a adoção de valores distintos.

Desta forma, diante da dificuldade de concretizar um modelo alternativo ao que é predominante no contexto da pesquisa, a potencialidade que mais chama atenção para o desenvolvimento futuro da Economia Solidária se encontra nas instituições educativas. Não apenas nas ações de educação popular, já vivenciadas no interior dos empreendimentos, porque estas ações, mesmo essenciais para a continuidade destas experiências, apenas atingem aqueles que já perceberam esta alternativa. Existem milhares de habitantes na região de Sinop que, mesmo diante das dificuldades do mundo do trabalho, não chegam a vislumbrar o caminho da Economia Solidária. Esse poderia ser o papel desempenhado no interior das instituições educativas formais, que atualmente, com a universalização do acesso ao ensino público, recebem todos os indivíduos, com pouquíssimas exceções.

A mudança de orientação na forma como ocorre a produção de bens e riquezas também requer uma mudança dos valores, como já enunciamos diversas vezes. Agora, após décadas de exploração da terra, percebemos nas potencialidades da educação a possibilidade de reconfigurar a produção existente em Sinop. Se no passado as práticas dos produtores consistiam em trazer de outros locais o modelo daquilo que deveria ser produzido nessa região, quem sabe com a utilização cada vez mais ampliada das potencialidades da educação, será possível fortalecer os EES que produzem segundo um modelo que considera em primeiro lugar a possibilidade da utilização das potencialidades naturais. Dessa forma, juntamente com o trabalho dos empreendimentos solidários, a educação se mostra o grande instrumento capaz de consolidar outro modelo de desenvolvimento no Norte Mato-Grossense.

À luz dos resultados, convém fazermos aqui um esclarecimento adicional sobre os procedimentos adotados na formulação das hipóteses. Este recurso foi principalmente utilizado como uma forma de delimitação do tema proposto nessa dissertação, pois qualquer região pesquisada pode apresentar um número muito grande de possibilidades para desenvolver formatos alternativos de produção. Portanto, no momento em que as hipóteses

foram definidas, estabelecemos também o direcionamento do corpus analítico, assumindo que não seria possível (devido às limitações de tempo, recursos financeiros e de pessoal) abordar todas as potencialidades presentes naquele contexto social pesquisado. Inferimos as hipóteses a partir dos estudos teóricos e empíricos realizados, de forma que eles compreendiam aspectos já analisados em outros trabalhos sobre as temáticas de desenvolvimento local e de Economia Solidária. O pano de fundo do conjunto de hipóteses é a possibilidade de fomentar um novo tipo de desenvolvimento que considere mais amplamente as relações entre as diversas instâncias da vida (política, econômica, social, cultural, etc.) como parte de uma mesma relação, presente nos diferentes momentos da vida. Projetamos um tipo de desenvolvimento que considere a possibilidade de interação entre os aspectos econômicos e culturais, por exemplo, para que possamos considerar o trabalho como mais um momento de realização humana, não apenas como gerador de bens econômicos, mas também de mudança na condição social e política das pessoas.

Este tema, por envolver questões sujeitas a polêmicas (já que não possuem soluções fáceis, nem definitivas), como é o caso da definição dos biomas do norte Mato-Grossense, não foi tratado nesta dissertação com a pretensão de esgotar todas as potencialidades que podem ser mobilizadas para o surgimento de EES, ou seu fortalecimento. Em atenção às discussões da banca final do mestrado, como por exemplo, nas questões de análise das políticas públicas, dos fatores de gênero na concretização dos empreendimentos econômicos solidários, ou da articulação dos diversos atores sociais, sentimos que o presente estudo aponta alternativas futuras de ampliação. Isso remete à possibilidade da continuação dos estudos na temática ora abordada. Desta maneira, as hipóteses não tratadas no presente estudo remetem à possibilidade de aprofundamento, tanto teórico quanto empírico, na questão do desenvolvimento da região de Sinop e nas potencialidades que este contexto apresenta para o desenvolvimento da economia solidária.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ADAMS, Telmo. *Educação e economia popular solidária*. São Paulo: Idéias & Letras, 2010.

ALVES; Leonice Ap. de Fátima; NETO, Vitale J. *Os projetos de colonização no Estado de Mato Grosso após 1970*. In: SOUZA, Edison Antônio de. Desenvolvimento regional: história, economia e meio ambiente. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

AMARO, Rogério Roque. *Desenvolvimento local*. In: Hespanha, Pedro et al. Dicionário Internacional da Outra Economia. SP: Almedina Brasil, 2009.

ARRUDA, Marcos. *Humanizar o Infra-Humano - A Formação do Ser Humano Integral: Homo evolutivo, práxis e Economia Solidária*. Petrópolis: Vozes, 2003.

ARRUDA, Zuleika A. *Sinop: território(s) de múltiplas e incompletas reflexões*. Dissertação de mestrado. Recife: UFP, 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Informação e documentação: referências: elaboração*. NBR 6023. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. *Informação e documentação - trabalhos acadêmicos - apresentação*. NBR 14724: 2ª ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

*ATLAS da questão agrária brasileira*. São Paulo: UNESP, 2008. Disponível em: <[http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/cgc\\_e.htm](http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/cgc_e.htm)>. Acesso em: 10 Nov. 2010.

BECKER, Howard. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1999.

BELL, Judith. *Projeto de Pesquisa – guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais*. 4ª ed. Porto Alegre: artmed, 2008.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Cidades – Dados básicos em 2011*. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/cidadesat/painel](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel)>. Acesso em: 03 Fev. 2011.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Mapa do Brasil e suas regiões em 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/mapas>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Mapa da Distribuição espacial do rebanho de bovinos*, 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/>>. Acesso em: 10 Fev. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente do Governo Federal. *Mapa dos Biomas do Brasil de 2008*. Disponível em: <<http://mapas.mma.gov.br/i3geo/aplicmap/geral.htm?1ab3be2ea8fb04d651e33cdbafe69d5c>>. Acesso em: 15 Nov. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. *ATLAS da Economia Solidária no Brasil de 2005*. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *ATLAS da Economia Solidária de 2007*. Brasília: TEM/SENAES, 2007. Disponível em: < <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlases>>. Acesso em 16 Dez 2010.

CASTRILLON, Antônio J. F. *Do cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da economia de soja em Mato Grosso*. Tese de doutorado. Porto Alegre: 2007.

CASTRO, Sueli Pereira (et al). *A colonização oficial em Mato Grosso: a nata e a borra da sociedade*. 2ª Ed. Cuiabá: EdUFMT, 2002.

CATTANI, Antonio David. *Emancipação Social*. In: Hespanha, Pedro et al. Dicionário Internacional da Outra Economia. SP: Almedina Brasil, 2009.

COLHEITA de soja no Mato Grosso. *Jornal Primeira Hora*. Cuiabá, 10 Jan. 2011. Disponível em: < <http://www.primeirahora.com.br/>> Acesso em: 10 Jan. 2011.

CORAGGIO, José Luis. *Da economia dos setores populares à economia do trabalho*. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (org.). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Rio de Janeiro: Vozes-UCSAL-Capina-Cese, 2000.

CORAGGIO, José Luis. *La economía social desde la periferia - contribuciones latinoamericanas*. Buenos Aires: Editorial Altamir, 2007.

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa – métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DEFORNY, Jacques. *Economia Social*. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (org.). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Rio de Janeiro: Vozes-UCSAL-Capina-Cese, 2000.

DISTRIBUIÇÃO espacial das cidades e hierarquia urbana no Mato Grosso. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. Disponível em: <<http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/p03mono0104.htm>> Acesso em: 05 Jan. 2011.

EMBRAPA em Sinop. *Jornal Sónotícias*. Sinop, 19 Nov 2010. Disponível em: < [www.sonoticias.com.br/noticias/embrapa\\_sinop](http://www.sonoticias.com.br/noticias/embrapa_sinop)> Acesso em: 15 Dez 2010.

FAREJADOR da Economia Solidária. *Fórum Brasileiro da Economia Solidária* - FBES. Disponível em: < <http://www.fbes.com.br/farejador>>. Acesso em 10 Jan 2011.

FERNÁNDEZ Antonio J. C. *Do cerrado à amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso*. Tese de doutorado em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: UFRGS: 2007.

FERREIRA, Leandro Valle; VENTICINQUE, Eduardo; ALMEIDA, Samuel. *O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas*. Estudos Avançados: 2005, vol.19, n.53.

FRANÇA FILHO, Gerauto Carvalho de; Laville, Jean-Louis. *A Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.

FRANCIO, Nilso. *Solidariedade, trabalho e renda* – Um estudo no assentamento Wesley

Manoel dos Santos. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio*. In: FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M; RAMOS, M. (Org.). Ensino Médio Integrado: Concepção e contradições. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (Org.). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez editora, 1993.

GAIGER, Luiz Inácio. *Eficiência*. In: Hespanha, Pedro et al. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. SP: Almedina Brasil, 2009a.

\_\_\_\_\_. *Empreendimento Econômico Solidário*. In: Hespanha, Pedro et al. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. SP: Almedina Brasil, 2009b.

\_\_\_\_\_. *A outra racionalidade da Economia Solidária - Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil*. Coimbra-Portugal: Revista Crítica de Ciências Sociais, 79, Dezembro 2007.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. *Formas de combate e de resistência à pobreza*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1996.

GIRARDI, Eduardo Paulo. *Atlas da questão agrária brasileira*. SP: UNESP, 2008.

HESPANHA, Pedro et al. (orgs.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. SP: Almedina Brasil, 2009.

HESPANHA, Pedro. *Da expansão dos mercados à metamorfose das economias populares*. Coimbra-Portugal: Revista Crítica de Ciências Sociais, 84, 2009.

IANNI, Octavio. *Origens agrárias do Estado Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

IRELAND, Timothy; MACHADO, Maria M.; IRELAND, VERA. *Os desafios da educação de jovens e adultos: vencer as barreiras da exclusão e da inclusão tutelada*. IN: KRUPPA, Sonia M. Portella (Org). Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Inep, 2005.

KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Rio de Janeiro: Vozes-UCSAL-Capina-Cese, 2000.

KRUPPA, Sonia M. Portella. *Uma outra economia pode acontecer na educação: para além da Teoria do Capital Humano*. IN: KRUPPA, Sonia M. Portella (Org). Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Inep, 2005.

KUENZER, Acácia. **Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho**. Disponível em <http://www.senac.br/BTS/252/boltec252b.htm>, acesso em setembro de 2010.

LACERDA, Natalício Pereira. **Ambiente, desenvolvimento e seus efeitos na Amazônia Mato-Grossense: caso Sinop**. Dissertação de Mestrado. Cáceres: UFMT, 2008.

LARA, Xico. **Trabalho, Educação e Cidadania – reflexões a partir da educação entre trabalhadores**. Rio de Janeiro: CAPINA/ CERIS/MAUAD, 2003.

LAVILLE, Jean-Louis; FRANÇA FILHO, G. **Economia solidária – uma abordagem internacional**. Porto Alegre: 2004.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. **Economia solidária**. In: Hespanha, Pedro et al. Dicionário Internacional da Outra Economia. SP: Almedina Brasil, 2009.

LAVILLE, Jena-Louis. **A Economia Solidária: um movimento internacional**. Coimbra-Portugal: Revista Crítica de Ciências Sociais, 84, 2009.

LECHAT, Noëlle M. P. **Economia Moral: um conceito bom para pensar a Economia Solidária?** Revista Ciências Sociais Unisinos – volume 37, no 159. São Leopoldo: UNISINOS, 2001.

LISBOA, Armando de Melo. **A socioeconomia Solidária diante da grande transformação**. Revista Ciências Sociais Unisinos – volume 37, no 159. São Leopoldo: UNISINOS, 2001.

LOPES, Maíra, L.A.; SINGER, Helena; JUSTO, Marcelo Gomes. **Economia Solidária e sistemas públicos: uma experiência de democracia em uma escola pública**. IN: KRUPPA, Sonia M. Portella (Org). Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Inep, 2005.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira – A Degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

MATO GROSSO. Secretarias de Planejamento e Meio Ambiente. **Projeto de Lei da Política de Ordenamento Territorial - ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO ECOLÓGICO DE MATO GROSSO - ZSEE/MT**. Cuiabá: 2010. Disponível em: <[http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=108&Itemid=199](http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=108&Itemid=199)> Acesso em: 30 Fev. 2011.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. **Orientações Curriculares do Estado de Mato Grosso - Concepções**. Cuiabá: Seduc, 2008.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Planejamento – SEPLAN. **Plano de Desenvolvimento: Região de planejamento XII – centro norte**. MT+20. Cuiabá: SEPLAN, 2004.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. **Escola Ciclada de Mato Grosso: novos tempos e espaços para ensinar – aprender a sentir, ser e fazer**. Cuiabá: Seduc, 2001.

NASCIMENTO, Cláudio. **Educação como elemento estruturante da Economia Solidária**. IN: KRUPPA, Sonia M. Portella (Org). Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Inep, 2005.

OLIVEIRA, Marília L. Peluso de. *O projeto de colonização Particular da Gleba Celeste, na fronteira agrícola*. Brasília: UNB editora, 1990.

PARREIRAS, Luiz Eduardo. *Negócios solidários em cadeias produtivas: protagonismo coletivo e desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: IPEA:ANPEC, 2007.

PICANÇO, Iracy; TIRIBA, Lia (Org). *Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária*. São Paulo: Idéias & Letras, 2004.

PICOLI, Fiorelo. *A união entre o Estado e o Capital na colonização da Amazônia norte Mato-Grossense*. In: SOUZA, Edison Antônio de. *Desenvolvimento regional: história, economia e meio ambiente*. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

\_\_\_\_\_. *Amazônia: do mel ao sangue – os extremos da expansão capitalista*. 2ª Ed. Sinop: Editora Fiorelo, 2005.

\_\_\_\_\_. *Amazônia – A ilusão da terra Prometida*. Sinop: Editora Fiorelo, 2004.

RAZETO, Luis. *Economia de solidariedade e organização popular*. In: GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (Orgs.). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez editora, 1993.

RAZETO, Luis. *Los caminos de la economía de solidaridad*. Buenos Aires: editorial Lúmen-Humanitas, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir Para Viver – Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Luiz Erardi. *Raízes da história de Sinop*. Sinop: [s.n.], 2007.

SCHNEIDER, José Odelso (Coord.). *Educação e capacitação cooperativa – o desafio no seu desempenho*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2010.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. SP: Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. *Uma utopia militante – repensando o socialismo*. Rio de Janeiro: 1998

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. *A Economia Solidária no Brasil – A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, Edison Antônio de. *A migração sulista para o norte de Mato Grosso*. In: TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João (org.). *Conflitos agrários no norte gaúcho 1980-2008*. Porto Alegre: edições EST, 2008 a.

\_\_\_\_\_. *O poder na fronteira: hegemonia, conflitos e cultura no norte de Mato Grosso*. Niterói: UFF. Tese de doutorado, 2008 b.

\_\_\_\_\_. *Sinop – História, imagens e relatos*. Cuiabá: UFMT, 2004.

ZART, Laudemir Luiz. *Desencanto na nova terra. Assentamento no município de Lucas do Rio Verde-MT, na década de 80*. Florianópolis: UFSC. Dissertação de mestrado, 1998.

## APÊNDICE A – Detalhamento dos EES da pesquisa

### EES ATIVOS: 20

1. ACRUB – Associação Comunitária Rural Brígida	(CONSOLIDADA – Lazer, produção coletiva, uso de máquinas coletivas e organização da comercialização) Rural. Comunidade Brígida, próxima à UFMT. Presidente: Enio Pasuch 9978-0105. Fundada em 1992. 30 associados. Voltada ao lazer comunitário, produção e comercialização. Possui salão de festas para 5.000 pessoas, quadra de esportes, agroindústria para abate de frangos caipira e máquinas agrícolas (patrulha mecanizada: trator com implementos). Projeto para industrialização de frutas.
2. ABAN – Associação Branca de Neve	(CONSOLIDADA – Lazer, organização da comercialização e produção com uso de máquinas coletivas) Rural. Comunidade Branca de Neve – Estrada Elizabete (acesso pela MT-140 para Sta Carmem). Presidente Braz Peron 9609-1959 e 9614-0107. Fundada em 1994, com 30 associados. Possui salão de festas para 5.000 pessoas, campo de futebol iluminado, Armazém para grãos (orçado em um milhão) e resfriador de leite. Organiza uma escala de produção das famílias para uso coletivo das máquinas e armazém. Recebe a produção de arroz de famílias não-associadas que produzam até 200 sacas, armazenando-as gratuitamente por 04 meses. Projetos para compra de máquinas coletivas e para compra de insumos agrícolas pela associação.
3. ACRE – Associação Comunitária Rural Eunice	(CONSOLIDADA – Lazer, organização para produção e projetos coletivos ) Rural. Comunidade S. Rafael. 30 associados. Fundação: 1997. Possui Sede própria e faz a conservação da estrada de acesso à comunidade, presta apoio à bovinocultura e faz compras e vendas coletivas. Atual presidente: Gervásio J. Da Silva – 9643-1914 (av. André Maggi 5298). Projetos para agroindústria de frutas e turismo rural/ecoturismo,mas não conseguiram recursos como outras associações (Brígida, Aparecida, Selene) e por isso não construíram nada até o momento. A comunidade S. Rafael ainda mantém área de floresta nativa com muita água e por isso potencial para turismo rural/ecoturismo se tiver infraestrutura. PS.: Editaram um livro com a história e as fotos da associação para divulgação da mesma, objetivando conseguir financiamento.
4. ANE – Associação Nova Esperança	(CONSOLIDADA – Lazer. Há idéias para produção, mas aguardam financiamento) Rural. Comunidade Sta Luzia – Estrada Lucila (Para Sta Carmem). Presidente: Egon Gielow 9646-8089. Fundação: 1990. 20 associados. Possui sede própria, utilizada para as festas comunitárias e um campo de futebol iluminado. Funciona como uma sede de lazer. Pretende construir nova sede, mas aguardam financiamento para iniciá-la. Projetos futuros para frutas e hortaliças.
5. ACRUNSA – Associação Comunitária Rural N. Sra. Aparecida	(CONSOLIDADA – Lazer e Utilização de máquinas coletivas) Rural. Comunidade N. Sra Aparecida (em frente da “Agroquímica”). Presidentes: Alfred Klegin 9618-8977; e Dorvalino Massola. Fundação: 1998. 20 associados. Possui patrulha mecanizada (trator e implementos), salão de festas e quadra de esporte (financiado pelo PADIC); Projeto para produção de frutas e hortaliças.

6. AWMS – Associação Wesley Manoel dos Santos	(CONSOLIDADA – Lazer e Organização da comercialização) Rural. Comunidade Agrovila – Gleba Mercedes V. Presidente: Waldemar Vieira Neves 9991-6940. ano: 1999. 80 associados. Assentados da Reforma Agrária. A associação possui um caminhão (transporte para comercialização), resfriador de leite, sede própria com quadra de esportes e campo de futebol. Conquistaram uma escola para a comunidade no ano de 2010.
7. APCF – Associação dos Pequenos Produtores Rurais Córrego Fundo	(CONSOLIDADA – organização da comercialização) Rural. Comunidade Córrego Fundo. Gleba Mercedes V. Presidente: Gastão Vasconcelos (ex-presidente do sindicato dos trabalhadores rurais) 3532-5507 – 9995-3039. Fundação: 1995. 18 associados. Surgiu para lutar pela regularização das propriedades junto ao INCRA. Depois se organizaram em torno da produção leiteira, conseguiram energia elétrica, resfriador de leite e parceria com a Coopersele para coleta do produto. Realizam compra coletiva e cursos com Senar. Recebem apoio da UNEMAT e estão com projetos de frango caipira e melhoramento genético do gado leiteiro. Por falta de licenciamento ambiental, não conseguem financiamentos.
8. AFES – Associação dos Feirantes de Sinop	(CONSOLIDADA – organização de feira) Urbana. Rua das avenças s/nº - Jd Botânico – Sinop. Presidente: Nelson Garuti – 9629-4765. ano: 2000. 65 associados. Possui uma sede fixa cedida pela prefeitura e mais cinco pontos de comercialização na cidade onde são instaladas barracas. Possui um terreno para construção de sede própria, mas temem fazer o empréstimo coletivo e não pagar o mesmo. Conta com clientela fidelizada, promove cursos de manipulação de alimentos e possui diferencial na qualidade dos produtos vendidos.
9. APISNORTE – Associação dos Apicultores do norte de Mato Grosso	(CONSOLIDADA – Compras, Vendas, Produção e utilização de máquinas coletivas ) Urbana. Taramãs, 1069. Presidente: Beno Kaiser: 3531-4206. 30 associados. Ano: 2006. Apicultores e agricultores familiares. Possuem equipamentos para processamento do mel e fabricação de favos de cera. Realizam compra coletiva de embalagens e itens para a produção (abelhas, rainhas, etc.). Abrange toda a região de Sinop (mais de 15 municípios). Projeto aprovado para construção do interposto do mel no valor de R\$ 500.000,00. O preço do mel é decidido em conjunto. Existe capacitação, eventos e cursos no Economia Solidária. Realizam trabalhos comunitários como recolhimento de enxames na zona urbana e propaganda contra uso de veneno na agricultura.
10. ARNOP – Associação dos Artesãos de Sinop	(CONSOLIDADA – cadastrada no SENAES – Organiza a comercialização) Urbana. Av. Julio Campos, 1124 (sede cedida pela prefeitura). Presidente: Eunice. Fundação: 1993. 55 Associados. A associação funciona como uma sede de comercialização e organiza a compra coletiva de alguns itens. Procura uma identidade local para sua produção com uso de sementes e madeira nas obras, além de escrever o nome da cidade em todos os produtos. Necessitam uma sede própria para produção coletiva, mas ainda não há financiamento para a obra iniciar.
11. ACCOTEP – Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos do Alto Teles Pires	(INFORMAL – registro em andamento – organiza a produção e comercialização) Urbana.. Fundação: 2010. 50 associados. Presidente: Piu – 3515-8888. Os produtores de caprinos e ovinos, pela falta de local para abate com registro sanitário, fundaram a associação com o objetivo de construir um frigorífico. Atualmente dependem do transporte dos

	animais para Cuiabá, uma vez que há comércio e produção na cidade. O registro junto à junta comercial foi encaminhado e aguardam a liberação de recursos.
12. AVTP – Associação Vale do Teles Pires	(CONSOLIDADA – Organiza a comercialização) Rural. Gleba Mercedes V. Presidentes: Vitor Lechota: 9911-8198 e Ramom: 9955-5014. Fundada em 1999. 35 associados. Possuem resfriador de leite da associação que organiza a venda do produto para a COOPERSELENE. Organizam a patrulha mecanizada. Não conseguem financiamento porque não possuem legalização junto ao IBAMA. Temem a construção da barragem no rio Teles Pires.
13. ATP – Associação Teles Pires	(CONSOLIDADA – Organiza a comercialização) Rural. Comunidade Campos Novos. Gleba Mercedes V. Presidente: Jair Patrício de Lima. 9624-0700 e 9964-6038. Fundada em 2001. 52 associados. Possui um barracão para reuniões e festas comunitárias, um resfriador que serve para 08 famílias comercializar o leite na COOPERSELENE, e uma mini-indústria de farinha de mandioca (recebida da ACRUF). Com a prefeitura organizam a patrulha mecanizada (tratores e implementos agrícolas) que presta serviços cobrando um valor simbólico aos associados. Possuem projetos para aumentar a produção de leite mas não conseguem nenhum tipo de recursos ou empréstimos, já que as propriedades não estão legalizadas junto ao IBAMA. Temem o fim da associação e maiores dificuldades de conseguir empréstimo com a construção da barragem no rio Teles Pires, obra que já foi aprovada e está com previsão de início em 2011.
14. ASJ – Associação São João	(CONSOLIDADA – Organiza a comercialização) Rural. Gleba Mercedes V. Presidente: Pedro Valcir da Roza: 9606-0322 e 9991-7286. fundada em 2004. 17 associados. Possuem um resfriador de leite que atende a 06 famílias. Não possuem sede própria, esta funciona na residência do presidente. A maior renda provém do gado de corte e leiteiro, da venda do leite e do queijo. Coletivamente organizam a patrulha mecanizada da prefeitura, a venda do leite e do queijo que é comercializado em Sinop. Não possuem projetos futuros pela dificuldade de conseguir financiamento que está bloqueada pela falta de legalização ambiental. Reclamam da falta de apoio dos políticos e do alto custo do transporte do que produzem para comercializar, que totaliza 30% do valor do produto apenas com o custo da passagem (valor de R\$ 34,00 para Sinop).
15. COOPER CENTRO-NORTE – Cooperativa da Construção Civil do norte de Mato Grosso	(CONSOLIDADA – Organiza a prestação de serviços e pretende realizar compras coletivas) Urbana. Rua das Violetas, S/Nº. Presidente: Valdecir Pereira: 9983-2118. Ano: 2007. 20 associados. Alguns mestres de obras, cansados de sofrer calotes, a partir do apoio da prefeitura resolveram se organizar com a cooperativa. Assumiram obras coletivas onde todos têm conhecimento dos valores pagos e acesso à negociação. Almejam um escritório com telefone para organizar o pedido de mão-de-obra e uma sede própria para realizar a comercialização de produtos. Oferecem vantagens como o CREA e o projeto da construção (parceria de advogado e engenheiro da prefeitura). Participam dos pregões públicos e realizam obras para a prefeitura, evitando os atravessadores. Possuem atuação regional, com mestres de obra em outras cidades. Pretendem formar seus próprios mestres de obras.
16. COOPERED – Cooperativa dos Educadores de Sinop	(CONSOLIDADA – prestação de serviços) Urbana. Macieiras, 966. Presidente: Solange Walker: 3531-3289. Fundação: 1992. 20 associados. Prestam serviço ao Colégio CAD que pertence ao mesmo grupo de professores, mas é registrado como empresa. Com a possibilidade de falência da escola, os professores fundaram a cooperativa e com o tempo construíram o prédio. Contudo, com o crescimento da escola, o prédio foi transformado em empresa particular sob a propriedade dos associados e a cooperativa

	continua como a prestadora de serviços ao colégio.
17. COOPERNOP – Cooperativa Agropecuária Mista de Produtores de Sinop	(CONSOLIDADA – Organiza a comercialização e a produção, também efetua compras coletivas) Urbana. Taramãs, S/Nº - Centro. Presidente: Mauro Dall’ Agnol: 3515-6102. Fundação: 2007. 35 associados. Possui sede provisória com projeto de construção de sede própria. Organiza a comercialização da horticultura e fruticultura para as escolas, efetua compras coletivas com preço menor e organiza a produção dos agricultores associados para atender aos pedidos das escolas. Efetua compras de fornecedores de outros estados para suprir a falta da produção local.
18. COOPERSELENE – Cooperativa Agrícola Selene	(CONSOLIDADA – Industrializa a produção, organiza a comercialização e efetua compras coletivas) Rural. Comunidade Selene, Km 04. Presidente: Pedro Ferri Nogueira: 9646-4492 e 9902-4537. Fundação: 1999. 21 associados. Possui sede própria com um laticínio instalado conforme normas da vigilância sanitária. Industrializa a produção de leite dos associados e recebe a produção de outras associações. Produz leite tipo C, iogurte e queijo. Fornece iogurte e leite para as escolas. Possui veículo para coleta de leite nas associações e veículo para distribuição dos produtos aos consumidores.
19. COOPERSABIN – Cooperativa dos Educadores Albert Sabin	(CONSOLIDADA – prestação de serviços) Urbana. Rua das Castanheiras, 1284. Presidente: José Arnaldo dos Santos: 3531-3268. Fundação: 1998. 40 associados. Presta serviço ao colégio Albert Sabin de Sinop. Para não fechar o colégio, os profissionais se uniram e formaram a cooperativa e administram o colégio, pagando o aluguel ao proprietário do prédio. Necessitam construir prédio próprio mas não conseguiram financiamento ou auxílio de um órgão público para iniciar o mesmo.
20. COPESNOP – Colônia de Pescadores Z-16 do norte de MT	(CONSOLIDADA – Organiza a comercialização) Urbana. Av. dos Jacarandás, 5535. Presidente: Julita B. Duleba: 3531-6453. Fundação: 2006. 316 associados. Organiza a venda fornecendo nota fiscal, auxiliando os pescadores no preenchimento das mesmas na sede. Possui uma sede alugada. Pretende construir uma sede própria, já possui terreno e financiamento. Projeto para a feira do peixe, ponto fixo de venda e fábrica de gelo.

### EES DESATIVADOS: 3

21. ASR – Associação São Roque	(DESATIVADA – cadastrada no SENAES) Rural. Desativada. Presidente: Pedro – 3532-7190. A área onde havia as chácaras de produção foi transformada nos bairros Maria Carolina I, II e III. Os produtores que ainda residem no local passaram a integrar a Cooperselene. Possuíam uma sede coletiva, mas esta já foi demolida.
22. ACRUF – Associação Comunitária Rural N. Sra. de Fátima	(DESATIVADA – cadastrada no SENAES) Rural. Comunidade Fátima, ao lado do bairro São Cristóvão. Presidente: Dario Luis Schilindwein 9911-8865. O Bairro S. Cristóvão cresceu sobre as propriedades rurais, as propriedades rurais remanescentes mudaram sua área de atuação com a urbanização próxima, sendo que a maioria existe apenas como reserva para a exploração imobiliária. Possuía uma mini-agroindústria de farinha de mandioca (chamada de farinheira) que foi entregue para a AVTP em 2006, e uma patrulha mecanizada (trator com implemento agrícola) que foi repassada à prefeitura.

23. ACRA – Associação Comunitária Rural Ângela	(DESATIVADA – cadastrada no SENAES) Rural. Comunidade Ângela. Sem contato. Telefone cadastrado no Senaes não atende. A prefeitura, que acompanhava a Patrulha mecanizada (tratores e implementos) da associação, informou que ninguém mais comparece nas reuniões.
--	---

## APÊNDICE B - Formulário utilizado no levantamento dos EES

Nome do empreendimento:

Endereço: Nº:

Bairro: CEP:

Município: UF: Telefone:

Pessoa para contato:

Referência para Localização:

Endereço na Internet ou e-mail:

CNPJ:

1. Qual o ano do início do empreendimento?
2. Nome de alguns dos sócios que iniciaram o empreendimento
3. Qual o número de participantes sócios?
4. Quantos sócios que atualmente trabalham no empreendimento?
5. Existe pessoas que trabalham sem remuneração (voluntários) no Empreendimento ? Quantos?
6. Podemos dizer que no empreendimento os sócios pertencem a qual das seguintes categoria social?

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Agricultores familiares       | <input type="checkbox"/> Catadores de material reciclável                   |
| <input type="checkbox"/> Artesãos                      | <input type="checkbox"/> Garimpeiros ou mineiros                            |
| <input type="checkbox"/> Artistas                      | <input type="checkbox"/> Técnicos, profissionais de nível superior          |
| <input type="checkbox"/> Assentados da reforma agrária | <input type="checkbox"/> Outros trabalhadores autônomos / por conta própria |

## II - CARACTERÍSTICAS GERAIS DO EMPREENDIMENTO:

7. Forma de organização: (resposta única)

- Grupo informal  Associação  Cooperativa

8. Indique quais atividades econômicas são realizadas **de forma coletiva** pelos sócios:

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Produção  | <input type="checkbox"/> Consumo  |
| <input type="checkbox"/> Comercialização ou organização da comercialização – venda | <input type="checkbox"/> Uso de infra-estrutura (prédios, armazéns, sedes, lojas casas, fundo de pasto, etc.) |
| <input type="checkbox"/> Prestação do serviço ou trabalho a terceiros              | <input type="checkbox"/> Aquisição (compra ou coleta) de matéria-prima e insumos                              |
| <input type="checkbox"/> Troca de produtos ou serviços                             | <input type="checkbox"/> Obtenção de clientes ou serviços para os sócios                                      |
| <input type="checkbox"/> Poupança, crédito ou finanças solidárias                  |   |

9. Qual a principal atividades econômicas realizadas pelo empreendimento ?  
(resposta única)

- Troca de produtos ou serviços
- Produção ou produção e comercialização
- Comercialização ou organização da comercialização
- Prestação do serviço ou trabalho a terceiros
- Poupança, crédito ou finanças solidárias
- Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios

### III - TIPIFICAÇÃO E DIMENSIONAMENTO

10. Qual a forma de contribuição dos participantes (sócios) para o empreendimento?

11. O empreendimento é a principal fonte de renda para os Sócios? Se SIM, para quantos sócios?

12. Quais produtos são **produzidos coletivamente** pelo empreendimento? Em que quantidade ?

13. Qual foi o faturamento médio por Mês do empreendimento? Como ele dividido entre os Sócios?

14. Os equipamentos e o prédio do empreendimento são:

- Próprios
- Arrendados ou alugados
- Cedidos ou emprestados
- Não se aplica

15. Para quem é feita a comercialização de produtos do empreendimento? (resposta múltipla)

- Venda direta ao consumidor final
- Venda a revendedores/atacadistas
- Venda a órgão governamental
- Venda para empresa(s) privada(s) de produção.

16. Quais as principais formas de organização da comercialização utilizadas pelo empreendimento?

- Lojas ou espaços fixos de venda
- Feiras
- Central de comercialização

17. O empreendimento tem encontrado alguma dificuldade na comercialização de produtos e/ou serviços?

18. Quais as principais dificuldades na comercialização dos produtos? (resposta múltipla)

- O empreendimento tentou, mas não conseguiu encontrar quantidade suficiente de clientes
- Não há sócios disponíveis para cuidar da comercialização
- Ninguém do empreendimento sabe como se faz uma venda (argumentação, negociação etc.)
- O empreendimento já sofreu muitos calotes e não sabe como evitar
- Os preços praticados são inadequados
- Os clientes exigem um prazo para o pagamento
- Os compradores só compram em grande quantidade
- Dificuldade em manter a regularidade do fornecimento
- Falta de capital de giro
- Falta de registro legal para a comercialização (emitir nota fiscal etc.)
- Falta de registro sanitário ou alvará
- A concorrência, os atravessadores, existência de monopólios

- Dificuldade ou custo elevado de transporte
- Precariedade das estradas para escoamento da produção
- Estrutura para comercialização (local, espaço, equipamentos etc.) inadequada
- Os produtos não são conhecidos
- Outra dificuldade:

19. Quem é responsável pelas vendas no empreendimento? (resposta múltipla)

- Cada associado vende seu próprio produto
- Há um rodízio de associados
- Alguns sócios são designados para esta função
- Outras pessoas não sócias?

20. Quantos sócios realizam as vendas no empreendimento?

#### **IV - SITUAÇÃO DO TRABALHO DOS (AS) NÃO-SÓCIOS (AS):**

21. O empreendimento contrata trabalhadores não sócios ? Se SIM quais condições contratuais ?

#### **V - INVESTIMENTOS, ACESSO A CRÉDITO E APOIOS**

22. Qual a origem dos recursos para iniciar as atividades do empreendimento? (Dos próprios sócios; Empréstimo; Doação; Recursos públicos fundo perdido; Não se aplica (não houve necessidade de recursos)

23. Foram realizados investimentos no empreendimento nos últimos 12 meses? Qual o tipo de investimento realizado?

24. O empreendimento buscou crédito nos últimos 12 meses ? Porque não buscou ? Qual a finalidade do crédito desejado ? Se conseguiu crédito, qual foi a fonte (instituição ou banco) ? Se conseguiu crédito, qual foi o valor ? Se conseguiu crédito, para que foi usado ? Existe a necessidade de conseguir crédito ?

25. Que tipo de apoio o empreendimento teve? (resposta múltipla)( Assistência técnica e/ou gerencial; Qualificação profissional, técnica, gerencial; Formação sócio-política; Assistência jurídica; Assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços; Diagnóstico, planejamento e análise de viabilidade econômica; Assessoria na constituição, formalização ou registro; Elaboração de projetos; Incubação )

26. Quem tem fornecido apoio ao empreendimento?

#### **VI - GESTÃO DO EMPREENDIMENTO**

27. Quais as instâncias de direção e coordenação do empreendimento? (resposta múltipla)

- Assembléia de sócios (as) ou reunião do coletivo de sócios (as)
- Coordenação/Diretoria/Conselho Diretor
- Conselho Consultivo ou similar
- Conselho Administrativo ou similar
- Conselho Fiscal ou similar
- Comissão ou Conselho de Ética
- Grupos de Trabalho, Comissões ou Núcleos
- Outra. Qual?

28. O que é decidido em assembléia geral / reunião do coletivo de sócios ? (resposta múltipla)

- Escolha da direção do empreendimento econômico solidário
- Contratações e remunerações/ retiradas dos sócios

- Admissão e exclusão de sócios
- Regimento interno
- Empréstimos/ financiamentos
- Aquisições e venda de patrimônio
- Plano de trabalho/ planejamento estratégico
- Prestação de contas
- Representação ou participação dos sócios em eventos.
- Definições sobre as atividades cotidianas do empreendimento

29. Qual a periodicidade de realização da assembléia geral e/ou reunião coletiva de sócios no empreendimento?

30. Na última assembléia geral e/ou reunião coletiva de sócios quantos sócios participaram?

31.  Todos
- Mais de 2/3 (65%)
  - Em torno da metade
  - Menos da metade

32. Quais outras formas de participação dos sócios ? (resposta múltipla)

- Acesso a registros e informações do empreendimento
- Participação nas decisões cotidianas do empreendimento
- Atividades de formação
- Atividades culturais e recreativas
- Informes sobre a conjuntura geral e/ou sobre Economia Solidária
- Outras. Quais?
- Não existem outras formas

33. No último ano foram realizadas atividades de formação e/ou campanhas de sensibilização dos (as) sócios (as)?

- Sim, Quais foram os temas tratados?  Não

34. O empreendimento participa de algum fórum ou de alguma rede de articulação ou representação?

- Sim  Não
- Fórum ou Rede de Economia Solidária. Qual?
  - União ou Associação de EES? Qual
  - Federações de cooperativas. Qual?
  - Conselhos de gestão e fóruns de participação em políticas públicas Qual?
  - Outros fóruns, redes ou articulações. Qual?

35. O empreendimento tem alguma relação ou participa de movimentos sociais, populares ou sindicais?

- Sim, qual ?  Não

36. O empreendimento participa ou desenvolve alguma ação social ou comunitária?

- Sim, Qual área de atuação?  Não

37. O que o empreendimento faz para qualificar seus produtos e/ou serviços no intuito de melhor atender aos consumidores ? (resposta múltipla)

- Pratica menores preços ou custos mais baixos em relação ao mercado
- Aplica processos de controle de qualidade
- Fornece informações sobre a composição ou especificação
- Dá garantia de origem social
- Manifesta preocupação ambiental na produção ou prestação dos serviços
- Oferta produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos

- Outra. Qual?
38. A associação possui algum certificado (como de produtor orgânico, por exemplo) que a diferencie das outras empresas ?
- Sim  Não
39. O empreendimento gera algum tipo de resíduo (lixo ou sobra de materiais) ?
- Sim  Não

## VII - APRECIACÕES SUBJETIVAS

40. O que motivou a criação do empreendimento? (*resposta múltipla*)

- Uma alternativa ao desemprego
- Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo
- Uma fonte complementar de renda para os (as) associados (as)
- Desenvolvimento de uma atividade onde todos (as) são donos (as)
- Possibilidade de atuação profissional em atividade econômica específica
- Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios
- Recuperação de empresa privada que faliu ou em processo falimentar
- Motivação social, filantrópica ou religiosa
- Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades
- Alternativa organizativa e de qualificação
- Incentivo de política pública (governo)
- Organização econômica de beneficiários de políticas públicas
- Fortalecimento de grupo étnico
- Produção ou comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos
- Outro. Qual?

41. Quais as principais conquistas obtidas pelo empreendimento? (*resposta múltipla*)

- A geração de renda ou obtenção de maiores ganhos para os (as) sócios (as)
- A autogestão e o exercício da democracia
- A integração do grupo/coletivo
- O comprometimento social dos (as) sócios (as)
- Conquistas para a comunidade local (moradia, escola, infra-estrutura, etc.)
- A conscientização e compromisso político (com emancipação dos trabalhadores ou outras lutas mais gerais)
- Outro. Qual?

42. Quais os principais desafios do empreendimento? (*resposta múltipla*)

- Viabilizar economicamente o empreendimento
- Gerar renda adequada aos (às) sócios (as)
- Garantir proteção social (previdência, assistência e saúde) para os (as) sócios (as)
- Efetivar a participação e a autogestão
- Alcançar a conscientização e a politização dos (as) sócios (as)
- Alcançar maior conscientização ambiental dos (as) sócios (as)
- Promover a articulação com outros empreendimentos e com o movimento de Economia Solidária
- Manter a união do grupo/coletivo
- Outro. Qual?

43. Quais características, na sua opinião, o sócio precisa para ter sucesso no empreendimento ?

44. Existe uma característica (valor ou prática) comum à maioria dos sócios que faz esse empreendimento ter sucesso?

45. Existe alguma razão para temer o fim desse empreendimento?

- Sim, qual ?  Não, Porque ?